



Pós-Graduação em Ciência da Computação

MÔNICA AURICÉLIA OLIVEIRA SANTANA

**REQUISITOS INFORMACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE OBSERVATÓRIOS  
DE PROJETOS NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



Universidade Federal de Pernambuco  
posgraduacao@cin.ufpe.br  
[www.cin.ufpe.br/~posgraduacao](http://www.cin.ufpe.br/~posgraduacao)

Recife  
2021

MÔNICA AURICÉLIA OLIVEIRA SANTANA

**REQUISITOS INFORMACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE OBSERVATÓRIOS  
DE PROJETOS NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Sistemas de Informação do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco CIN-UFPE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sistemas de Informação.

Área de concentração: Sistemas de informação

Orientador: Hermano Perrelli de Moura

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Cristiano Cosme S. dos Anjos, CRB4-2290

S232r Santana, Mônica Auricélia Oliveira  
Requisitos informacionais para o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia / Mônica Auricélia Oliveira Santana. – 2021.  
175 f.: il., fig., tab.

Orientador: Hermano Perrelli de Moura.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CIn, Ciência da Computação, Recife, 2021.  
Inclui referências e apêndices.

1. Sistemas de Informação. 2. Transparência ativa. 3. Portal da transparência. 4. Observatório de Projetos. I. Moura, Hermano Perrelli de (orientador). II. Título.

681.3 CDD (23. ed.)

UFPE - CCEN 2021 – 70

## **Mônica Auricélia Oliveira Santana**

### **“Requisitos Informativos para o Desenvolvimento de Observatórios de Projetos nos Portais da Transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência da Computação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Profissional em 22 de fevereiro de 2021.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2021.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Adriano Lorena Inácio de Oliveira  
Centro de Informática / UFPE

---

Profa. Cláudia Cappelli  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Hermano Perrelli de Moura  
Centro de Informática / UFPE  
(Orientador)

*Dedico este trabalho aos meus pais, meus irmãos e meus avós pelo amor, educação e companheirismo durante a vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela coragem para chegar até aqui.

A toda minha família em especial aos meus pais Maria Célia e Francisco Eduardo, meus irmãos Francisco Nacélio e Mário Francélio e minha avó-mãe Maria Socorro.

Ao meu amado esposo Ricardo Anísio pelo amor, paciência, companheirismo e incentivo.

A oportunidade de capacitação ao IFPB na pessoa da diretora Lucrécia e aos meus coordenadores: Gleykieri, Suélio e Allan pelo suporte.

A todos os professores do CIN da Universidade Federal de Pernambuco pela formação profissional em especial ao meu orientador professor Hermano Perrelli de Moura, pela oportunidade e orientação ao longo deste caminho.

A secretária Joelma pela dedicação, competência e amor com que trata as tarefas do trabalho e os alunos.

Aos amigos que tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado e que tornaram essa caminhada mais leve. Em especial a: Carlos, Rafaela, Isaac, Fernando, Marcello, Gabriel e Fabiana.

Aos membros do Grupo de Pesquisa, GP2, pela oportunidade e conhecimento enriquecedor que me proporcionaram. De maneira muito especial a Jeferson Kenedy e Jessica Barbosa pelo apoio, paciência e orientação.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma à realização desta etapa na minha vida.

## RESUMO

Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) a divulgação de informações em portais governamentais tornou-se um importante instrumento para o controle social. Portanto, avaliar a forma de apresentação e estruturação dessas informações é algo de grande valia para a sociedade. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo propor um conjunto de requisitos funcionais para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Como metodologia foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, com o uso da pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de levantamento (survey) e a técnica de Autoconceito. Através de avaliações nos portais da transparência dos IFs verificou-se a indisponibilidade de informações que possibilitem o acompanhamento dos projetos, como preconiza a transparência ativa da LAI, apesar do alto grau de interesse da população pesquisada por esse tipo de informação. Um protótipo de observatório de projetos foi desenvolvido, baseado nos requisitos funcionais definidos, e sua avaliação mostrou que 100% dos avaliadores preferem o protótipo ao portal da transparência do Instituto Federal de Educação da Paraíba, atualmente disponível.

**Palavras-chave:** Transparência Ativa. Portal da Transparência. Observatório de Projetos. Instituto Federal de Educação.

## ABSTRACT

With the enactment of the Access to Information Law (LAI), the dissemination of information on governmental portals has become an important instrument for social control. Therefore, evaluating the form of presentation and structuring of this information is of great value to society. Given this context, this study aims to propose a set of functional requirements to assist the development of project observatories in the transparency portals of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). As a methodology, qualitative and quantitative approaches were used, with the use of bibliographic and documentary research, application of survey and the technique of Self-concept. Through assessments on the IFs transparency portals, information was not available to enable the monitoring of projects, as advocated by the active transparency of LAI, despite the high degree of interest of the population surveyed for this type of information. A project observatory prototype was developed, based on the defined functional requirements, and its evaluation showed that 100% of the evaluators prefer the prototype to the transparency portal of the Federal Institute of Education of Paraíba, currently available.

**Key words:** Active Transparency. Transparency Portal. Project Observatory. Federal Institute of Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abrangência da Rede Federal de Educação . . . . .	21
Figura 2 – Desenho de pesquisa . . . . .	28
Figura 3 – Índice de Democracia 2019 . . . . .	33
Figura 4 – Grupo de processos e Áreas de conhecimento PMBOK . . . . .	50
Figura 5 – IFs com/sem portal da transparência . . . . .	60
Figura 6 – Portais que divulgam informações sobre projetos . . . . .	61
Figura 7 – Sites dos IFs que divulgam informações sobre projetos . . . . .	62
Figura 8 – Tela do questionário pré-teste . . . . .	67
Figura 9 – Importância de divulgar informações sobre projetos . . . . .	72
Figura 10 – Importância de divulgar as partes interessadas . . . . .	75
Figura 11 – Importância de divulgar o escopo . . . . .	76
Figura 12 – Importância de divulgar o cronograma . . . . .	78
Figura 13 – Importância de divulgar os custos . . . . .	80
Figura 14 – Importância de divulgar os riscos . . . . .	81
Figura 15 – Importância de divulgar o controle de mudanças . . . . .	82
Figura 16 – Importância de divulgar as lições aprendidas . . . . .	84
Figura 17 – Importância da interatividade . . . . .	85
Figura 18 – Divisão dos requisitos informacionais em áreas . . . . .	90
Figura 19 – Estrutura do protótipo . . . . .	107
Figura 20 – Tela inicial IFPB . . . . .	108
Figura 21 – Tela Portal da transparência . . . . .	109
Figura 22 – Tela Observatório de projetos . . . . .	110
Figura 23 – Tela Informações básicas do projeto . . . . .	111
Figura 24 – Tela Fotografias do projeto . . . . .	112
Figura 25 – Tela Gráficos do projeto . . . . .	112
Figura 26 – Tela Partes interessadas do projeto . . . . .	113
Figura 27 – Tela Escopo do projeto . . . . .	114
Figura 28 – Tela Cronograma do projeto . . . . .	115
Figura 29 – Tela Custos do projeto . . . . .	116
Figura 30 – Tela Riscos do projeto . . . . .	116
Figura 31 – Tela Controle de mudanças do projeto . . . . .	117
Figura 32 – Tela Lições aprendidas do projeto . . . . .	118
Figura 33 – Tela Cadastro e Login . . . . .	119
Figura 34 – Autoconceito: imagens de identificação . . . . .	122
Figura 35 – Autoconceito: processo de aplicação . . . . .	123
Figura 36 – Exemplo do cálculo da distância euclidiana . . . . .	124
Figura 37 – Fórmula para cálculo da distância euclidiana entre dois pontos . . . . .	124

Figura 38 – Etapas da avaliação do protótipo . . . . .	125
Figura 39 – Avaliação: aceitação do portal . . . . .	130
Figura 40 – Avaliação da importância das informações . . . . .	131
Figura 41 – Avaliação das preferências do protótipo . . . . .	133
Figura 42 – Avaliação da interatividade . . . . .	134
Figura 43 – Avaliação dos benefícios do observatório de projetos . . . . .	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critérios Metodológicos da Pesquisa . . . . .	25
Tabela 2 – Mapa da estrutura da LAI . . . . .	35
Tabela 3 – Perguntas de investigação . . . . .	59
Tabela 4 – Quantitativo de respostas por região . . . . .	69
Tabela 5 – Institutos participantes por região . . . . .	71
Tabela 6 – Informações básicas do projeto . . . . .	72
Tabela 7 – Categorias dos projetos . . . . .	73
Tabela 8 – Informações sobre obras . . . . .	74
Tabela 9 – Informações sobre as partes interessadas . . . . .	75
Tabela 10 – Informações sobre o escopo do projeto . . . . .	76
Tabela 11 – Informações sobre o cronograma do projeto . . . . .	78
Tabela 12 – Status do projeto . . . . .	79
Tabela 13 – Informações sobre os custos do projeto . . . . .	80
Tabela 14 – Informações sobre os riscos do projeto . . . . .	82
Tabela 15 – Informações sobre o controle de mudanças . . . . .	83
Tabela 16 – Informações sobre as lições aprendidas . . . . .	84
Tabela 17 – Consequências da não divulgação de projetos . . . . .	86
Tabela 18 – Causas da não divulgação de projetos . . . . .	86
Tabela 19 – Referência PMBOK: Informações básicas do projeto . . . . .	91
Tabela 20 – Referência PMBOK: Partes interessadas do projeto . . . . .	94
Tabela 21 – Referência PMBOK: Escopo do projeto . . . . .	96
Tabela 22 – Referência PMBOK: Cronograma do projeto . . . . .	97
Tabela 23 – Referência PMBOK: Custos do projeto . . . . .	99
Tabela 24 – Referência PMBOK: Riscos do projeto . . . . .	101
Tabela 25 – Referência PMBOK: Controle de mudanças . . . . .	103
Tabela 26 – Referência PMBOK: Lições aprendidas . . . . .	104
Tabela 27 – Autoconceito: situação de uso e adjetivos . . . . .	121
Tabela 28 – Autoconceito: escala de diferencial semântico . . . . .	122
Tabela 29 – Autoconceito: participantes . . . . .	127
Tabela 30 – Autoconceito: resultado do Grupo de avaliadores 1 . . . . .	127
Tabela 31 – Autoconceito: resultado do Grupo de avaliadores 2 . . . . .	128
Tabela 32 – IF que responderam ao questionário . . . . .	158
Tabela 33 – Questionário Autoconceito Ideal . . . . .	169
Tabela 34 – Questionário Autoconceito Real (Artefato A) . . . . .	171
Tabela 35 – Questionário Autoconceito Real (Artefato B) . . . . .	173

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBaiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFFarroupilha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha
IFGoiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSertoPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambu- cano
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
IFSuldeMinas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LAI	Lei de Acesso à Informação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1	MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA	17
1.2	UNIVERSO DA PESQUISA	20
1.3	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	22
1.4	OBJETIVOS	24
<b>1.4.1</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>24</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>24</b>
1.5	MÉTODO DE PESQUISA	25
<b>1.5.1</b>	<b>Classificação da pesquisa</b>	<b>26</b>
<b>1.5.2</b>	<b>Desenho da pesquisa</b>	<b>27</b>
1.6	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	28
1.7	ESTRUTURA DO TRABALHO	28
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>30</b>
2.1	TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL	30
2.2	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	33
<b>2.2.1</b>	<b>Transparência ativa</b>	<b>38</b>
2.3	PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA	40
2.4	GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	44
<b>2.4.1</b>	<b>Guia PMBOK</b>	<b>47</b>
2.5	OBSERVATÓRIO DE PROJETOS	51
2.6	TRABALHOS RELACIONADOS	54
2.7	SÍNTESE DO CAPÍTULO	57
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA</b>	<b>58</b>
3.1	PRIMEIRA ETAPA	58
<b>3.1.1</b>	<b>Perguntas de investigação</b>	<b>58</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Coleta dos dados</b>	<b>59</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Análise dos dados</b>	<b>60</b>
3.2	SEGUNDA ETAPA	64
<b>3.2.1</b>	<b>Definição da população e amostra</b>	<b>64</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Pré-teste do questionário</b>	<b>66</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Coleta dos dados</b>	<b>68</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Análise dos dados</b>	<b>69</b>
3.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	87
<b>4</b>	<b>OBSERVATÓRIOS DE PROJETOS NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA</b>	<b>89</b>

4.1	REQUISITOS INFORMACIONAIS PARA OBSERVATÓRIOS DE PROJETOS	89
4.1.1	<b>Informações básicas</b>	90
4.1.2	<b>Partes interessadas</b>	93
4.1.3	<b>Escopo</b>	95
4.1.4	<b>Cronograma</b>	95
4.1.5	<b>Custos</b>	98
4.1.6	<b>Riscos</b>	100
4.1.7	<b>Controle de mudanças</b>	102
4.1.8	<b>Lições aprendidas</b>	104
4.1.9	<b>Interatividade</b>	105
4.2	PROTÓTIPO DO OBSERVATÓRIO DE PROJETOS	106
4.2.1	<b>Informações básicas</b>	107
4.2.2	<b>Partes interessadas</b>	112
4.2.3	<b>Escopo</b>	113
4.2.4	<b>Cronograma</b>	114
4.2.5	<b>Custos</b>	115
4.2.6	<b>Riscos</b>	116
4.2.7	<b>Controle de mudanças</b>	117
4.2.8	<b>Lições aprendidas</b>	117
4.2.9	<b>Interatividade</b>	118
4.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	119
5	<b>AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO</b>	120
5.1	AUTOCONCEITO: AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	120
5.2	ETAPAS DA AVALIAÇÃO	125
5.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS	126
5.3.1	<b>Questionário do autoconceito</b>	127
5.3.2	<b>Questionário de avaliação do protótipo</b>	128
5.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	135
6	<b>CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS</b>	137
6.1	CONCLUSÕES	137
6.2	LIMITAÇÕES E DIFICULDADES	139
6.3	CONTRIBUIÇÕES	140
6.4	TRABALHOS FUTUROS	141
	<b>REFERÊNCIAS</b>	143
	<b>APÊNDICE A – POPULAÇÃO DA PESQUISA</b>	152

<b>APÊNDICE B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS IF . . . . .</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE C – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS <i>SITES</i> DOS IF . . . . .</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS IF QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO . . . . .</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DA SEGUNDA ETAPA DA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA . . . . .</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO IDEAL . . . . .</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO REAL (ARTEFATO A) . . . . .</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO REAL (ARTEFATO B) . . . . .</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO . . . . .</b>	<b>175</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A contínua evolução digital proporciona um volume significativo de informações, resultando em uma complexa relação de ideias, portanto, saber filtrar, selecionar e processar a informação passa a ser vital no processo de construção do conhecimento (FARACO, 2015). A dificuldade em acessar cognitivamente a informação pública ocorre, em parte, por características que são implícitas à organização da estrutura da Administração Pública (COSTA; BARBOSA NETO, 2016).

Para Amaral e Sousa (2011), as mudanças socioeconômicas, culturais e tecnológicas, vivenciadas nas últimas décadas com o surgimento da globalização, da sociedade da informação e do conhecimento, e do desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), têm demonstrado dois problemas: o excesso de informação disponível, que pode dificultar a recuperação da informação realmente relevante e a necessidade de decisões cada vez mais rápidas.

Medeiros, Magalhães e Pereira (2014) acreditam que a utilização de meios de comunicação viabilizados pelas TICs, alterou a maneira como os cidadãos utilizam a informação e interagem com ela. Os autores acrescentam que o progresso das TICs elevou a possibilidade da sociedade fiscalizar os poderes públicos e participar da tomada de decisão.

Com a promulgação do marco legal da transparência pública, a Lei de Acesso à Informação (LAI), a divulgação de informações em portais governamentais tornou-se um desafio para os setores de TIC nos governos. Possibilitando o controle por parte da sociedade, os portais governamentais desempenham importante papel ao disponibilizarem informações aos cidadãos. Desta forma, avaliar a forma de apresentação e estruturação dessas informações é algo de grande valia para a sociedade.

Em estudos realizados sobre a aplicação da LAI nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no que se refere a transparência ativa, observou-se que o conceito não estava totalmente claro e que nenhum Instituto pesquisado cumpre integralmente as exigências da Lei. Evidenciou-se ainda, a falta de mecanismos de participação e interação popular nos portais, sendo determinantes aos problemas de acesso e de comunicação com o público em geral (MESQUITA, 2015) (FARACO, 2015).

Dependendo dos objetivos e da forma como são construídos, os portais eletrônicos podem contribuir efetivamente para a construção da *accountability*. Vale mencionar que, em virtude do dever atribuído à Administração Pública de gerir com transparência, é fundamental que seja desenvolvida na sociedade uma cultura transparente, para que esta tome conhecimento do seu direito de acesso à informação e saiba como usufruir deste direito para acompanhar as ações governamentais (FARACO, 2015).

Em outras palavras, dar publicidade não significa dar garantia de transparência e participação popular. A sociedade, a partir de um processo educacional, deve entender sua

posição dentro do estado democrático de direito, transformando as informações disponíveis em conhecimento. Na maioria das vezes, o acesso às informações, sejam elas digitais ou não, apresenta problemas de ordem física, intelectual e de comunicação, sendo os *websites*, a linguagem e a forma de publicação empecilhos diretos para uma plena interpretação e compreensão dos fatos, dificultando ainda mais o exercício da cidadania (FARACO, 2015).

Através desta pesquisa foi possível identificar que as informações disponibilizadas sobre projetos nos portais da transparência dos IFs, não proporcionam ao cidadão nem mesmo o acesso às informações básicas dos projetos desenvolvidos nesses Institutos. Portanto, este trabalho irá contribuir para uma mudança nesses portais que deixarão de ser meros murais eletrônicos, como acontece atualmente, e passarão a colaborar para uma transparência pública eficiente, uma prestação de contas justa à sociedade e a possibilidade da interação/participação do cidadão na gestão da Administração Pública.

As seguintes perguntas serão usadas como base para o processo de pesquisa deste trabalho:

**QP1:** Quais informações, para o acompanhamento dos projetos, devem ser divulgadas nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

**QP2:** Como a sociedade avalia a interatividade nesses portais?

O universo da pesquisa deste trabalho está centrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, composto por 38 unidades distribuídas em todo território nacional. Tendo como objetivo principal propor um conjunto de requisitos informacionais para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os critérios metodológicos para a execução e desenvolvimento desta pesquisa: Quanto à natureza, pesquisa aplicada; Quanto aos objetivos, pesquisa exploratória e descritiva; Quanto aos procedimentos técnicos, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento survey; Quanto à forma de abordagem do problema, Pesquisa mista (qualitativa e quantitativa).

## 1.1 MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA

A procura por informações e a cobrança por uma Administração Pública eficiente e transparente tem interessado cada vez mais aos cidadãos (PEGORARO, 2019). A gestão pública transparente requer uma ampla divulgação de toda e qualquer informação referente às contas públicas, de maneira compreensível, buscando ainda a utilidade dessas informações para que possam ser fiscalizadas (FARACO, 2015).

Desse modo, Faraco (2015) acrescenta que a informação pública divulgada só apresenta real sentido ao usuário, quando é transmitida com clareza pelos órgãos públicos e devidamente interpretada pelo indivíduo, acarretando conseqüentemente a apropriação social das informações relacionadas à gestão governamental. O autor aponta a necessidade

dos entes públicos, disponibilizarem à sociedade as informações essenciais para que o cidadão visualize os passos desenvolvidos pelo poder público no cumprimento de suas atribuições legais.

Sobre os portais da transparência, Nazário, Silva e Rover (2012) afirmam que a dificuldade em localizar e obter informações, bem como o excesso de etapas são pontos negativos que precisam ser superados. Segundo os autores, o público precisa compreender o que está sendo apresentado, razão por que os órgãos públicos devem expor somente informações relevantes e de forma clara, de fácil compreensão, evitando dúvidas na comunicação, possibilitando, assim, que os cidadãos se apropriem das informações para cobrarem dos agentes públicos. Os autores Costa e Barbosa Neto (2016) acrescentam que, além da dificuldade de acesso, existe o problema da informação está disponível, mas de maneira desorganizada inviabilizando o acesso.

Ainda sobre os portais, Viana (2012) evidencia que votações podem ser utilizadas para que o usuário se sinta parte na construção de um portal mais dinâmico. Para o autor, especificamente em relação a políticas públicas, que além de votos de aprovação ou rejeição dos gastos governamentais que podem direcionar o governo na definição de como melhor aplicar o dinheiro, plataformas para identificação de tendências de opinião podem ser utilizadas para descobrir tendências predominantes sobre ações e políticas governamentais possivelmente contraditórias (sem consenso da população).

Estácio (2019) ressalta a importância de índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio, para apresentar a informação financeira nos portais dos Institutos Federais para uma melhor compreensibilidade. Além disso, aponta que a presença de linguagem formal, técnica e complexa não promove o processo de comunicação e transparência das informações, como também limita a utilização do portal como instrumento de controle social da execução das políticas públicas desses Institutos. A autora salienta a importância de maior interatividade para os cidadãos, proporcionando maior participação popular e, por consequência, maior acompanhamento das políticas públicas executadas.

Um exemplo de sucesso em relação à divulgação de informações do poder público em meio eletrônico, é a página do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na rede social Facebook, que proporciona maior interação e democratização na relação entre o cidadão e o governo. A página tem grande alcance e o número de usuários seguidores é crescente. Ainda, devem ser consideradas as manifestações destes seguidores, que curtem, comentam e compartilham todos os conteúdos vinculados (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014).

Nesse contexto, a concepção desta pesquisa teve algumas motivações sendo originada a partir da dificuldade encontrada em obter informações sobre projetos, nos *websites* das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para uma atividade do mestrado que tinha como objetivo construir observatórios de projetos dessas Instituições. Ao realizar a pesquisa, nos deparamos com a falta de informações sobre projetos nos portais da transparência das IFES e quando íamos buscar explicações com os responsáveis, alguns

nem se quer sabiam o significado de projeto em sua instituição, tornando-se desafiador a proposta de obter informações sobre esses projetos.

Por outro lado, no Grupo de Pesquisa em Gestão de Projetos (GP2) existiam estudos a respeito de observatórios de projetos, através da célula OUP - Observatório Universal de Projetos, onde se tinha a lacuna de quais as informações sobre os projetos das IFES são mais relevantes para serem divulgadas.

Outra motivação da pesquisa, foi a análise realizada na Lei de Acesso à Informação onde se encontrou, explicitamente, a obrigatoriedade da divulgação de informações para o acompanhamento dos projetos da Administração Pública em seus *websites*.

A seleção pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se deu ao considerar o vínculo da autora como servidora de Tecnologia da Informação de um dos Institutos pesquisados, atingindo o objetivo principal desse mestrado profissional que é contribuir com a melhoria do local de trabalho do aluno.

No que se refere a relevância deste trabalho, partimos da premissa, construída a partir de evidências empíricas e teóricas, de que a transparência aliada a prestação de contas e ao controle social, traz benefícios à democracia e ao desenvolvimento do país ao tornar os governantes mais responsáveis.

Sobre os trabalhos existentes, há uma lacuna na área de conhecimento. Os estudos estão mais restritos a análise dos portais da transparência e não a uma proposta de mudança de como as informações sobre projetos são disponibilizadas à sociedade.

No que diz respeito a transparência ativa da LAI, este estudo é de grande importância, pois, além de verificar a conformidade dos IFs à exigência de divulgar informações sobre o acompanhamento dos projetos, ainda propõe uma mudança nos portais da transparência, desses Institutos, de como essas informações são disponibilizadas possibilitando o cumprimento dessa parte da Lei.

Os estudos realizados nesta pesquisa, apresentam aos gestores públicos o grande interesse da sociedade pela divulgação de informações que possibilitem o acompanhamento dos projetos dos IFs e identificam quais dessas informações devem ser disponibilizadas em seus portais. Através das informações identificadas, para o desenvolvimento de observatórios de projetos, os gestores têm a possibilidade de desenvolverem portais da transparência mais transparentes, contribuindo com a prestação de contas à sociedade e a interação/participação dos cidadãos na gestão da Administração Pública.

O desenvolvimento de observatórios de projetos em portais da transparência contribuem para um controle social mais efetivo através das informações disponibilizadas. Proporciona também a qualquer cidadão o direito de ter clareza de como parte do dinheiro pago nos impostos é utilizado, auxiliando no combate a corrupção. Ao ter livre acesso às informações da gestão, a sociedade tende a ser mais participativa, auxiliando na formulação de propostas consistentes e eficazes possibilitando a aproximação entre a Administração Pública e a população.

Destaca-se assim a importância deste estudo, ao propor uma transparência pública por meio da informação prestada aos cidadãos sobre o acompanhamento e resultado dos projetos, assegurando a fiscalização das ações executadas e a prestação de contas dos recursos investidos, permitindo assim que o gestor público exerça uma administração mais transparente.

Diante do exposto, espera-se que os resultados deste trabalho possam ser utilizados pelos Institutos Federais para subsidiar o desenvolvimento de ações que contribuam para o estímulo da transparência, possibilitando o acompanhamento da sociedade na aplicação dos recursos públicos e incentivando a consequente melhoria da qualidade do gasto público.

## 1.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). Em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, 31 Cefets, 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MEC, 2018a).

A Rede Federal constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições (MEC, 2018):

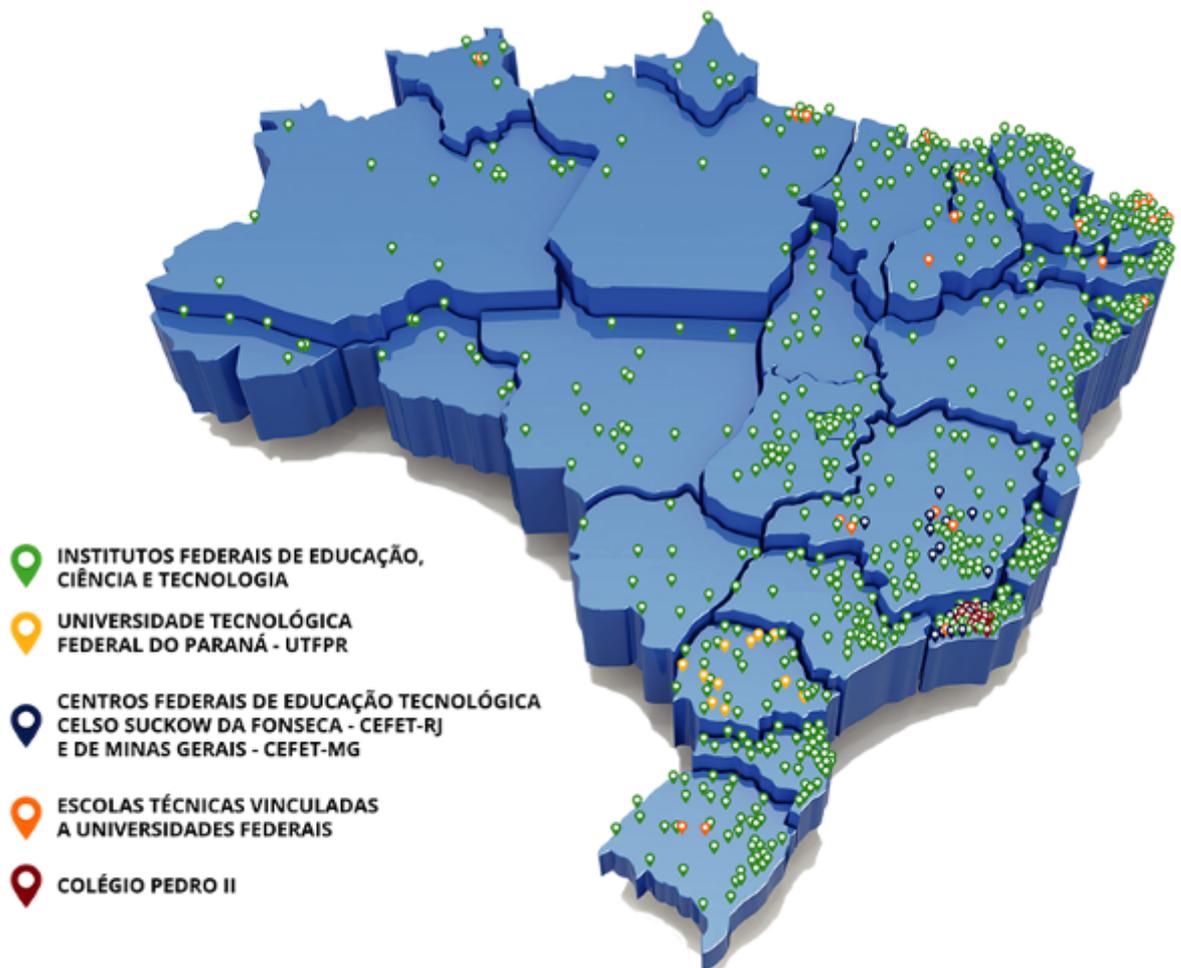
- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e
- V - Colégio Pedro II.

Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu. Instituídos no momento de constituição da Rede Federal, os institutos têm como obrigatoriedade legal garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada (MEC, 2018b).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica atualmente é composta por 38 Institutos Federais (IF), 02 Centros Federais de Educação Tecnológica

(Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Figura 1 mostra a abrangência da Rede Federal no território nacional (MEC, 2018b).

**Figura 1 – Abrangência da Rede Federal de Educação**



Fonte: MEC (2018b)

O universo da pesquisa deste trabalho está centrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, composto por 38 unidades distribuídas em todo território nacional.

### 1.3 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Partindo do entendimento de que os portais da transparência devem contribuir para a construção da transparência, accountability e do controle social. Raupp e Pinho (2010) evidenciam que se corre o risco, quando da criação de um portal da transparência, de que não haja transparência, prestação de contas e nem participação/interação com os cidadãos, e que o mesmo possa servir apenas de mural eletrônico.

Nesse sentido, Batista (2010) relata que apesar dos recursos tecnológicos proporcionarem rapidez e facilidade na busca pela informação, a simples disponibilização não garante a transparência e a facilidade de acesso aos cidadãos. Faraco (2015) aponta que os portais virtuais das instituições públicas precisam estruturar-se, permitindo aos cidadãos e usuários um adequado acesso aos conteúdos produzidos pelos agentes públicos no exercício de suas funções.

Inamine, Erdmann e Marchi (2012) destacam a necessidade de alguns termos, mais técnicos, serem acompanhados de uma breve explicação, pois, o entendimento é necessário para qualquer consulta. Para Figueiredo e Santos (2013) as pessoas necessitam assimilar os dados que estão sendo apresentados, competindo aos órgãos públicos apresentar de forma clara e de fácil entendimento, reduzindo as possíveis dúvidas a respeito da comunicação dada, de maneira que sejam expostas as informações mais expressivas que atendam as reais necessidades do público.

Foram identificadas evidências do problema de pesquisa em análise realizada na Lei de Acesso à Informação para verificar a exigência de divulgar informações sobre projetos. No Art. 8º da LAI, que trata da Transparência Ativa, há o estabelecimento da obrigatoriedade da divulgação do acompanhamento de projetos, descrito a seguir: “V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;” (BRASIL, 2011).

O Guia de Transparência Ativa, lançado em 2019, também ressalta a importância da divulgação de informações dos projetos sugerindo que sejam divulgados seus beneficiários, acompanhados do nome do projeto, valor do benefício, situação do projeto, prazo, patrocinadores e/ou doadores, discriminados por data da captação e valor captado. Ressalta ainda que as prestações de contas devem conter relatórios de cumprimento dos objetos dos contratos celebrados entre os beneficiários e o Poder Público para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e devem demonstrar a compatibilidade entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados (CGU, 2019).

O regimento interno do Tribunal de Contas da União – TCU destaca em seu Art. 239 que as auditorias são realizadas através de: “II – avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados;” (TCU, 2020).

Com base nisso, apresentaremos alguns estudos que evidenciam a importância da análise do problema desta pesquisa.

Outro estudo realizado por Machado, Marques e Macagnan (2013) verificou o nível de Transparência Ativa da Gestão Pública das capitais brasileiras e mostrou que após um ano de vigência da LAI, nenhuma das 26 capitais analisadas, pois o Distrito Federal ficou de fora da pesquisa, cumpria totalmente os requisitos da Lei. As principais lacunas observadas foram referentes à divulgação de informações sobre repasses e transferências de recursos e acompanhamento de programas, projetos, ações e obras. Cerca de 40% das capitais que fazem a divulgação de seus repasses e transferências tem disponibilizado informações muito simplificadas, o que resulta num acompanhamento superficial por parte do cidadão.

Os resultados encontrados por Monteiro (2014) no estudo sobre a aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa por Universidades Federais do Brasil, mostram que nenhuma instituição obteve pontuação máxima. A autora aponta que muitas universidades direcionam o cidadão a outras páginas dificultando o acesso à informação. E ressalta que itens dos Incisos V da LAI: programas, ações, projetos e obras, quase não foram identificados. As instituições não diferenciaram “ações” de “programas”, colocando as informações todas em conjunto, no mesmo *link* de acesso. Dos dados apresentados por “projetos” e “obras”, somente sete instituições apresentaram seus projetos nas páginas eletrônicas e, dessas sete, três com dados integrais e atualizados. A situação do item “obras” é ainda pior, onde apenas duas instituições registraram as obras executadas, embora sem atualização.

A autora aponta as principais iniciativas que as instituições públicas superiores devem realizar: Traçar diretrizes e criar políticas capazes de aproximar o corpo social para a participação da comunidade acadêmica e local em seus projetos e decisões; Melhorar a apresentação de seus orçamentos e gastos, não bastando direcionar os cidadãos a outros portais; Apresentar os programas e projetos, principalmente na área da educação, onde os recursos estão vinculados, ajudando a entender qual a priorização do investimento; Incentivar pesquisadores a apresentarem de forma clara e objetiva seus projetos de pesquisa e fontes de financiamento.

Silva (2017), analisou os *websites* dos IFs da região nordeste, com foco na Transparência Ativa e no que diz respeito as informações sobre projetos e obras, os resultados mostram que cerca de 63,63% dos Institutos pesquisados disponibilizam informações incompletas, sem mencionar as pessoas envolvidas nos projetos, nem explicar a finalidade dos mesmos, dando apenas uma sucinta descrição do que são. Além disso, não especificam como estão o andamento das obras, o quanto já se gastou e o que falta para concluir. Ou seja, faltam dados que possibilitem o real acompanhamento das ações desses órgãos. O autor ressalta a falta de atualização permanente das informações e a necessidade da disponibilização de forma integral.

Carossi, Pedan e Teixeira Filho (2017) realizaram uma pesquisa com o objetivo de

identificar os temas mais demandados pela sociedade registrados no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 104 Instituições Federais de Ensino Superior somando dados de 21.336 pedidos eletrônicos. O estudo identificou 20 categorias com 144 temas associados que indicam as informações prioritárias para serem divulgadas espontânea e proativamente, independentemente de solicitações, por essas instituições. Entre as informações, destacamos: Função dos servidores; Endereço de e-mail dos servidores; Orçamento das pesquisas acadêmicas; Licitação; Contratos; Assistência ao estudante; Obras; Prestação de contas; Despesas; Orçamento; Projetos de pesquisa.

Tendo como base a Transparência Ativa da LAI, o Guia de Transparência Ativa, o regimento interno do TCU e os estudos realizados que mostram a importância da divulgação de informações para o acompanhamento dos projetos dos órgãos públicos. E com a finalidade de tornar os portais da transparência dos Institutos Federais de Educação mais transparentes, com a possibilidade de serem utilizados como prestadores de conta à sociedade e oferecer interação/participação aos cidadãos. As seguintes questões de pesquisa norteiam este estudo:

**QP1:** Quais informações, para o acompanhamento dos projetos, devem ser divulgadas nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

**QP2:** Como a sociedade avalia a interatividade nesses portais?

Ao responder tais questionamentos será possível propor um conjunto de requisitos informacionais para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo geral

Propor um conjunto de requisitos informacionais para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### 1.4.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar e analisar as informações disponibilizadas nos *sites* e portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, referentes ao acompanhamento dos projetos, se estão de acordo com o que estabelece a transparência ativa da Lei de Acesso à Informação e se há oferta de interatividade;
- 2) Verificar quais as informações, para o acompanhamento dos projetos, tem maior relevância para serem divulgadas e qual o grau de interesse pela interatividade nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação;

- 3) Identificar um conjunto de requisitos informacionais para a construção de observatórios de projetos dentro dos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação;
- 4) Desenvolver e avaliar um protótipo do observatório de projetos com base nos requisitos informacionais definidos.

## 1.5 MÉTODO DE PESQUISA

Partindo da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A Tabela 1 apresenta as escolhas metodológicas para a execução e desenvolvimento desta pesquisa.

**Tabela 1 – Critérios Metodológicos da Pesquisa**

Quanto à natureza	Pesquisa aplicada
Quanto aos objetivos	Pesquisa exploratória
	Pesquisa descritiva
Quanto aos procedimentos técnicos	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
	Levantamento (survey)
	Autoconceito

Quanto à forma de abordagem	Qualitativa e quantitativa (mista)
-----------------------------	------------------------------------

Fonte: Elaborada pela autora

### 1.5.1 Classificação da pesquisa

De acordo com Rios (2016), adotar uma metodologia significa escolher um caminho. O autor evidencia que metodologia é um sistema de procedimentos que viabilizam a coleta, a seleção e a análise dos dados. Esses dados, catalogados e apreciados, comunicam resultados e conclusões de tudo que se buscou ao longo da pesquisa.

- **Quanto à natureza:**

Aplicada, pois, visa estudar problemas reais da sociedade e propor soluções com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Pretende-se estudar o problema específico da falta de divulgação de informações para o acompanhamento dos projetos dos Institutos Federais de Educação e propor uma solução.

- **Quanto aos objetivos:**

Pesquisa exploratória que é aplicada quando não há muita informação disponível na área de estudo e o pesquisador pretende reunir algumas ideias sobre o problema (WOHLIN; AURUM, 2014). O assunto da pesquisa ainda é pouco conhecido ou explorado e o estudo visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito e construindo hipóteses sobre ele.

Pesquisa descritiva onde os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisadora registrou e descreveu os fatos observados na pesquisa sem interferir neles.

- **Quanto aos procedimentos técnicos:**

Pesquisa bibliográfica, através da revisão ad-hoc da literatura, que utiliza material já publicado com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o que, já foi escrito sobre o assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram utilizados na pesquisa: livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, dissertações, teses e outros trabalhos devidamente registrados.

Pesquisa documental que se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa

(PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram localizadas, analisadas e interpretadas informações que se encontravam dispersas nos portais da transparência e *sites* dos Institutos Federais, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Levantamento (survey) que é um tipo de pesquisa que envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foi aplicado um questionário com a comunidade dos Institutos Federais de Educação para obtenção de informações a respeito do problema de pesquisa e posteriormente os dados obtidos foram analisados.

O método de avaliação do Autoconceito é medido calculando a distância euclidiana entre os valores atribuídos ao Autoconceito Ideal e ao Autoconceito Real do artefato analisado (OLIVEIRA, 2019). A teoria da auto congruência ressalta que quanto menor for a distância entre o Autoconceito Ideal e o Real, maior será a aceitação do artefato por parte do usuário e melhor sua experiência, sendo assim quanto maior o valor da distância calculada, menor é a aceitação (SIRGY, 1982). Essa técnica foi utilizada para medir a experiência do usuário em relação ao protótipo do observatório de projetos desenvolvido.

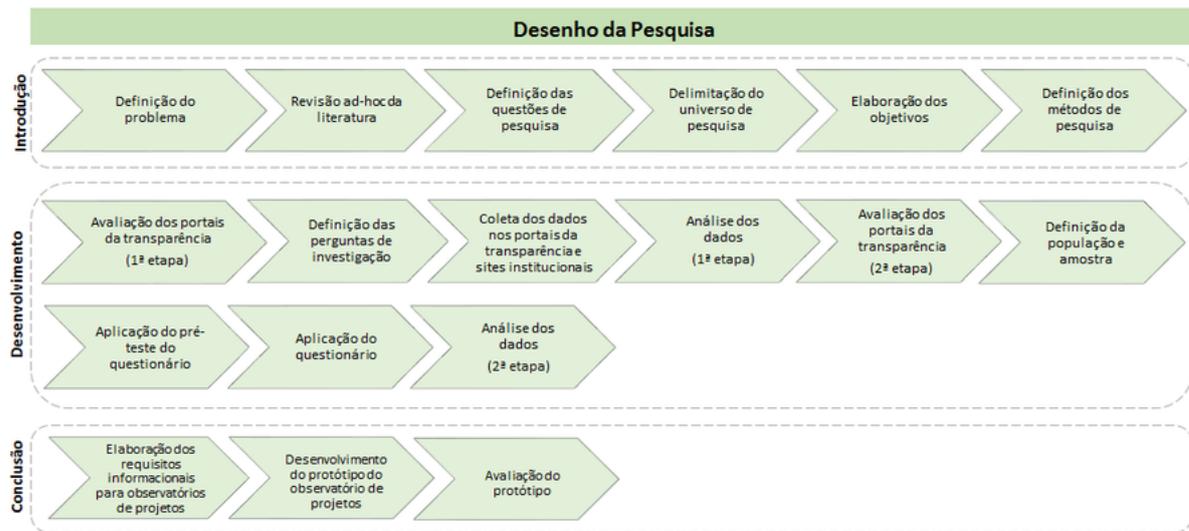
- **Quanto à forma de abordagem do problema:**

Pesquisa mista (qualitativa e quantitativa) que se refere à quantificação de dados qualitativos (WOHLIN; AURUM, 2014). Os dados coletados foram analisados numericamente além de serem interpretados para obtenção dos resultados da pesquisa.

### **1.5.2 Desenho da pesquisa**

O desenho da pesquisa ilustra as fases de operacionalização do estudo, descrevendo o fluxo das atividades desenvolvidas para solucionar o problema de pesquisa encontrado, como podemos verificar na Figura 2.

Figura 2 – Desenho de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

## 1.6 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho restringe a sua pesquisa ao âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como foco seus portais da transparência, buscando o cumprimento da Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação no que diz respeito a divulgação de informações para o acompanhamento de projetos.

Não será considerada a Transparência Passiva neste trabalho bem como a temática de dados abertos. Também não é objeto desta pesquisa a reestruturação de todo o portal da transparência desses Institutos, mas sim a inserção de um observatório de projetos dentro desses portais.

## 1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos, conforme segue:

- **Capítulo 1 - Introdução:** engloba a motivação e a relevância da pesquisa; o universo da pesquisa; a caracterização do problema; os objetivos geral e específicos; o método de pesquisa, a classificação da pesquisa e o desenho da pesquisa; encerrando com as delimitações da pesquisa.
- **Capítulo 2 - Referencial Teórico:** apresenta a base teórica da pesquisa sobre transparência, accountability e controle social; a lei de acesso à informação e a transparência ativa; os portais de transparência pública; o gerenciamento de projetos no setor público e o guia PMBOK; e por fim observatórios de projetos.

- **Capítulo 3 - Avaliação dos Portais da Transparência:** descreve as duas etapas realizadas para avaliação dos portais da transparência dos IFs, detalhando como ocorreu as fases da coleta e análise dos dados efetuadas na pesquisa.
- **Capítulo 4 - Observatório de Projetos nos Portais da Transparência:** trata da identificação de requisitos informacionais para o desenvolvimento de observatórios de projetos e do desenvolvimento do protótipo do observatório de projetos baseado nesses requisitos informacionais.
- **Capítulo 5 - Avaliação do protótipo:** detalha a avaliação do protótipo desenvolvido com base na técnica de Autoconceito.
- **Capítulo 6 - Conclusões e Trabalhos Futuros:** expõe as conclusões obtidas na pesquisa; as limitações e dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa; principais contribuições e as recomendações para trabalhos futuros.

Por último, apresentam-se as referências bibliográficas que embasaram a pesquisa e os apêndices referidos no decorrer da dissertação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este Capítulo tem o objetivo de proporcionar o embasamento teórico e conceitual necessários para o melhor entendimento da pesquisa, sendo seu conteúdo baseado em uma revisão ad-hoc da literatura. As considerações autorais, conceitos e definições tratadas e descritas, foram produzidas a partir do levantamento em publicações literárias, técnicas e acadêmicas, em formato tradicional ou digital (livros, revistas científicas, artigos, *sites*, teses acadêmicas ou outro meio).

De acordo com a relevância para o contexto, para uma melhor compreensão do conteúdo e dos resultados desta pesquisa, foi dado ênfase aos conceitos de: Transparência, Accountability e Controle social; Lei de Acesso à Informação; Portais da Transparência; Gerenciamento de Projetos na Administração Pública e Observatório de projetos. Exemplificamos também, neste Capítulo, os trabalhos relacionados com o tema da pesquisa.

### 2.1 TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL

A transparência pública, pode ser entendida, como um mecanismo destinado ao conhecimento pela sociedade das contas e ações governamentais e conseqüentemente à ampla participação dos usuários na gestão governamental (FARACO, 2015). O conceito de transparência tem evoluído, da simples divulgação de informações para uma cobrança de atitudes dos agentes públicos, ao fornecer informações, com qualidade e quantidade, que estimulem a democracia (MATIAS-PEREIRA, 2010). A palavra transparência traz consigo a honestidade, lisura e abertura (CRUZ et al., 2012).

Para Rodrigues (2013), a noção de transparência pública já está incorporada na sociedade, mesmo não sendo inteiramente praticada pelos governos e instituições. A autora ressalta que a transparência dos atos governamentais é uma premissa para o bom funcionamento da Administração Pública, remetendo a uma prática e a um conjunto de dispositivos que permitiriam um controle mais efetivo dos atos do governo, bem como a sua compreensão pela sociedade. A transparência pública tem como objetivo principal, de acordo com Faraco (2015), divulgar não só informações previstas em lei, mas também qualquer dado que seja de interesse da população, estabelecendo confiança e credibilidade entre o governo e os usuários dos serviços públicos.

A transparência pública possui algumas características, destacadas por Cruz et al. (2012), sendo elas: informação livre, disponível, compreensível, diretamente acessível aos que serão afetados pelas decisões delas decorrentes, prestadas de forma completa em meios de comunicação adequados. E oferece algumas vantagens para: a) o Estado que passa a ter diversos fiscais acompanhando a sua gestão; b) o empresariado que pode participar de forma justa de processos de contratações públicas; c) a sociedade, principalmente, que pode acompanhar a exata aplicação de como o dinheiro público está

sendo gasto (VIANA, 2012).

Cabe a sociedade, segundo Rocha (2011), responder por uma dupla obrigação: dos cidadãos, de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los; e dos governantes de prestar contas das suas ações aos cidadãos que os escolheram. O autor ressalta que surge daí um dos problemas mais importantes dos regimes democráticos modernos que é desenvolver formas e instrumentos de *accountability*, isto é, processos de avaliação e responsabilização permanente dos agentes públicos que permitam ao cidadão controlar o exercício do poder concedido aos seus representantes.

O termo *accountability* ainda gera bastante discussão e controvérsias, sendo que é uma palavra da língua inglesa onde sua tradução não está bem estabelecida. De acordo com Angélico (2012), um conceito inicial de *accountability* aponta para um regime eficaz de responsabilização, prestação de contas e - se for o caso - penalidades. O autor acrescenta que embora o termo seja frequentemente traduzido como “prestação de contas”, também inclui a noção de responsabilidade dos eleitos, de transparência e de fiscalização. Salienta ainda que a informação é o ingrediente fundamental, no entanto, exige-se a participação da sociedade civil, seja por meio do voto ou de controles sociais.

Para Rocha (2011), ser cidadão em um regime democrático, significa possuir uma série de direitos, entre os quais o de participar da escolha de seus governantes e de influenciar nas suas decisões. No entanto, segundo o autor, significa, também, uma série de obrigações, entre as quais a de participar das atividades diretamente vinculadas à seleção dos governantes e da vigilância sobre as suas ações. O autor ainda acrescenta que, a participação para ser efetiva necessita de informações precisas e confiáveis que permitam ao cidadão construir um quadro referencial da atuação do governo e, a partir daí, atuar no sentido de exigir que os representantes expliquem as suas ações, mudem sua forma de agir ou mesmo alterem os objetivos das políticas públicas.

A participação popular, base para o controle social, necessita da transparência das ações governamentais, uma vez que, sem informações, as decisões são prejudicadas (SILVEIRA, 2017). Com base nisso, tem-se ampliado cada vez mais as discussões sobre a necessidade de se promover uma gestão pública transparente que possibilite a participação social de forma efetiva, viabilizando o engajamento do cidadão nas decisões do Estado visando uma maior eficiência no atendimento das demandas da sociedade (SILVA, 2017). Portanto, o controle social, possibilita que as ações do governo sejam observadas, questionadas, discutidas e até mesmo confrontadas por qualquer cidadão (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014).

Com base nisso, Gonçalves (2016) apresenta alguns benefícios da transparência e do controle social na Administração Pública: diminuição da corrupção; maior eficiência da máquina pública; engajamento da sociedade nos assuntos de interesse coletivo; maior proximidade entre o Estado e a sociedade; e uma maior assertividade na implantação de

políticas públicas, entre outros. Somente pela divulgação dos atos da Administração Pública é possível que os cidadãos exerçam um controle social efetivo, o qual visa levar a cabo o atendimento às necessidades e aos anseios da população (NERY, 2018).

Portanto, o livre acesso às informações produzidas pelos Órgãos Públicos constitui-se em um dos alicerces para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade do cidadão de participar, de modo eficaz, da tomada de decisões (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014). Por outro lado, Gonçalves (2016) alerta que a ausência de informações ou a disponibilização de informações na internet, desvinculadas da realidade ou excessivamente tomadas pela burocracia, pode limitar a obtenção dos fins a que se destinam – a transparência pública e o controle social. Nazário, Silva e Rover (2012), acrescentam que a possibilidade de controle social está diretamente relacionada com a organização e com a qualidade das informações oferecidas.

Nesse sentido, a informação prestada deve ser relevante, confiável, oportuna e compreensível, sendo a compreensibilidade dos dados e das informações pelos usuários uma condição indispensável (NERY, 2018). De acordo com Angélico (2012) a transparência não depende, apenas, do grau de visibilidade da informação, mas também do quanto a informação disponibilizada conduz a inferências corretas. O autor acrescenta que um governo realmente transparente deve preocupar-se não só com a disponibilização de informações, mas em disponibilizá-las de maneira que elas sejam úteis, contribuindo a um sistema de prestação de contas efetivo. Fox e Haight (2011) evidenciam que uma das principais características do direito de acesso à informação é que seu resultado depende tanto da capacidade da sociedade exercer esse direito, quanto de agirem com base na informação adquirida.

Diante disso, Zuccolotto e Teixeira (2014) destacam em seus estudos, que uma política de transparência em que a sociedade compreende o que está sendo informado e participa ativamente de seu aperfeiçoamento, pode gerar importantes acréscimos para a melhoria da qualidade da democracia. O cidadão precisa entender o processo de planejamento do Estado para poder perceber o seu papel de fiscalizador das políticas públicas e conseguir utilizar as ferramentas, disponibilizadas pelos Órgãos Públicos, adequadamente como aliadas percebendo e processando as informações disponibilizadas (FARACO, 2015).

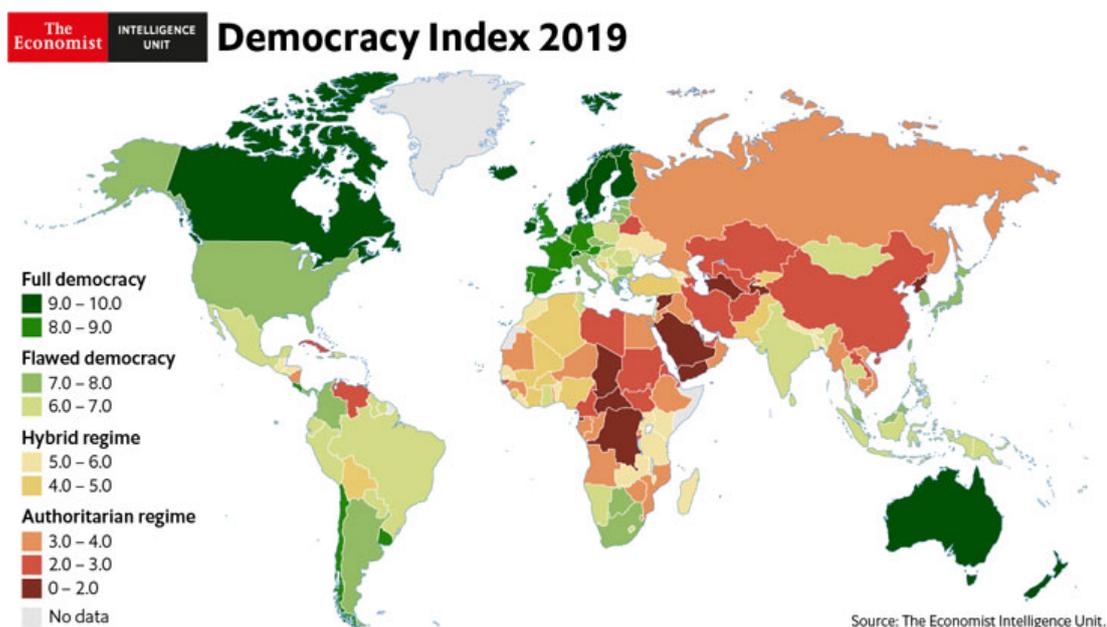
Para Santos (2013), no Brasil a implementação de determinadas políticas públicas se faz através de grande desperdício de recursos utilizados, muitas vezes, para fins diversos do interesse público, incidindo em práticas de corrupção. O autor ressalta que a transparência se constitui como uma ferramenta importante de controle social na execução dos gastos públicos, controle administrativo e combate à corrupção. Sendo relevante para a participação social através do conhecimento e compreensão de informações.

O Brasil, no ano de 2019, caiu no ranking do desempenho democrático dos governos em avaliação feita pela *The Economist Intelligence Unit*, da revista *The Economist*. Noruega, Islândia, Suécia e Nova Zelândia lideram o *ranking* onde no total o Brasil somou apenas

6,8 pontos, numa escala de 0 a 10, abaixo do que registrou em 2018 e passou a ocupar 52ª posição no geral e na América Latina a 10ª posição. Com essa pontuação, o Brasil foi classificado como “democracias falhas” ou “democracias imperfeitas” se referindo a locais onde existem eleições livres e justas e onde as liberdades básicas são respeitadas mas existem fragilidades significativas na gestão do governo, uma cultura política insuficiente e uma participação popular reduzida no destino das políticas adotadas (CHADE, 2020).

A Figura 3 apresenta a classificação do Índice de Democracia 2019.

Figura 3 – Índice de Democracia 2019



Fonte: Chade (2020)

## 2.2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O direito de receber e transmitir informações já era defendido pela Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948, onde em seu artigo XIX contempla que:

Todos os seres humanos têm direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ARTIGO19, 2020).

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, a legislação brasileira vem evoluindo no sentido de promover a transparência pública. O acesso à informação foi consolidado como direito fundamental em seu Art. 5º:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988);

Nesse contexto, Faraco (2015) considera que o direito à informação constitui pressuposto ao exercício de todos os outros direitos fundamentais, uma vez que o efetivo exercício destes depende do acesso e conhecimento alcançado pelos usuários. Silva (2017) acrescenta que as leis que asseguram o direito do cidadão de ter acesso às informações governamentais cumprem um papel fundamental para o fortalecimento, ou até mesmo a existência da democracia. Medeiros, Magalhães e Pereira (2014) complementam que em qualquer governo democrático, o interesse público deve ser o objeto primordial, sendo necessário que haja mecanismos para evitar que o interesse privado sobressaia ao público, jogando por terra toda busca pela democracia.

Após várias reivindicações realizadas principalmente por entidades defensoras da transparência pública, vinte e três anos depois de prevista na Constituição Brasileira, oito anos de tramitação e entre os três últimos países da América Latina, no ano de 2011, o Brasil tornou-se o 90º país a contar com uma lei geral de acesso à informação pública, a Lei 12.527, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI). A LAI pode ser considerada ampla e progressista, criada com o intuito de ditar normas para assegurar a proteção deste direito humano fundamental de acesso à informação (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014). A elaboração dessa lei, era de extrema necessidade, pois, as que existiam sobre direito de acesso à informação estavam atreladas a disposições sobre orçamento e meio ambiente, e as demais versavam mais sobre sigilo que sobre acesso (PAES, 2012).

Como o texto da LAI prevê a entrada em vigor para 180 dias, o ano de 2012 tornou-se o estágio inicial da sua implementação. Com o surgimento da lei, houve a vinculação dos órgãos e entes à obrigatoriedade de permitir, de forma ágil, clara e transparente, o acesso às informações da Gestão Pública pelos cidadãos. Sendo considerada um marco no processo de amadurecimento do Estado democrático brasileiro, representa uma mudança de paradigma ao estabelecer o acesso como regra e o sigilo como exceção. E tem a pretensão de resolver um problema histórico do País, o privilégio de acesso às informações públicas, que sempre prejudicou os grupos socialmente excluídos (MESQUITA, 2015).

Bairral, Silva e Alves (2015) consideram a LAI o marco regulatório que propõe a migração da cultura de sigilo da Administração Pública brasileira para o culto ao acesso, implicando na substituição dos ritos de criação de documentos secretos por ritos de ampla divulgação. Pegoraro (2019) acredita que com o advento da lei, o Brasil deu um importante passo em relação à criação de mecanismos de divulgação e de garantia à sociedade quanto a disponibilização de dados e informações da gestão governamental, além do fomento à transparência e a promoção da *accountability*, provocando um ciclo de mudanças na relação entre o cidadão e o gestor público, no que se refere à transparência.

A LAI representa um marco no reconhecimento e na efetivação do direito de acesso às informações públicas, delimitando procedimentos e regras com vistas a garantir a realização do controle social (ESTÁCIO, 2019). Possui natureza ousada, tendo como uma de suas missões principais abrir a Administração Pública para a participação cidadã por meio da transparência dos atos administrativos, com vistas a combater o problema histórico da corrupção (ALVES, 2012). A participação cidadã, através do acesso à informação, é essencial para garantir que as políticas públicas implementadas pelos governos sejam potencializadas, desde seu planejamento até sua execução (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014).

Segundo Faraco (2015), no Brasil não há omissão na regulamentação da transparência, no entanto, o controle social é exercido de maneira muito tímida pelos cidadãos. O autor acrescenta que não é costume sequer o simples acesso aos dados públicos, não havendo nenhuma apropriação social das informações contidas nos documentos públicos disponibilizados pelas instituições. E acredita que como consequência desse quadro tem-se a presença da publicidade apenas como obrigação legal, deixando uma lacuna para que a transparência das informações seja de fato um dos pilares da democracia.

A LAI, em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública, dispõe sobre os aspectos que precisam ser observados, propondo as seguintes diretrizes em seu Art. 3º:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011).

A Controladoria-Geral da União (2011) apresenta um mapa da estrutura do texto da Lei de Acesso à Informação, demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Mapa da estrutura da LAI**

<b>Tema</b>	<b>Onde encontrar</b>	<b>Palavras-chave</b>
Garantias do direito de acesso	Artigos 3, 6 e 7	Princípios do direito de acesso; Compromisso do Estado.

Regras sobre a divulgação de rotina ou proativa de informações	Artigos 8 e 9	Categorias de informação; Serviço de Informações ao Cidadão; Modos de divulgar.
Processamento de pedidos de Informação	Artigos 10,11,12,13 e 14	Identificação e pesquisa de documentos; Meios de divulgação; Custos; Prazos de atendimento.
Direito de recurso à negativa de liberação de informação	Artigos 15,16 e 17	Pedido de desclassificação; Autoridades responsáveis; Ritos legais.
Exceções ao direito de acesso	Artigos 21 ao 30	Níveis de classificação; Regras; Justificativa do não-acesso.
Tratamento de informações pessoais	Artigo 31	Repeito às liberdades e garantias individuais.
Responsabilidade dos agentes públicos	Artigos 32, 33 e 34	Condutas ilícitas; Princípio do contraditório.

Fonte: Adaptado de CGU (2011, p. 19)

A Lei abrange todos os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta de todas as esferas federais (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), relativas aos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Bem como, empresas estatais, Ministério Público e as entidades que recebem verbas governamentais. Após a entrada em vigor da LAI, a CGU assumiu a responsabilidade por gerir todo um complexo sistema que visa a administrar o acesso às informações públicas sob controle do Poder Executivo Federal.

Segundo Mendel (2009) e outros especialistas um dos problemas da LAI brasileira, acontece quando o pedido de informação ao Governo Federal não é respondido, o público deve recorrer à CGU, um órgão do próprio governo. Outro problema ressaltado é a obrigação da identificação do requerente no momento da solicitação da informação.

Para cumprir sua finalidade, a Lei estabelece duas maneiras pelas quais o Estado

deve proporcionar o acesso à informação: Transparência Ativa e Transparência Passiva.

A Transparência Ativa é o princípio que exige de órgãos e entidades públicas a divulgação de informações de interesse geral, independentemente de terem sido solicitadas (FEDERAL, 2017). Detalharemos a transparência ativa na subseção seguinte.

A transparência passiva se refere a obtenção de informações mediante solicitação pelos cidadãos pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) que foi desenvolvido pela CGU para supervisionar, acompanhar e centralizar todos os pedidos de informação dirigidos ao Poder Executivo Federal feitos com base na LAI. A solicitação pode ser feita pessoalmente no órgão ou por meio eletrônico. O pedido é realizado através do preenchimento de um formulário, sendo solicitada a identificação do requerente que não necessita justificar as razões da sua solicitação de acesso, com prazo de resposta de 20 dias prorrogáveis por mais 10. No e-SIC o cidadão pode: acompanhar o andamento do pedido; entrar com recursos; consultar as respostas recebidas; entrar com reclamação, caso o pedido não tenha sido respondido (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2020).

A LAI terá a missão de produzir uma sociedade melhor informada, com seus direitos fundamentais mais protegidos, com gestões públicas mais transparentes e eficazes, refletindo em uma população mais consciente de seus direitos, contribuindo assim para a consolidação da democracia (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014). Levando-se em consideração as dificuldades de se implementar políticas em todo o território nacional, dificuldades derivadas, principalmente, da divisão política entre União, Estados e Municípios, Michener, Contreras e Niskier (2018) alerta que uma lei de acesso à informação pode ser forte no papel, mas é notoriamente difícil garantir sua plena implementação e cumprimento.

Para Darch e Underwood (2010), a percepção otimista de que somente uma lei é o suficiente para resolver os problemas existentes, é desmentida em estudos realizados em países africanos onde leis de acesso à informação pública fracassaram, não sendo a garantia da democracia e do combate a corrupção, entre outros benefícios de uma lei de acesso.

Contudo Angélico (2012) ressalta que estudos internacionais sugerem que, em países onde a participação popular foi mais ativa, os governos são mais abertos fazendo com que a sociedade se beneficie mais da legislação. De acordo com o autor, o acesso à informação pública junto a uma legislação de acesso é visto como um importante mecanismo anticorrupção tornando os governos mais eficientes e promovendo os direitos humanos. Sendo assim, a efetividade de uma lei de acesso à informação pública depende, fundamentalmente, do comportamento da sociedade e de sua interação com o Estado; E se o governo tem em sua liderança, alguém comprometido com o acesso à informação.

Do ponto de vista internacional, muitos foram os países que criaram legislações acerca de acesso às informações governamentais, iniciando pela Suécia, primeiro país no mundo que tomou esta iniciativa em 1766. Pode-se afirmar que países de todas as regiões do mundo adotaram esse tipo de lei, o que demonstra o consenso deste direito ser

fundamental para o alcance da democracia (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014).

De acordo com Paes (2012), muitos dos princípios e elementos essenciais à elaboração de leis de acesso à informação, apontados internacionalmente, podem ser identificados no texto da Lei brasileira. A autora afirma que a legislação do México, a dos Estados Unidos e a da Suécia foram consultadas na elaboração do texto do projeto de lei do Executivo Federal e que a redação final do texto da Lei atendeu praticamente a todos os requisitos apontados por especialistas internacionais. Assim pode-se concluir que, em termo de direito de acesso à informação, o Governo Federal está atento às demandas internacionais.

Apesar de ainda haver fortes limitações no acesso às informações governamentais, é notório o avanço do Brasil nesse aspecto. Podemos citar como um dos exemplos, a posição que o país atingiu no *Global Right to Information Rating* 2019, que é um estudo que avalia a qualidade das leis de acesso à informação no mundo. O Brasil ficou em 27<sup>º</sup> no *ranking* que é composto por 123 países, ficando à frente de países como Suécia, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Finlândia e Colômbia que promulgaram leis de acesso à informação bem mais cedo que o Brasil (COUNTRY ECONOMY, 2020).

### 2.2.1 Transparência ativa

Por ter surgido depois de várias legislações de outros países, a LAI, trouxe avanços que muitas das demais leis não têm, dentre as vantagens, podemos citar a adoção do conceito de Transparência Ativa. Que está relacionada com informações divulgadas de maneira voluntária, de forma espontânea pelas instituições públicas podendo ser entendida como a apresentação proativa das informações de uma Organização Pública, sejam essenciais ou não (MONTEIRO, 2014).

A LAI determinou a todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) a obrigação de ofertar na Internet, de forma simples, ágil e acessível, informações relevantes, de interesse geral e coletivo, por eles produzidas ou custodiadas (BRASIL, 2011). A Transparência Ativa é chamada assim, pois, independe da solicitação do cidadão, devendo também ser completa e regularmente atualizada, sendo assim os governos estariam obrigados a manter os cidadãos atualizados acerca de despesas orçamentárias, com pessoal, licitações, arrecadação de impostos, pagamento de fornecedores, etc (RESENDE; NASSIF, 2015).

A Lei ressalta que essas informações devem ser disponibilizadas de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, sendo que os órgãos devem divulgar, também, outras informações que julguem ser de interesse da sociedade. Para Gonçalves (2016), a Lei de Acesso à Informação diferencia-se das demais leis, por estabelecer de modo explícito a forma como as informações devem ser divulgadas (em local de fácil acesso e em linguagem de fácil compreensão) submetendo o Estado brasileiro ao princípio da máxima publicidade, determinando que os órgãos e entidades públicas utilizem todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem para divulgação de suas informações.

Segundo Ventura, Siebra e Fell (2013), a Transparência Ativa diminui o número de solicitações demandadas pelos cidadãos, o que minimiza o trabalho e os custos do processamento e administração dos pedidos individuais destacando a importância da implementação efetiva pelos órgãos. Já Maior Filho (2018) entende que a Administração Pública deve agir de maneira proativa, publicizando as ações de gestão e de aplicação de recursos públicos, sem que seja necessário requisitar ou transpor barreiras para obtê-las. Silva e Alves Filho (2017) ressaltam que devem ser publicadas todas as informações necessárias para que a sociedade tenha condições de avaliar as ações dos agentes públicos.

Para a Transparência Ativa, a LAI determina, no § 1º do artigo 8º, que os órgãos deverão, obrigatoriamente, divulgar na Internet uma seção específica para a divulgação das informações que constem, no MÍNIMO:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. (BRASIL, 2011).

Destacamos o que está escrito, no inciso V, a obrigatoriedade de divulgar, no mínimo, dados gerais para o acompanhamento dos projetos e fazemos uma ligação com o problema de pesquisa: falta de informações sobre projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Se está na lei, qual a razão dessas informações não serem divulgadas? Uma das possíveis causas, segundo Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), é que as punições geralmente não são significativas.

Para auxiliar os órgãos públicos, a respeito da Transparência Ativa, em 2019, foi lançado o Guia de Transparência Ativa (GTA) para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal que tem por objetivo orientar sobre a publicação proativa, em seus *sites* oficiais, das informações previstas na LAI. O objetivo da padronização é oferecer ao cidadão um padrão que facilite a navegação, permitindo uma rápida localização e obtenção das informações (CGU, 2019).

O Guia salienta que as informações referentes a LAI devem ser feitas em seção específica denominada “Acesso à Informação” e disponibilizada, necessariamente, no *menu* principal das páginas que deve ser composto por diversos itens, cada um aberto em página própria. A nomenclatura e a disposição deles devem ser: Institucional; Ações e Programas; Participação Social; Auditorias; Convênios e Transferências; Receitas e Despesas; Licitações e Contratos; Servidores; Informações Classificadas; Serviço de Informação ao

Cidadão – SIC; Perguntas Frequentes; Dados Abertos. Além dos itens obrigatórios, o órgão pode disponibilizar, no mesmo *menu*, outros assuntos que sejam muito demandados pela sociedade ou que sejam considerados de interesse público.

A respeito da divulgação de informações sobre os projetos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o Guia sugere que sejam divulgados os beneficiários, acompanhados do nome do projeto, valor do benefício, situação do projeto, prazo, patrocinadores e/ou doadores, discriminados por data da captação e valor captado. As prestações de contas, dos projetos, devem conter relatórios de cumprimento dos objetos dos contratos celebrados entre os beneficiários e o Poder Público e devem demonstrar a compatibilidade entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados. Ainda sobre os projetos, devem ser divulgadas a indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação, principais metas, indicadores de resultado e impacto (quando existentes) e os principais resultados. O Guia ainda ressalta a importância dessas informações serem publicadas em linguagem cidadã, que (MENDONÇA; CATARINA; OLIVEIRA, ) descrevem como “um direito de acessar informações escritas de forma clara, objetiva e direcionada às necessidades, que não discrimina, e empodera a população no exercício de sua cidadania”.

### 2.3 PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Ao longo do tempo, o governo brasileiro tem buscado evoluir seus processos e a prestação de serviços com o auxílio da tecnologia. Com base nisso, no ano 2000, iniciou o Programa de Governo Eletrônico (e-Gov) com uma série de adaptações e inovações para a realização da melhoria da qualidade do serviço público oferecido (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

O primeiro portal de transparência do governo brasileiro foi o Portal da Transparência do Governo Federal, lançado em 2004, pela Controladoria-Geral da União com o objetivo de possibilitar ao cidadão o acompanhamento do uso dos recursos públicos, bem como assuntos relacionados à gestão pública. O Portal da Transparência diz respeito ao Executivo Federal, sendo assim os Estados, Municípios e os outros poderes são responsáveis por criar e manter seus próprios portais da transparência. O acesso é livre, ou seja, o usuário não precisa fazer cadastro para ter acesso às informações.

Os dados divulgados no Portal são provenientes de diversas fontes de informação, entre as quais estão os sistemas estruturadores do Governo Federal sendo o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape); as bases de benefícios sociais; as faturas de cartão de pagamentos do Governo Federal; as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras. Os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU, que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. A periodicidade de envio dos dados depende do assunto tratado, assim como a periodicidade de atualização das

informações no Portal (CGU, 2020).

São disponibilizados dados sobre: Orçamento anual; Receitas públicas; Despesas públicas; Recursos transferidos; Gastos por cartão de pagamento; Áreas de atuação do governo; Programas de governo; Benefícios aos cidadãos; Programas e ações orçamentárias; Emendas parlamentares; Órgãos do governo; Servidores públicos; Viagens a serviço; Imóveis funcionais; Licitações; Contratações; Convênios e outros acordos, sanções, etc.

Com o surgimento da LAI, que determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizem, em meio eletrônico e em tempo real, as informações detalhadas acerca da sua execução orçamentária e financeira, todos os entes federativos brasileiros são obrigados a divulgar essas informações, por meio dos portais da transparência, com a única exceção possível para esta determinação sendo aplicada aos municípios com menos de 10.000 habitantes (BRASIL, 2011).

Desse modo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao Ministério da Educação (MEC), estão obrigados ao cumprimento dos dispositivos da LAI no que tange a transparência das informações produzidas no desenvolver de suas atividades. No entanto, a padronização do processo de implantação dos portais pelos diversos entes federativos foi feita somente a partir de abril de 2013, com a publicação do Guia de Implantação de Portais de Transparência pela CGU. O Guia engloba uma lista de requisitos desejáveis e obrigatórios que devem ser considerados na criação de portais de transparência divididos em dois temas: “Sobre o sítio eletrônico” e “Sobre o conteúdo” (CGU, 2013).

Seguindo na linha do aperfeiçoamento dos serviços através do uso da tecnologia, o governo lança em 2018 a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) que tem como base: Economia Digital e Governo Digital. Destacando que a LAI deve ser cumprida tempestivamente, criando uma plataforma digital de participação social, para tornar possível o diálogo entre Administração Pública Federal e sociedade civil, com o objetivo de promover a interação, a divulgação de conteúdos relacionados às políticas públicas, por meio do amplo acesso dos usuários a ferramentas de comunicação e interação, fóruns de debate, salas de bate-papo, vídeos, mapas, trilhas de participação com diversos mecanismos de consulta, dentre outros (MCTIC, 2018).

O meio eletrônico, portanto, constituiu-se como o principal canal de divulgação das informações referidas pela legislação sendo que os avanços tecnológicos são essenciais à ampliação do acesso à informação. E de acordo com Tres e Fugalli (2016), isso traz clareza aos atos públicos e fortalece a democracia brasileira. As autoras acrescentam que com mais transparência, os atos de corrupção e má gestão tendem a reduzir, aumentando a governança da administração. Para Bairral, Silva e Alves (2015), a ampla divulgação das informações nos *sites* oficiais gera diversos benefícios, tais como: redução do número de solicitações de acesso à informação; diminuição do trabalho e dos custos empreendidos no processamento dos pedidos; facilitação do acesso das informações pelos cidadãos.

No entanto, de acordo com Resende e Nassif (2015), o órgão público ainda entende a informação como algo de sua propriedade, como um bem exclusivo do estado. Os autores ressaltam que quebrar essa percepção e condicionar a informação como um bem público foi o primeiro desafio para implantação de uma cultura informacional de transparência. Nesse sentido, acrescentam que os portais da transparência são a base técnica para a implantação das práticas de gestão informacional e se configuram como agentes de democratização da informação, ao passo que permitem a consulta aos dados de forma impessoal, direta e imediata.

A construção de portais governamentais, por intermédio dos quais os governos mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitam a concentração e disponibilização de serviços e informações, o que facilita a realização de negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos (NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012). É através dos portais que a sociedade tem disponível as informações e os serviços em tempo integral, sem a necessidade de deslocamento, ganhando rapidez no acesso e no tempo de execução, além de qualidade. O governo ganha maior capacidade de atendimento, custo reduzido e mais transparência (FARACO, 2015).

No centro da transparência está a comunicação efetiva dos resultados dos serviços gerados pelo poder público diretamente ao cidadão, sendo que o gestor dispõe de meios físicos e virtuais para divulgação à ampla gama de interessados. A assiduidade da utilização dos portais eletrônicos se dá principalmente pelo fato dessas ferramentas fornecerem aos cidadãos diversos benefícios relacionados à disponibilização de serviços e informações em tempo integral e rápida, além dos benefícios gerados ao governo, que consegue atender a uma demanda maior da população, com redução de custos e amplitude de transparência em suas ações (FARACO, 2015).

Para Viana (2012), a legitimidade, entendida como o cidadão acreditar no poder público e ver suas solicitações e anseios atendidos, pode e deve ser também considerada prioridade. O autor acredita que devido à natureza não lucrativa do governo, outras prioridades com foco na satisfação dos usuários devem ser garantidas. Salienta que os custos também devem ser ponderados com a redução da corrupção - pelo maior e melhor acompanhamento dos gastos -, burocracia e necessidade de atendimento direto ao cidadão. Constatou-se, desse modo, que os portais da transparência são instrumentos importantes para a governança eletrônica, podendo viabilizar não só a transparência, mas também a *accountability* das contas públicas (VIANA et al., 2013).

Desse modo, compete às instituições públicas identificar o que é mais requisitado pelos cidadãos e disponibilizar proativamente em seus *sites* a fim de facilitar o acesso das informações. De acordo com Silva (2017) é provável que a falta de uma clara especificação legal ou normativa do que pode ou não ser disponibilizado de forma ativa ou passiva por parte das organizações públicas sirva de obstáculo para o avanço da transparência. O autor acrescenta que muitos órgãos públicos se valem desse tipo de transparência para dificultar

o acesso às informações, exigindo das pessoas o preenchimento de longos formulários, um tempo expressivo para dar um retorno às solicitações e, por fim, quando disponibilizam os dados não são de fácil compreensão, seja pelo uso de linguagem técnica ou por outros motivos.

Para Faraco (2015), há que se considerar que o direito à informação, consolidado na legislação constitucional e infraconstitucional, abrange tanto o pleno acesso aos dados referentes à gestão governamental, quanto o direito a uma explicação coerente, de forma a garantir o entendimento e a correta interpretação pelos usuários. O autor ressalta que de acordo com a legislação vigente, observa-se a mera publicidade dos atos públicos, mas as informações disponibilizadas raramente permitem aos cidadãos uma análise crítica sobre o seu conteúdo.

Lisboa e Vacovski (2015), destacam que o acesso à informação não é suficiente, havendo o dever do administrador público de garantir a veracidade, integridade e tempestiva da informação disponibilizada. Podendo causar o problema da baixa “capacidade de inferência”, destacada por Michener (2011), onde não é suficiente os dados estarem visíveis se eles não tiverem utilidade para possibilitar conclusões, a informação será inútil não fortalecendo a *accountability*. Batista (2010), acrescenta que o acesso da sociedade à informação pública pode reconfigurar a estrutura da sociedade, sendo que a questão do acesso não implica apenas ao acesso físico, mas também a transparência e a compreensão do “homem comum” a respeito do que é produzido e publicado pelo Estado.

Nesse mesmo entendimento, Gonçalves (2016) afirma que a disponibilização de informações pela internet não é suficiente, sendo necessário que as páginas de transparência tenham efetividade, isto é, cumpram a finalidade para a qual foram criadas tornando claras e acessíveis, ao maior número possível de cidadão, as informações de interesse público. Estácio (2019) acrescenta que a linguagem utilizada em documentos e o formato de publicação da informação também contribui para que não sejam compreensíveis à maior parte da sociedade.

De acordo com Faraco (2015), as ferramentas disponibilizadas pelo governo estabelecem não somente a facilidade no acesso aos serviços prestados ou redução de custos por parte do Estado, mas criam também uma esfera de diálogo entre o administrador e os usuários, estimulando a interação e a discussão dos problemas sociais. Viana (2012) acrescenta que apesar do fornecimento de novas formas de interação entre governo e sociedade ser importante, essa importância deve ser ponderada com o real uso dos serviços eletrônicos. O autor salienta que para alcançar esse objetivo, os serviços oferecidos devem ser simples para todos, os dados devem ser confiáveis, disponíveis e atualizados, e, ainda mais, reclamações e sugestões feitas pela sociedade devem ser tratadas. Complementa ainda que a sociedade deve perceber que suas interações, estão causando mudanças na maneira de governar.

Nessa mesma linha de pensamento, Raupp e Pinho (2010) apontam que a partici-

pação/interação só tem razão de ser quando o participante recebe algum tipo de retorno daquilo que foi sugerido, questionado ou simplesmente identificado. Complementa que a baixa capacidade dos portais de promover a participação pode desencadear apatia ou desmotivação. Para Viana (2012), a democracia interativa está ligada ao poder da população em influenciar nas decisões, aproximando-a do governo. O autor complementa que deve haver um equilíbrio que promova a efetiva participação de todos e consolide a democracia na destinação dos recursos.

Segundo Viana (2012) tem que se descobrir maneiras de incentivar a participação dos usuários, sabendo-se que a participação acontece com mais frequência quando o cidadão vê que suas opiniões são consideradas e percebe os resultados gerados por elas. Viana et al. (2013) evidencia a importância dos portais de transparência pública para o atendimento da legislação e para o aumento da participação dos cidadãos no acompanhamento da aplicação e na fiscalização dos recursos públicos, não somente quanto às matérias de finanças públicas, mas também sobre qualquer informação que envolva o ambiente público.

Como exemplos de plataformas eletrônicas de transparência pública que disponibilizam informações úteis, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão podemos citar as iniciativas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e do Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco.

O TCE/PB, através do “Painel de Obras”, dispõe de diversas informações para o acompanhamento das obras do estado, dentre elas: Investimento total em obras; Obra com o maior valor; Total de obras; Andamento das obras; Tipo da obra; Tempo de execução; Valor previsto da obra; etc. Apresenta também um mapa de calor que permite diversas formas de filtragem: Responsável da obra, Intervalo de datas, Tipo da obra, e Valor da obra (TCE/PB, 2020).

A iniciativa do TCE/PE, o “Tome Conta”, divulga, dentre outras informações, a descrição da obra, prazos, licitação, contratação, auditorias, imagens do andamento da obra, porcentagem do prazo decorrido, etc (TCE/PE, 2020).

## 2.4 GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Um projeto cria um produto ou serviço exclusivo a partir da definição de um escopo, sendo que sua replicação e manutenção são classificadas como processo ou rotina, possui início e término bem definidos, sendo iniciado quando sua proposta é aprovada e encerrado quando seus objetivos são alcançados (MENESES; OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2016). Araújo (2014) complementa que um projeto busca um objetivo específico e pessoas são destacadas para esta tarefa, com tempo determinado. A autora acrescenta que os projetos podem ser pequenos, médios ou grandes, simples ou complexos, com resultados sentidos por um pequeno número de pessoas ou até por toda uma população.

O conceito de gerenciamento de projetos é definido por Silva Júnior (2014) como sendo um campo de prática, socialmente construído entre os participantes, cujo objetivo é planejar, monitorar e controlar as ações das pessoas no projeto e a racionalização dos recursos, por meio do desenvolvimento de instrumentos, ferramentas e técnicas, a fim de que os requisitos pré-determinados referentes a qualidade, prazo e custo sejam atendidos. O gerenciamento de projetos é inviável, de acordo com Pisa e Oliveira (2013), sem a definição, de maneira clara e detalhada, do objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir e quais recursos deverão ser empregados e de onde eles virão.

Segundo Silva Júnior e Feitosa (2012), as organizações podem alcançar um alto nível de qualidade, otimizar tempo e recursos, entender os riscos e aumentar a confiança de seus produtos e serviços através do uso das técnicas e métodos de gerenciamento de projetos. Com isso, os projetos têm grandes possibilidades de serem executados conforme as especificações e o orçamento pretendidos. Os autores acreditam que a gestão de projetos contribuirá para a consolidação da governança pública, especialmente quanto aos princípios de transparência e *accountability*, favorecendo o controle social, pois cada projeto pode ser avaliado individualmente pela sociedade, facilitando a análise da efetividade das ações.

Para Silva Júnior e Feitosa (2012), gerenciar e implementar bem os projetos também são aspectos importantes para o setor público. Os autores afirmam que a tarefa dos governantes é utilizar os recursos públicos para a promoção de projetos em benefício da população, entregues dentro do prazo estabelecido, dentro dos custos estimados, e em concordância com as expectativas. Meneses, Oliveira e Vasconcelos (2016) salientam que no setor público, o gerenciamento de projetos tem por objetivo a prestação de serviços com mais agilidade e qualidade ao cidadão usuário, devendo obedecer a rituais próprios como hierarquias, realização de procedimentos licitatórios e observância de regimentos internos e leis.

Além do planejamento meticuloso, um projeto deve ter um líder, denominado “gerente de projeto”, a quem são atribuídas todas as responsabilidades, tanto pelo sucesso como pelo fracasso. Esse gerente não necessariamente será um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da Administração Pública (PISA; OLIVEIRA, 2013).

A exigência crescente dos cidadãos por serviços públicos de qualidade reforçam a importância do gerenciamento de projetos em todas as esferas do poder público (BORGES, 2014). Para Nascimento, Veras e Milito (2013) o profissionalismo na gestão de projetos públicos passa a ser vital para o alcance de resultados e a prestação de um serviço de melhor qualidade para os cidadãos. Esse fato vem impondo inovações, tanto nos modelos

de gestão como na adoção de estratégias que resultem em facilitadores da governança e gerem maior eficiência na execução, controle e consecução dos resultados previstos nos planos governamentais (PISA; OLIVEIRA, 2013).

O simples fato de concordar que a gerência de projeto tem o potencial de melhorar a execução de projetos públicos não garante sua adoção pelos órgãos governamentais. A adoção, apesar de já ocorrer em alguns setores, será lenta e dependerá da mudança gradual da cultura com a criação de ambiente propício à adoção da gestão de projetos, da formação de equipes e de líderes de alto desempenho (PISA; OLIVEIRA, 2013).

Terribili Filho (2013) destaca os cinco problemas mais frequentes no gerenciamento dos projetos das organizações no Brasil, sendo eles: (i) Não cumprimento dos prazos; (ii) Mudanças constantes de escopo; (iii) Problemas de comunicação; (iv) Escopo não definido adequadamente e (v) Gerenciamento de custos.

Furtado, Fortunato e Teixeira (2011) em seus estudos sobre a percepção dos gestores públicos sobre a implantação de políticas de gerenciamento de projetos, fizeram as seguintes constatações: a) a implantação de um novo método de trabalho promoveu melhorias nos prazos, nos custos e proporcionou um novo comportamento cultural dos servidores que ficaram mais proativos e envolvidos nas atividades; b) no relacionamento interpessoal, inicialmente, houve resistência ao monitoramento porque existia dificuldade de interação dos secretários com gerentes e gestores de projetos; entretanto, tais conflitos foram solucionados graças a uma nova estrutura hierárquica; c) a prática de gerenciamento de projetos impôs a implantação de um sistema específico que colaborou no monitoramento, na redução de prazo e na fluidez da informação; d) determinadas ferramentas e metodologias usuais em empresas privadas também são empregadas nas empresas públicas, visando a assegurar uma melhoria considerável no monitoramento e, conseqüentemente, redução de prazo de entrega dos serviços e das obras públicas.

As organizações precisam competir com mudanças em tempo real e conviver com o potencial de problemas que esta situação implica sendo inevitável em organizações voltadas a projetos. O sucesso da gestão de projetos, por sua vez, só poderá ser alcançado a partir do momento em que se consolidar uma cultura que promova o comportamento voltado ao êxito. A cultura de uma organização não é algo que se mude da noite para o dia. Apesar do ritmo cada vez mais veloz das mudanças, estima-se que essa mudança se dê em termos de anos. Dessa maneira, a gestão de projetos pode ser compreendida como um complexo cultural constituído de crenças e valores, e não como um conjunto de normas e procedimentos (SILVA; GIL, 2013).

No contexto de gerenciamento de projetos articulado a gestão estratégica nas organizações públicas, torna-se um processo fundamental na medida em que permite definir os planos, categorizar e priorizar os objetivos, balancear a distribuição de recursos e coordenar as ações organizacionais, gerando informações consistentes para as decisões que conduzirão a organização à realização de seus objetivos (DUQUE; PELISSARI, 2010).

Na Administração Pública, segundo Meneses, Oliveira e Vasconcelos (2016), o gerenciamento de projetos é eficaz para organizar e definir ações necessárias para a melhoria do serviço prestado pelo órgão à população. Os autores ressaltam que as diferenças inerentes entre projetos do setor público e privado devem ser identificadas e consideradas desde o planejamento até a execução e encerramento dos projetos. Observando-se que o setor público visa primordialmente o atendimento à sociedade, ao contrário do setor privado que busca, em primeira instância, o lucro.

Pisa e Oliveira (2013) salientam a existência de diferenças substanciais entre os projetos executados na área pública em relação aos que ocorrem nas organizações privadas em virtude do envolvimento de inúmeros órgãos no Setor Público, desde os responsáveis pelo planejamento e autorização, passando pelos encarregados da execução dos projetos, finalizando com os órgãos de controle. Evidencia que as esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os funcionários públicos) e esses atores, nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para atingi-los.

Os autores enumeram as principais diferenças: (i) o aspecto social dos projetos governamentais; (ii) a obrigatoriedade da previsão dos recursos para execução do projeto em lei; (iii) a obediência à leis que regulam a contratação através de diversas modalidades, contemplando, de modo geral, o menor preço; (iv) o excesso de normatizações que provocam demoras na execução dos projetos; (v) a existência de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo; (vi) a exigência de prestação de contas à sociedade em virtude dos princípios da transparência e *accountability* na governança pública.

Diante do que foi apresentado, Andrade Neto e Vacovski (2016) observam que o gerenciamento de projetos se configura em um importante elemento para o avanço do serviço público no Brasil, haja vista que a sua utilização em alguns locais já trouxe resultados positivos e propiciou o melhoramento da imagem da Administração Pública. Os autores relatam que as melhorias percebidas demonstram que uma maior qualidade passou a ser agregada à gestão, com a efetiva transformação do que é planejado em resultados, por meio da racionalização do uso dos recursos.

#### **2.4.1 Guia PMBOK**

A criação do *Project Management Institute* (PMI), nos EUA em 1969, representou um verdadeiro marco para o gerenciamento de projetos. O PMI é uma entidade que reúne os profissionais em gerenciamento de projetos, *Project Management Professional* (PMP), sendo mundialmente conhecido pela publicação do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK).

O guia PMBOK identifica um subconjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos geralmente reconhecidos como boas práticas. Reconhecimento geral significa que

o conhecimento e as práticas descritas são aplicáveis à maioria dos projetos na maior parte das vezes, e que existe um consenso em relação ao seu valor e utilidade. Boa prática significa que existe um acordo geral de que a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas podem aumentar as chances de sucesso de muitos projetos em entregar o valor de negócio e resultados esperados (INSTITUTE, 2017).

No PMBOK, o gerenciamento de projetos compreende 49 processos, sendo estes divididos em grupos chamados de: Iniciação (2 processos), Planejamento (24 processos), Execução (10 processos), Monitoramento e Controle (12 processos), Encerramento (1 processo). Esses Grupos de Processos servem para atingir os objetivos específicos do projeto, sendo independentes das fases do projeto. Detalharemos a seguir, de acordo com o Institute (2017):

- **Iniciação:** os processos realizados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente, através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou fase;
- **Planejamento:** os processos realizados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente, através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou fase;
- **Execução:** processos realizados para concluir o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer os requisitos do projeto;
- **Monitoramento e controle:** os processos exigidos para acompanhar, analisar e controlar o progresso e desempenho do projeto, identificar quaisquer áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano, e iniciar as mudanças correspondentes;
- **Encerramento:** os processos realizados para concluir ou fechar formalmente um projeto, fase ou contrato.

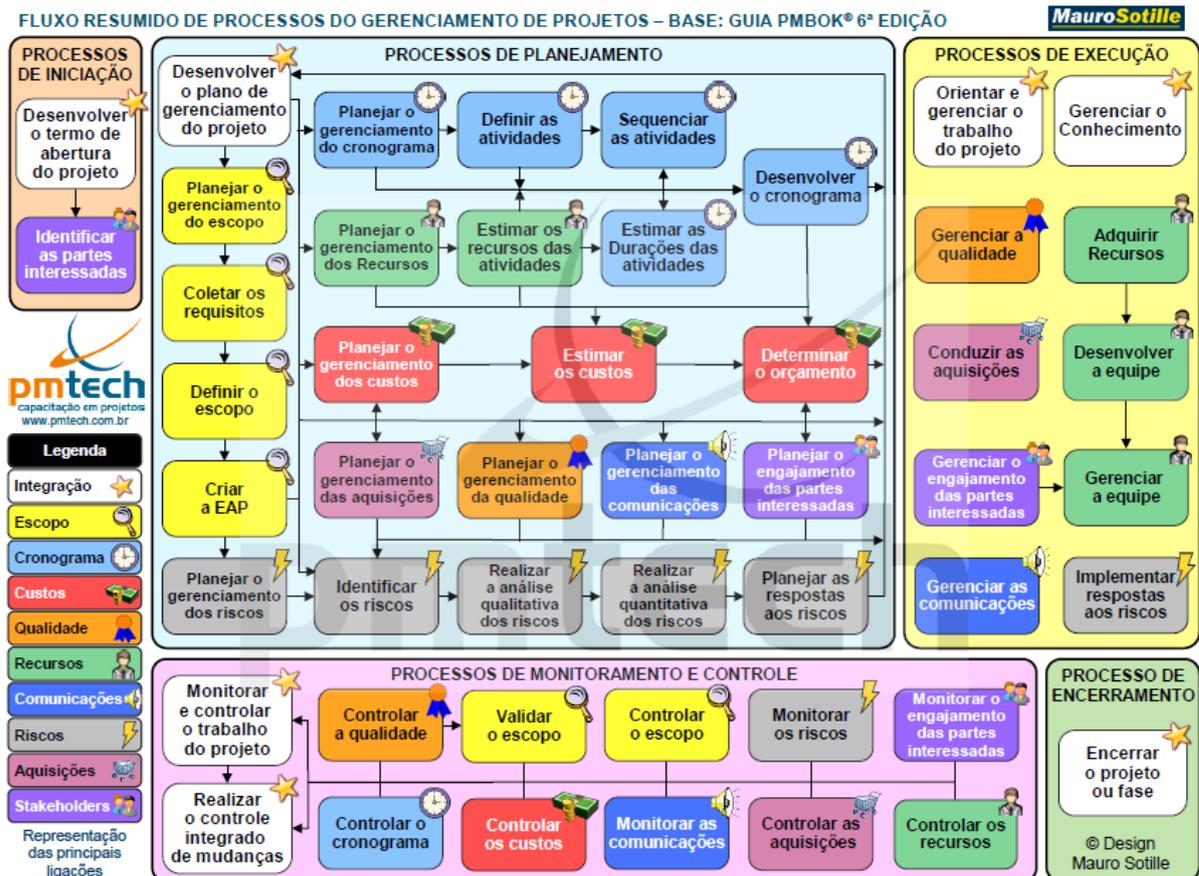
Além de Grupos de Processos, os processos também são categorizados por Áreas de Conhecimento que são definidas por seus requisitos de conhecimento e descrita em termos dos processos que a compõem: práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. São divididas em dez áreas, detalhadas a seguir segundo o Institute (2017):

- **Gerenciamento da integração do projeto:** inclui os processos e as atividades necessárias para identificar, definir, combinar, unificar e coordenar os vários processos e atividades de gerenciamento de projetos nos Grupos de Processos de Gerenciamento de Projetos;
- **Gerenciamento do escopo do projeto:** inclui os processos necessários para assegurar que o projeto contemple todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para que o mesmo termine com sucesso;

- **Gerenciamento do cronograma do projeto:** inclui os processos necessários para gerenciar o término pontual do projeto;
- **Gerenciamento dos custos do projeto:** inclui os processos envolvidos em planejamento, estimativas, orçamentos, financiamentos, gerenciamento e controle dos custos, de modo que o projeto possa ser terminado dentro do orçamento aprovado;
- **Gerenciamento da qualidade do projeto:** inclui os processos para incorporação da política de qualidade da organização com relação ao planejamento, gerenciamento e controle dos requisitos de qualidade do projeto e do produto para atender as expectativas das partes interessadas;
- **Gerenciamento dos recursos do projeto:** inclui os processos para identificar, adquirir e gerenciar os recursos necessários para a conclusão bem-sucedida do projeto;
- **Gerenciamento das comunicações do projeto:** inclui os processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam planejadas, coletadas, criadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas, gerenciadas, controladas, monitoradas e finalmente organizadas de maneira oportuna e apropriada;
- **Gerenciamento dos riscos do projeto:** inclui os processos de condução de planejamento, identificação e análise de gerenciamento de risco, planejamento de resposta, implementação de resposta e monitoramento de risco em um projeto;
- **Gerenciamento das aquisições do projeto:** inclui os processos necessários para comprar ou adquirir produtos, serviços ou resultados externos a equipe do projeto;
- **Gerenciamento das partes interessadas do projeto:** inclui os processos exigidos para identificar as pessoas, grupos ou organizações que podem impactar ou serem impactados pelo projeto, analisar as expectativas das partes interessadas e seu impacto no projeto, e desenvolver estratégias de gerenciamento apropriadas para o seu engajamento eficaz nas decisões e execução do projeto.

A Figura 4 apresenta o resumo dos Grupos de Processos de gerenciamento de projetos e as Áreas de Conhecimento do Guia PMBOK 6ª Edição (PMTECH, 2020).

Figura 4 – Grupo de processos e Áreas de conhecimento PMBOK



Fonte: PMTech (2020)

A determinação da combinação adequada de processos, entradas, ferramentas, técnicas, saídas e fases de ciclo de vida para gerenciar um projeto é chamada de adaptação da aplicação do conhecimento descrito no guia. Borges (2014) evidencia que cada projeto segue os processos que são convenientes a ele e que os processos podem ser repetidos diversas vezes durante todo o projeto, sem ser obrigatório seguir regras, ou um modelo que estructure estas fases e processos.

Em estudos realizados sobre a aplicação do guia PMBOK na gestão de projetos de *software* em uma universidade pública brasileira, Andrade e Tait (2012) identificaram algumas necessidades e características do setor público:

- A rotatividade de pessoal;
- A alocação de pessoal em projetos;
- A demora na aquisição de equipamentos;
- O comprometimento em projetos que não visam melhorias diretas;
- A necessidade da colaboração e coordenação entre os setores da universidade pública.

Também observaram alguns benefícios e limitações na pesquisa, dentre os quais destacamos:

- A aplicação das ferramentas e técnicas fornecidas pelo Guia satisfaz as necessidades dos gestores e foram facilmente adaptadas em diferentes contextos e natureza de projetos;
- A aplicação do Guia teve como limitação a necessidade de estabelecer todo o escopo do projeto antes de iniciá-lo.

## 2.5 OBSERVATÓRIO DE PROJETOS

Observatório, do latim *observatus+orio*, pode ser definido como um espaço de pesquisa de processos e aplicações e de geração de conhecimento e/ou informação (SAKATA et al., 2013). Vieira et al. (2020) salientam que não há consenso na literatura sobre a definição de “observatórios”, embora quase todos os estudos afirmem que eles podem apoiar os processos de tomada de decisão estratégicos de uma organização, em diferentes áreas de geração de valor.

Observatório se refere a um local com condições técnicas e tecnológicas que permitem visualizar ou observar especificamente e atentamente um fenômeno com um determinado fim, tendo como características a união de informações em um só local, com as quais se torna possível uma visualização mais rápida e ágil (BARBOSA, 2020). Apresentando-se como um instrumento de transparência com objetivo de proporcionar o compartilhamento de conhecimento e de apoiar à tomada de decisão diante do caos informacional vivenciado pelas organizações (VIEIRA et al., 2020).

É possível considerar “observatório” como um local, devidamente equipado com recursos humanos e tecnológicos, para realizar observações e acompanhar determinados fenômenos, divulgando informações e atendendo a uma finalidade. Os fenômenos se referem ao tema que será explorado pelo observatório e a finalidade se refere ao objetivo que o observatório deverá atender. O conhecimento produzido pelo observatório é resultado de suas observações e dos procedimentos que desenvolve ao examinar atentamente (SOARES; FERNEDA; PRADO, 2018).

Segundo Silva et al. (2013), o aparecimento dos observatórios surge em decorrência da relevância da informação em qualquer processo decisório, seja no campo social, político, econômico ou mesmo pessoal, de modo que a qualidade de uma decisão está fortemente relacionada à qualidade da informação usada para embasá-la. Os autores acrescentam que os observatórios têm uma grande variedade de público-alvo, sendo que alguns visam à sociedade como um todo, ao passo que outros focam segmentos e públicos específicos.

Podemos destacar que os observatórios contribuem, de maneira efetiva, para a realização da “ciência cidadã” que se refere a colaboração entre cientistas e não cientistas

(cientistas amadores, cientistas cidadãos, voluntários ou mesmo leigos) na produção de conhecimento científico. Podendo implicar na contribuição nas mais diversas etapas do projeto como coleta e análise de dados, formulação de objetivos e perguntas, entre outras. Agindo como uma forma de democratizar a ciência, em que grupos de cidadãos se apropriam ou criam conhecimento científico para intervir no processo de tomada de decisão de políticas públicas envolvendo temas de ciência e tecnologia (ROCHA, 2019).

Silva, Helou Filho e Selig (2013) apresentam alguns termos relacionados com o conceito de observatório, sendo eles: dados, informação e conhecimento; produção, análise e difusão; coordenação, integração e intermediação; construção, educação e facilitação; diálogo, debate e consenso; técnico, político e social; excelência, referência e inovação; ideia, reflexão e ação.

Os autores apontam seis principais linhas de atuação que refletem as finalidades fundamentais de um observatório: Fonte, acervo e meio de difusão de informação e conhecimento especializado; Produção de sistemas de indicadores; Monitoramento de setor ou temática; Ponto de convergência e articulação do conhecimento; Educação, capacitação e formação de competências; Suporte à participação pública e ao diálogo social.

Dentre as variadas atividades que podem ser desenvolvidas e de possíveis produtos ofertados pelos observatórios, destacamos: (a) gestão e resultados em termos de conhecimento, informação e documentação; (b) construção, monitoramento e armazenamento de sistemas de indicadores; (c) condução e publicação de pesquisas e estudos especializados; (d) manutenção e disponibilização de um banco ou base de dados; (e) biblioteca temática/setorial especializada; (f) educação formal e não formal, na forma de cursos ou outras atividades de formação; (g) produção de materiais didático-pedagógicos para cursos próprios ou de terceiros; (h) edição e publicação de periódicos científicos próprios ou em coprodução com outras instituições; (i) promoção e organização de eventos científicos e edição de suas memórias; (j) divulgação de agenda de eventos e atividades técnicas; (k) edição de boletim informativo próprio; (l) produção de notícias; (m) prestação de serviços na forma de consultoria ou assessoria; (n) produção e/ou divulgação de filmes e outras mídias; (o) edição de mapas temáticos e atlas informativos; (p) disponibilização de sistemas interativos para participação e comunicação *on line* entre usuários e destes com o observatório; (q) ações de promoção social e atividades comunitárias; (r) classificados (SILVA; HELOU FILHO; SELIG, 2013).

O estabelecimento de alguns direcionamentos e orientações, na condução dos observatórios, funcionam como diretrizes norteadoras com elevado potencial de impacto sobre o desempenho desses organismos. Silva, Helou Filho e Selig (2013) enumeram algumas dessas “boas práticas”: Organização de conhecimento e para o conhecimento; Olhar dirigido ao futuro; Espaço para interatividade e participação; Produtos customizados e contextualizados; Articulação em rede; Agente de mediação do conhecimento; Avaliação permanente, acreditação e certificação.

Hellmann (2015) e Soares, Ferneda e Prado (2018) evidenciam a importância, para o observatório, do estabelecimento de uma rede de relações externas compatível e primordial ao seu tema de atuação para proporcionar dinamicidade ao seu trabalho. Assim, os observatórios são vistos não apenas como fornecedores de informação, mas também como espaço de debate e fórum de discussão (SILVA; HELOU FILHO; SELIG, 2013).

Com o passar dos anos, os observatórios evoluíram para novos objetos tangíveis, mas também projetaram seu foco em objetos intangíveis, tais como problemas ou assuntos relevantes para a sociedade, que se diversificam desde segurança pública a mídia social. Os observatórios de temáticas sociais são os mais vistos e mapeados na literatura, com maior notoriedade atualmente sendo o Brasil um dos países que mais possui observatórios voltados para as áreas de comunicação, cultura e informação (BARBOSA, 2020).

A ideia de um observatório de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, surgiu da concepção de um Observatório Universal de Projetos por Moura, Luna e Farias Júnior (2018), onde a proposta do OUP é oferecer um ambiente em que as informações sobre os projetos, das mais variadas áreas, possam ser debatidas com aprendizado, troca de experiências e melhorias através da colaboração.

Os autores definem o OUP como uma abordagem analítica sobre o ecossistema de projetos de qualquer natureza ao longo do tempo. Onde os participantes podem gerar e analisar grandes quantidades de dados, compartilhar o seu conhecimento, discutir e apresentar reflexões sobre os projetos existentes. Dando a possibilidade para que qualquer pessoa possa dedicar o seu conhecimento e disponibilidade de tempo para encontrar resultados de utilidade social, cívica e profissional. Sendo assim, o OUP é um ambiente para a construção colaborativa de avaliações, oferecendo ferramentas que propiciem uma expressão objetiva sobre as informações coletadas.

Diversos estudos têm dado enfoque em aspectos de observatórios, como os problemas e desafios enfrentados no processo de desenvolvimento, além de abordarem variadas aplicações e temáticas, embora poucos deles tratam estritamente de características que os observatórios devem contemplar (BARBOSA, 2020).

Hellmann (2015) destaca as três principais dificuldades relatadas pelos membros de observatórios analisados: Em primeiro lugar, foi a obtenção de recursos financeiros. Em segundo, a falta de pessoal qualificado. E em terceiro lugar, o acesso à informação. O autor destaca algumas questões que devem merecer melhor tratamento por parte dos observatórios, visando maximizar seu potencial de ação e de resultado, dentre elas: Ampliação da interatividade e dos canais de comunicação com o público; Necessidade frequente de atualização dos portais; Fortalecimento de iniciativas de cooperação técnica com outros observatórios; E o maior uso de redes sociais para divulgação de suas atividades.

Sobre a iniciativa da criação de observatórios nos Institutos Federais de Educação, podemos citar a iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) em parceria com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica (Conif), que criou o Observatório da Rede Federal com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos territórios em que cada Instituto. O observatório deve subsidiar a Rede Federal na formulação de políticas públicas de ensino, servindo de orientação para a criação ou extinção de cursos. Trazendo informações, elementos textuais e gráficos, em diversos níveis territoriais (municipal, microrregional, mesorregional, estadual, regional e nacional), com uma radiografia que expõe os aspectos referentes ao mundo do trabalho, às políticas de desenvolvimento, à caracterização social, econômica e cultural das regiões, às vocações e potencialidades existentes (IFPR, 2010).

Diversos Institutos Federais construíram seus observatórios com o objetivo de produzir conhecimento sobre a realidade local e regional na qual as unidades da Rede Federal estão inseridas, de forma a apoiar o planejamento estratégico dos setores de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional. A proposta é que se desenvolvam pesquisas cujos resultados possam ser utilizados como apoio à tomada de decisão dos gestores destas instituições. As linhas de pesquisa em andamento nesses observatórios realizam estudos voltados a compreender o ambiente interno da Rede Federal, como a verticalização (itinerários formativos), o perfil dos servidores, trajetória dos egressos, o ambiente externo, incluindo os impactos nos arranjos produtivos, culturais e sociais (IFMG, 2019).

## 2.6 TRABALHOS RELACIONADOS

Existem diversos trabalhos na linha de transparência, gerenciamento de projetos públicos e observatórios, mas não foram encontrados estudos que façam associações entre os temas, como também a relação entre a Lei de Acesso à Informação e a divulgação de informações para o acompanhamento dos projetos públicos. As pesquisas apresentadas estão restritas a análise dos portais da transparência e não a uma proposta de mudança de como e quais as informações sobre projetos deverão ser disponibilizadas, como preconiza a Transparência Ativa da LAI.

De encontro a essa afirmação, destacamos o mapeamento sistemático da literatura realizado por Barbosa (2020) sobre observatórios, onde não foram encontrados observatórios de projetos que disponibilizem informações sobre os projetos do setor público.

Os trabalhos descritos a seguir, abordam estudos sobre o cumprimento da LAI nos Institutos Federais de Educação, a criação de observatórios nesses IF e dois observatórios de projetos sendo eles: o *Small Project Observatory* (SPO) e o Observatório Universal de Projetos (OUP).

Estácio (2019) analisou, através do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico. Observou-se que o IFS cumpre parcialmente a LAI, existindo ainda itens obrigatórios que

não são disponibilizados, conforme disposição desta Lei. De maneira geral, constatou-se que o nível de divulgação das informações no IFS é mediano (56,11%) e, portanto, ainda é necessário aumentar o grau de transparência das informações divulgadas em seu portal institucional.

Moura (2019) fez a análise de conteúdo dos portais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil com o objetivo de descobrir em que nível de acesso e de transparência encontram-se as informações públicas disponibilizadas. Concluiu-se que os portais ainda apresentam deficiências no que concerne à disponibilidade de informação obrigatória e que de todos os Institutos Federais analisados, somente quatro disponibilizam todos os itens mencionados no texto da LAI para acesso pelo público em geral.

Pegoraro (2019) analisou a percepção de transparência no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul (IFRS), a partir das diferentes partes interessadas (stakeholders). Em síntese, os diferentes stakeholders indicaram uma percepção satisfatória com a transparência do IFRS, entretanto algumas ações ainda podem ser planejadas e executadas com vistas a ampliar e melhorar algumas ações de transparência da instituição com vistas ao alcance de níveis de excelência, comparativamente a outras instituições federais de ensino.

Nery (2018) abordou o tema da transparência na gestão pública no âmbito dos IFs da região Centro-Oeste, englobando cinco dessas organizações. Partiu-se da ideia de verificar qual é o nível de transparência da gestão nessas instituições tendo como objetivo monitorar, medir, analisar e avaliar o nível de transparência da gestão. Para tanto, iniciou-se o estudo de modelos anteriores e da legislação aplicada ao tema para a criação de um modelo adaptado de medição e, por fim, um Índice de Transparência da Gestão. Assim, foi possível verificar em qual nível são cumpridas as exigências obrigatórias à luz da legislação existente.

Silva (2017) analisou o estágio de implementação das práticas da transparência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região Nordeste do Brasil a partir da Lei de Acesso à Informação. A coleta de dados se deu por meio de navegação orientada pelos *websites* dos Institutos e por solicitações de informações realizadas pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Concluiu-se que nenhuma das autarquias federais analisadas cumprem plenamente as exigências presentes na LAI brasileira.

Faraco (2015) levantou dados para mensurar o grau de transparência das informações apresentadas pelos gestores dos Institutos Federais de Educação em seus portais, aplicando instrumento de pesquisa que permitiu a obtenção de índice de transparência para 11 categorias de itens pesquisados, além de verificar a presença nos portais dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação. Em um segundo momento, buscou verificar, por meio de questionário, a percepção dos gestores dos Institutos sobre os

aspectos que compõem o tema proposto, a fim de observar como acontece esse processo de comunicação entre os órgãos públicos e o cidadão.

Mesquita (2015) analisou o processo de implementação da LAI nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com ênfase na Transparência Ativa, através de entrevistas com os servidores públicos, operadores da Lei nesses Institutos. Nenhum dos 13 operadores entrevistados apontou a existência de controles formais sobre as rotinas ou processos administrativos da Transparência Ativa, sendo que os problemas encontrados nesse tipo de transparência, podem ser explicados, em parte, pela falta de recursos, tanto humanos como físicos.

Moraes, Souza e Koga (2016) discutiram as possibilidades de criação de uma plataforma de integração entre ações de ensino, pesquisa e extensão tendo como objetivo promover o cumprimento da missão institucional dos Institutos Federais, por meio da constituição de observatórios de políticas públicas capazes de contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional. Os autores apresentam alguns exemplos de operacionalização dos conceitos discutidos, descrevendo projetos em desenvolvimento, no âmbito do Observatório Internacional de Políticas Públicas para a Sustentabilidade – IOPPS.

Hellmann (2015) apresentou o Observatório Regional do IFPR, definindo o que é esse observatório no contexto das organizações que o viabilizam e apontando a importância de indicadores e índices que subsidiam as informações aí utilizadas. Partindo-se de estudo de caso, propõe-se uma metodologia para iniciar e desenvolver as atividades do Observatório, aproximando os propósitos institucionais das necessidades locais, sinalizando a possibilidade de replicação do Observatório em outras instituições públicas e privadas no país.

Vieira et al. (2020) propuseram algumas reflexões iniciais sobre o desenvolvimento de um Observatório Universal de Projetos (OUP). Foram realizados três estudos sobre a construção de observatórios de projetos, onde os resultados apresentaram indícios de que a construção é viável e que pode proporcionar benefícios aos projetos e ao seu gerenciamento. No entanto, os resultados também mostraram que algumas questões relacionadas a coleta, auditoria, análise e privacidade dos dados sobre os projetos necessitam de atenção especial. Além disso, a maturidade da organização com relação aos projetos e seu gerenciamento é um fator crítico de sucesso no processo de construção desses observatórios.

Lungu et al. (2010) analisaram a ferramenta *Small Project Observatory* (SPO) que é um observatório de projetos de *software*, onde seus usuários conseguem acompanhar a evolução do projeto, utilizar diversas opções de filtragem, interagir entre si, etc. A ferramenta oferece ainda a possibilidade dos desenvolvedores contribuírem com os projetos uns dos outros e a opção dos gerentes de projetos supervisionarem seus projetos. O aplicativo disponibiliza várias perspectivas sobre os dados através de gráficos que mostram a dependência entre projetos, o vocabulário dos termos usados no código-fonte do projeto e a colaboração dos desenvolvedores nos projetos.

Como se pôde constatar, somente o estudo realizado por Vieira et al. (2020) converge, em partes, para a proposta desta pesquisa no que tange a criação de observatórios de projetos nos portais dos Institutos Federais de Educação. No entanto, os trabalhos analisados proporcionam reflexões interessantes e pertinentes ao nosso objeto de estudo no que concerne: As análises feitas nos portais dos IFs onde se constatou o não cumprimento da LAI no que se refere a Transparência Ativa; Aos observatórios criados nos IFs, que servirão como o pontapé inicial para dar suporte aos observatórios de projetos propostos.

## 2.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

De maneira geral, este Capítulo apresentou informações relativas ao referencial teórico necessário para embasar o estudo sobre a definição de requisitos informacionais para o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Na Seção 2.1 foram apontados os conceitos de transparência, accountability e controle social destacando suas principais características e os benefícios da sua efetiva implementação.

Na Seção 2.2 foi apresentada a Lei de Acesso à Informação, sua Transparência Ativa e a Transparência Passiva, dando destaque a Transparência Ativa por ser objeto deste estudo. Demonstrou-se a evolução do direito ao acesso ao longo dos tempos, os direitos obtidos através da promulgação da LAI bem como as mudanças adquiridas após a sua implementação que transformou a cultura do sigilo na cultura do acesso. Foi apresentada também a estrutura de composição da Lei e suas vantagens e desvantagens em relação as leis de acesso internacionais.

Na Seção 2.3 foram retratadas as principais características dos portais da transparência do Governo Federal, sua evolução, o detalhamento das informações divulgadas e a importância desses portais para uma Administração Pública eficiente.

Na Seção 2.4 foram apresentadas as definições referentes ao gerenciamento de projetos na Administração Pública e as principais diferenças entre o gerenciamento de projetos na iniciativa privada. O guia PMBOK também foi apresentado com o detalhamento dos seus grupos de processos e de suas áreas de conhecimento.

Na Seção 2.5 foi mostrado a definição de observatório de projetos, suas linhas de atuação, as contribuições da sua implementação, as dificuldades relatadas pelos operadores de observatórios e as iniciativas de observatórios criadas nos Institutos Federais de Educação.

O Capítulo encerra-se, na Seção 2.6, com o resumo dos trabalhos utilizados como referência para escrita desse estudo, traçando um panorama do desenvolvimento técnico-científico que se encontra o tema aqui tratado.

### 3 AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Este Capítulo traz as duas etapas da avaliação realizada nos portais da transparência dos Institutos, Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira para identificar e analisar as informações disponibilizadas referentes ao acompanhamento dos projetos e a oferta de interatividade, e a segunda para verificar quais as informações para o acompanhamento dos projetos têm maior relevância para serem divulgadas e qual o grau de interesse pela interatividade nesses portais. Detalharemos as etapas a seguir.

#### 3.1 PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa da avaliação dos portais da transparência, se deu através de pesquisa documental realizada nos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre os dias 25 de setembro e 7 de outubro de 2019. Tendo como finalidade a identificação e análise das informações, referentes ao acompanhamento dos projetos, disponibilizadas nos *sites* e portais da transparência desses Institutos se estão de acordo com o que estabelece a Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação e se há oferta de interatividade. Essa etapa foi dividida em fases, detalhadas a seguir.

##### 3.1.1 Perguntas de investigação

Antes de realizar a coleta de dados nos *websites*, foi necessário a elaboração de perguntas de investigação para guiar a realização da pesquisa documental. Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015), as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido.

As perguntas foram formuladas com base na revisão de literatura realizada na Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação, que como mencionado anteriormente, estabelece em seu Art. 8º a obrigatoriedade da divulgação de informações para o acompanhamento de projetos:

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

...

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (BRASIL, 2011)

...

Amparando-se nesse trecho da Lei e na importância da interatividade foram formuladas as perguntas de investigação, detalhadas na Tabela 3:

**Tabela 3 – Perguntas de investigação**

---

**Portal da transparência institucional**

1. O IF tem portal da transparência?
    - 1.1. O portal permite interatividade?
      - 1.2. O portal divulga informações sobre projetos?
        - 1.2.1. As informações divulgadas permitem o acompanhamento da execução dos projetos?
        - 1.2.2. Quais são as informações divulgadas sobre projetos?
- 

**Site institucional**

2. O *site* permite interatividade?
  3. O *site* do IF divulga informações sobre projetos?
    - 3.1. As informações divulgadas permitem o acompanhamento da execução dos projetos?
    - 3.2. Quais são as informações divulgadas sobre projetos?
- 

Fonte: Elaborada pela autora

### 3.1.2 Coleta dos dados

Guiando-se pelas perguntas de investigação, a coleta de dados iniciou-se abrindo a página principal do portal da transparência de cada Instituto Federal de Educação, percorrendo-se, manualmente, cada *link* na procura de toda e qualquer informação referente a projetos. Posteriormente, o mesmo procedimento foi realizado nos *sites* dos Institutos. Os endereços eletrônicos dos portais da transparência e *sites* dos IFs analisados podem ser encontrados nos Apêndices B e C, respectivamente.

Sobre a coleta de dados se faz importante destacar que alguns IFs: Nomeiam seus portais da transparência como “Acesso à informação”; Divulgam as informações referentes à transparência na página principal do *site*, não havendo um local específico destinado a esse fim; Direcionam seus *links*, referentes à transparência, para o portal da transparência do Governo Federal. No entanto, os Institutos que possuíam essas peculiaridades foram considerados como dispendo de portal da transparência.

Vale salientar também que os IFs entendem como projeto somente os ligados ao ensino, pesquisa e extensão e que dentre os documentos analisados estão os de auditorias internas e relatórios de gestão além de toda e qualquer informação referente a projetos. Nenhuma fonte de informação, presente no portal ou no *site*, foi dispensada na coleta de dados.

Foram feitos *downloads* dos documentos encontrados em pastas específicas para

posterior análise. As informações coletadas foram dispostas em uma planilha que continha, dentre outras informações: o nome do Instituto; o endereço eletrônico do portal e do *site*; a descrição das informações encontradas sobre projetos e seu *link* correspondente, para sanar possíveis dúvidas caso fosse necessário; e a data de acesso.

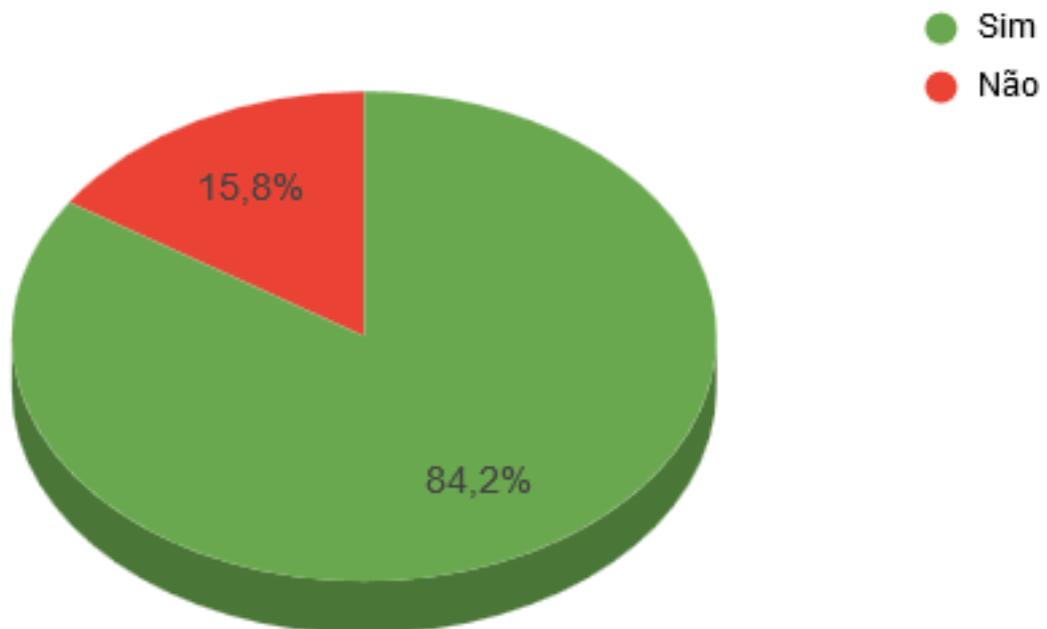
### 3.1.3 Análise dos dados

Após a coleta dos dados iniciou-se um estudo mais detalhado dos documentos recolhidos e das informações contidas na planilha, preenchida no momento da coleta. Serão detalhadas a seguir as respostas obtidas para as perguntas de investigação, tanto do portal da transparência quanto do *site* dos Institutos Federais, e destacadas algumas observações importantes encontradas.

#### 1. O IF tem portal da transparência?

Do total dos 38 pesquisados, 6 IFs não tem portal da transparência sendo eles: Amapá, Brasília, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Sertão Pernambucano. A Figura 5 mostra, em percentuais, os IFs que possuem portal da transparência em relação aos que não possuem.

Figura 5 – IFs com/sem portal da transparência



Fonte: Elaborada pela autora

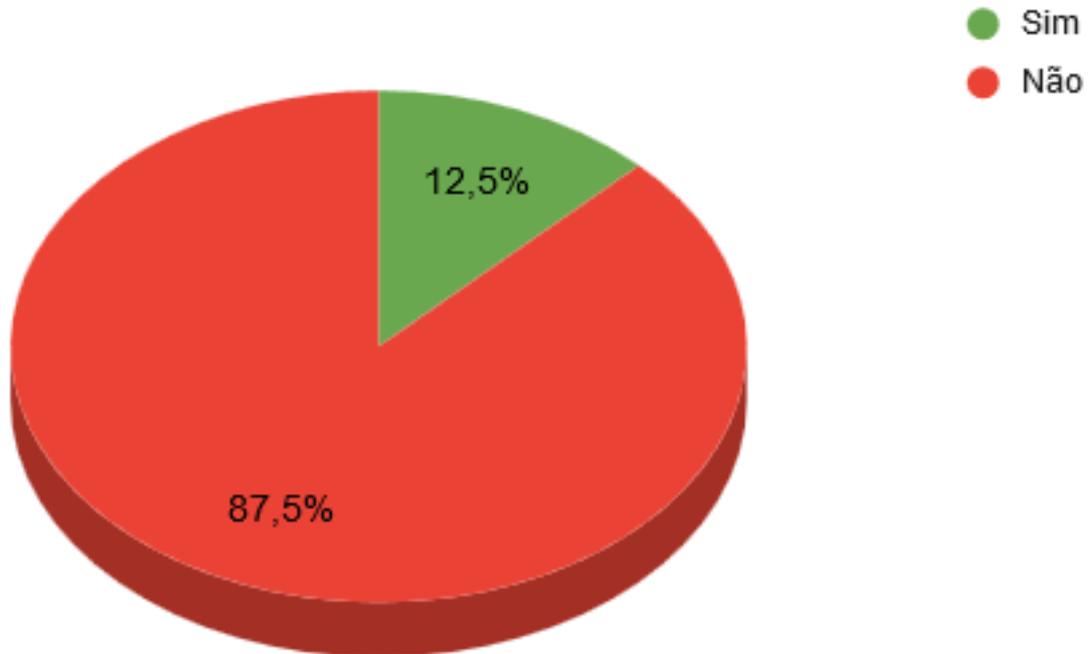
#### 1.1. O portal permite interatividade?

Os IFs pesquisados não permitem nenhum tipo de interatividade em seus portais.

## 1.2. O portal divulga informações sobre projetos?

Dos 32 IFs que possuem portal da transparência, somente 4 disponibilizam algum tipo de informação sobre projetos: Acre, Amazonas, Rondônia e Triângulo Mineiro. A Figura 6 mostra, em percentuais, os IFs que divulgam informações sobre projetos em seus portais em relação aos que não divulgam.

Figura 6 – Portais que divulgam informações sobre projetos



Fonte: Elaborada pela autora

### 1.2.1. As informações divulgadas permitem o acompanhamento da execução dos projetos?

Nenhum portal dos IFs disponibilizam informações para o acompanhamento da execução do projeto.

### 1.2.2. Quais são as informações divulgadas sobre projetos?

- **Acre**

Informações sobre obras finalizadas: Número do processo; Número do contrato; Nome da contratada; CNPJ da contratada; Identificação da obra; Local de execução da obra; Valor do contrato fiscal da obra; Data de início da obra; Término previsto da obra e Status da obra.

- **Amazonas**

Gastos anuais com projetos de pesquisa e extensão; Total de despesas mensais das obras realizadas.

- **Rondônia**

Informações desatualizadas (2018) referentes as tarefas dos projetos de pesquisa, extensão, educação à distância, gestão de pessoas, desenvolvimento institucional e administração: Tipo; Situação; Prioridade; Título; Atribuição; Data de início; Data da alteração; Ação orçamentária; Valor previsto e Valor executado.

- **Triângulo Mineiro**

Informações desatualizadas (2018) referentes aos projetos geridos por fundações que apoiam o Instituto: Nome; Objetivo; Órgão fundador; Fundação de apoio; Data de início e término; Coordenador; Número do convênio/contrato; Número do processo; Valor do projeto; Descrição do valor do projeto e Campi participantes.

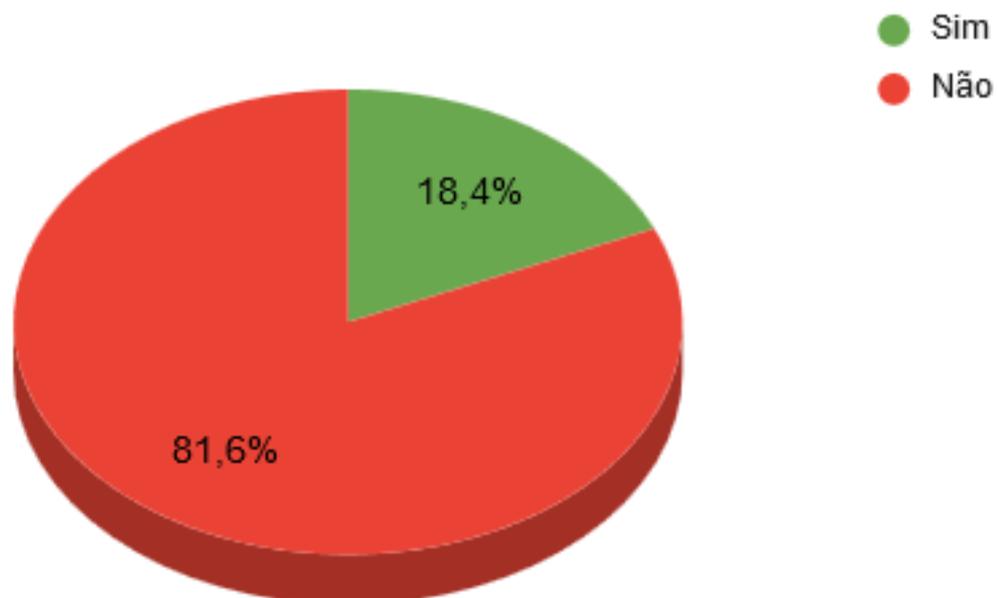
## 2. O *site* permite interatividade?

Os IFs não permitem nenhum tipo de interatividade em seus *sites* institucionais.

## 3. O *site* do IF divulga informações sobre projetos?

Dos 38 IFs pesquisados somente 7 disponibilizam informações sobre projetos são eles: Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Norte de Minas, Roraima, Sul-rio-grandense e Tocantins. A Figura 7 mostra, em percentuais, os IFs que divulgam informações sobre projetos em seus *sites* em relação aos que não divulgam.

Figura 7 – Sites dos IFs que divulgam informações sobre projetos



### 3.1. As informações divulgadas permitem o acompanhamento da execução dos projetos?

Nenhum *site* dos IFs divulga informações para o acompanhamento da execução do projeto.

### 3.2. Quais são as informações divulgadas sobre projetos?

- **Ceará**

Informações sobre os projetos de extensão: Título; Usuário, Data de início e final; Campus; Tipo da ação e Área temática.

- **Mato Grosso**

Informações sobre os projetos de pesquisa e extensão: Títul; Área de conhecimento; Campus; Coordenador; Início e fim do projeto;

- **Mato Grosso do Sul**

Informações sobre os projetos de pesquisa: Título; Orientador e Estudantes.

- **Norte de Minas**

Informações sobre os projetos de pesquisa: Título; Descrição e Coordenador.

- **Roraima**

Informações sobre os projetos de pesquisa: Ano; Título; Orientador; Co-orientador; Bolsista responsável; Curso do discente e Área de concentração.

- **Sul-rio-grandense**

Informações sobre os projetos de pesquisa: Nome; Vigência; Coordenador e Campus.

- **Tocantins**

Informações sobre os projetos de pesquisa e extensão: Título; Coordenador; Vigência; Resumo; Público alvo e Período de realização.

#### **Observações importantes:**

- O IF Acre possui uma Diretoria de Obras e Infraestrutura, no entanto, só foram encontradas em seu portal da transparência, informações referentes a obras finalizadas;

- O relatório de auditoria interna do ano 2018, do IF Amazonas, cobra o cumprimento, exigidos pelos órgãos CGU/TCU, dos requisitos de transparência estabelecidos na Lei de Acesso à Informação no que tange aos projetos apoiados em âmbito nacional;
- O IF Paraíba possui uma Diretoria de Obras, mas não foram encontradas informações referentes as obras;
- O IF PiauÍ conta com um responsável pelo monitoramento da implantação da LAI no Instituto, no entanto, não foram encontradas informações sobre projetos em seu portal;
- O relatório de gestão e a auditoria interna 2018, do IF Santa Catarina, cobram a falta de hábito de monitoramento da elaboração e execução dos projetos dos campi e a necessidade de divulgar informações.
- O IF-Rio Grande do Sul possui escritório de projetos, mas não foram encontradas nenhuma informação sobre projetos.

Podemos concluir, com base nos resultados obtidos, que os portais da transparência e *sites* dos IFs não divulgam informações relativas a dados gerais para o acompanhamento de projetos e obras como preconiza a LAI e não permitem nenhum tipo de interatividade.

## 3.2 SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa da avaliação dos portais da transparência teve como objetivo verificar quais as informações, para o acompanhamento dos projetos, tem maior relevância para serem divulgadas e qual o grau de interesse pela interatividade nesses portais. Foi realizada através de pesquisa *survey* sendo o questionário escolhido como instrumento para a realização do levantamento e considerando a dimensão da população e a amostra da pesquisa, foi disponibilizado por meio eletrônico através da ferramenta *Google Forms*.

A realização desta etapa da pesquisa foi dividida em fases, detalhadas a seguir.

### 3.2.1 Definição da população e amostra

A população foco desta pesquisa foi a comunidade interna (alunos, professores e técnicos administrativos) e a comunidade externa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Quanto à abrangência da pesquisa, procurou-se compreender a integralidade desses Institutos, a qual contempla um total de 38 instituições. A lista dos Institutos pode ser verificada no Apêndice A.

A amostra de pesquisa é uma pequena parcela da população que será estudada para investigar as características ou o comportamento dos dados populacionais. Gil (2008) considera que para uma amostra representar com fidedignidade as características do

universo, deve ser composta por um número suficiente de casos. O autor acrescenta que este número, depende dos seguintes fatores: extensão do universo, nível de confiança estabelecido, erro máximo permitido e percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

- Extensão do universo: os universos de pesquisa são classificados em finitos e infinitos. Universos finitos são aqueles cujo número de elementos não excede a 100 000. Universos infinitos, por sua vez, são aqueles que apresentam elementos em número superior a esse.
- Nível de confiança estabelecido: refere-se à área da curva “normal” definida a partir dos desvios-padrão em relação à sua média, onde um desvio-padrão corresponde a aproximadamente 68,0% de nível de confiança, dois desvios correspondem a aproximadamente 95,5% de nível de confiança e três desvios correspondem a aproximadamente 99,7% de nível de confiança.
- Erro máximo permitido: os resultados obtidos numa pesquisa a partir de amostras não são rigorosamente exatos em relação ao universo de onde foram extraídas. Esses resultados apresentam sempre um erro de medição, que diminui na proporção em que aumenta o tamanho da amostra. O erro de medição é expresso em termos percentuais e nas pesquisas sociais trabalha-se usualmente com uma estimativa de erro entre 3 e 5%.
- Percentagem com a qual o fenômeno se verifica: a estimativa prévia da percentagem com que se verifica um fenômeno é muito importante para a determinação do tamanho da amostra.

O estudo considerou o cálculo da Amostra Finita com base na população da pesquisa de 38 Institutos Federais de Educação, conforme citado anteriormente. Para o cálculo da Amostra Finita, utilizou-se a seguinte fórmula de Gil (2008):

$$n = \frac{s^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + s^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra.

$\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão.

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

q = Percentagem complementar.

N = Tamanho da população.

$e^2$  = Erro máximo permitido.

Substituindo os valores na fórmula apresentada, obtêm-se o resultado:

$$\sigma^2 = 2$$

$$p = 3$$

$$q = 97 (100-p)$$

$$N = 38$$

$$e^2 = 5$$

$$n = \frac{2^2 \cdot 3.97 \cdot 38}{5^2 \cdot (38-1) + 2^2 \cdot 3.97} = \frac{44232}{2089} = 21,17$$

Com base no resultado apresentado acima, observou-se a necessidade de um quantitativo mínimo de 21 IFs respondentes em uma população de 38 Institutos. O número de respostas recebidas durante a fase de coleta foi de 26 Institutos, acima do quantitativo mínimo estabelecido no cálculo da Amostra Finita.

### 3.2.2 Pré-teste do questionário

O questionário pré-teste forneceu informações para correções de possíveis falhas, antes do processo de coleta oficial de dados, contribuindo para avaliar e ajustar o questionário final. Foram inseridas perguntas, ao final do questionário, que buscavam identificar possíveis erros e melhorias no questionário, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Tela do questionário pré-teste

40. Esse foi um teste do questionário que será aplicado na pesquisa. Por favor, faça a sua avaliação: \*

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Gostei do conteúdo	<input type="radio"/>				
As perguntas estão claras e de fácil compreensão	<input type="radio"/>				
Quantidade de perguntas está adequada	<input type="radio"/>				
A distribuição das perguntas através de seções e por área está clara e segue uma ordem lógica	<input type="radio"/>				
O tempo para a resposta do questionário está adequado	<input type="radio"/>				
Ordenação lógica da sequência de perguntas;	<input type="radio"/>				

Fonte: Elaborado pela autora

Foram alteradas, acrescentadas ou retiradas perguntas de acordo com as sugestões, recebidas na pergunta citada acima bem como na pergunta aberta (sugestões de melhoria).

A carta de apresentação do questionário informava que se tratava de um pré-teste sendo que ao fim do teste, o tempo médio de resposta foi de dez minutos. O questionário ficou disponível entre o período de 22 de abril e 05 de maio de 2020. Nesse período,

foram recebidas onze respostas do público alvo, distribuídos em: três alunos, dois professores, três técnicos administrativos e três da comunidade externa, referentes aos Institutos pesquisados.

### **3.2.3 Coleta dos dados**

Após a aplicação do pré-teste, iniciou-se o processo de ajustes do questionário composto por trinta e nove questões divididas em informações sobre projetos e interatividade nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação. Essas questões tiveram como base: a revisão da literatura, seus principais conceitos e os trabalhos relacionados; a Lei de Acesso à Informação e sua Transparência Ativa; o Guia PMBOK; os portais da transparência dos Tribunais de Contas do Estado da Paraíba e do Pernambuco; as pesquisas realizadas para entender o que é um projeto nos IFs; o Guia de Transparência Ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e a pesquisa documental realizada anteriormente.

Para proporcionar a separação do escopo que representa cada pergunta, o questionário foi dividido em doze áreas. No questionário, tomou-se o cuidado de detalhar cada área explicando do que se tratava, pelo fato da pluralidade da população da pesquisa. A divisão das seções de perguntas foi a seguinte: Perfil dos respondentes; Informações básicas sobre projetos; Partes interessadas do projeto; Escopo do projeto; Cronograma do projeto; Custos do projeto; Riscos do projeto; Controle de mudanças do projeto; Lições aprendidas do projeto; Interatividade; Transparência pública; Questão discursiva.

Importante salientar que apesar da existência de diversas abordagens para gerenciamento de projetos, foi utilizado o Guia PMBOK como principal referência para o questionário por ser o mais utilizado no gerenciamento de projetos nos órgãos públicos.

Para confecção do questionário, adotou-se a escala Likert sendo o modelo mais usado e debatido entre as pesquisas de opinião, onde os respondentes especificam seu nível de concordância com uma afirmação. A grande vantagem da escala de Likert é sua facilidade de manuseio, pois, é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014). O formato da escala adotada, no questionário, será descrito a seguir:

- 1 - Sem importância;
- 2 - Pouco importante;
- 3 - Indiferente;
- 4 - Importante;
- 5 - Muito importante.

Os participantes da pesquisa foram contatados através de e-mail, que constava as orientações dos procedimentos a serem seguidos para preenchimento do questionário, o número de questões e o tempo médio de resposta.

A apresentação do questionário continha informações gerais do que era a pesquisa, a população a quem se destinava, quem era a pesquisadora e o orientador, e o lembrete do anonimato da identidade do respondente. Ao fim do grupo de perguntas específicas, o participante teve uma pergunta em aberto onde poderia expressar sua opinião de forma discursiva, não sendo uma pergunta obrigatória.

O questionário ficou disponível para respostas no período de 6 de maio e 30 de junho de 2020, após esse período, o acesso aos participantes foi finalizado e a fase de investigação concluída. Foram obtidas 73 respostas de um total de 26 IFs participantes, o que representa um quantitativo acima do valor da amostra mínima necessária, que seria de 21 Institutos. A Tabela 4 mostra o quantitativo de respostas por região do país.

**Tabela 4 – Quantitativo de respostas por região**

<b>Região</b>	<b>Quantidade de IF respondentes</b>	<b>Quantidade de respostas</b>
Centro-Oeste	2	2
Nordeste	10	54
Norte	5	5
Sudeste	5	5
Sul	4	7
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>73</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Todas as respostas recebidas foram homologadas e validadas, sendo passíveis de integrar e embasar o referido trabalho de pesquisa. A relação dos IFs que responderam ao questionário e a relação das perguntas do questionário, podem ser vistos no Apêndice D e E, respectivamente.

### **3.2.4 Análise dos dados**

Após o questionário ter sido respondido, cada item pôde ser analisado separadamente ou, em alguns casos, as respostas dadas puderam ser somadas para criar um resultado por grupo de itens. Os resultados foram apresentados em frequência por contagem e percentual. Os comentários e respostas discursivas feitos pelos participantes foram incluídos às análises e alguns gráficos gerados pela plataforma *Google Forms* foram utilizados para ilustrar os resultados desta pesquisa.

Para melhor compreensão, as 39 perguntas abordadas no questionário da pesquisa foram identificadas durante a análise como pergunta (Q1) à pergunta (Q39).

A análise dos dados será apresentada através dos grupos de perguntas, citados anteriormente:

## 1. Perfil dos Respondentes

Nesta Seção foram coletados dados gerais para identificação dos respondentes da pesquisa como faixa etária, nível de escolaridade, Instituto que faz parte e qual a ligação do participante com esse Instituto.

**(Q1)** Os resultados obtidos mostram que mais da metade dos participantes, 54,8%, estão na faixa etária entre 31 a 40 anos. A faixa etária de 21 a 30 anos é de 23,3%, 41 a 50 anos é de 11% e 2,7% estão acima de 50 anos.

**(Q2)** A especialização, com 37% das respostas, se destaca como o nível de escolaridade mais frequente entre os participantes. O mestrado vem em segundo lugar com 24,7% e 19,2% tem ensino superior. Doutorado e ensino médio atingiram o mesmo percentual 6,8%. Os outros níveis de escolaridade, ensino técnico e superior incompleto, somam juntos 5,5%.

**(Q3)** A maioria dos respondentes faz parte do quadro de servidores dos Institutos Federais, sendo 41,1% técnicos administrativos e 20,5% professores. Os que fazem parte da comunidade externa desses Institutos formam 23,3% e os alunos 15,1% dos respondentes.

**(Q4)** Mais da metade dos participantes da pesquisa, 54,8%, fazem parte do IFPB. No entanto, foram alcançados Institutos de todas as regiões do Brasil, sendo que somente a região Centro-Oeste não ultrapassou os 50% de IFs participantes. Um total de 26 Institutos responderam ao questionário, 68% do universo da pesquisa, conforme se observa na Tabela 5.

A relação completa dos IFs, que responderam ao questionário, pode ser verificada no Apêndice D.

Analisando o perfil dos respondentes da pesquisa, podemos observar que a maioria é formada por técnicos administrativos dos Institutos, tem entre 31 e 40 anos e possui especialização. Podemos atribuir esse fato a pesquisadora fazer parte do quadro de técnicos administrativos do IFPB e muitos dos participantes da pesquisa serem seus colegas de mestrado que também são técnicos administrativos de IFs.

## 2. Informações Básicas

Nesta Seção foi questionado aos participantes: Qual a importância da divulgação de informações sobre projetos; Quais dessas informações têm maior relevância para serem divulgadas e como devem ser expostas nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação.

O participante avaliou, utilizando a escala de Likert, a importância de divulgar: **Q5** - informações sobre projetos onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 98,7% da escolha dos respondentes e “Pouco importante” e “Sem importância” não

Tabela 5 – Institutos participantes por região

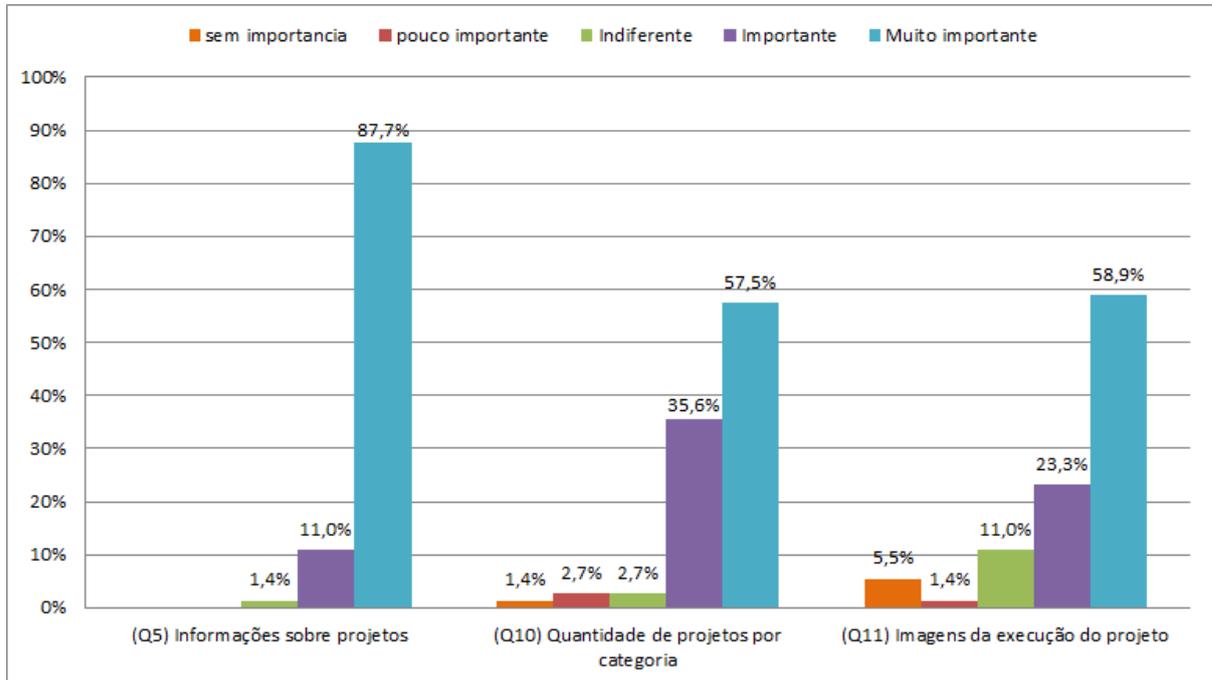
Região	Pesquisados	Responderam	%
Norte	7	5	71%
Nordeste	11	10	91%
Centro-Oeste	5	2	40%
Sul	6	4	67%
Sudeste	9	5	55%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>26</b>	<b>68%</b>

Fonte: Elaborada pela autora

tiveram nenhuma resposta; **Q10** - o quantitativo de projetos realizados por categoria onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 93,1% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 4,1% do total; **Q11** - imagens/fotos da execução do projeto onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 82,2% das respostas e “Sem importância” e “Pouco importante” somaram 6,9% do total.

Esses resultados demonstram o alto grau de interesse dos respondentes pela divulgação desse tipo de informação. Na Figura 9, podemos observar o percentual das respostas obtidas nas questões citadas.

**Figura 9 – Importância de divulgar informações sobre projetos**



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q6**, o respondente opinava sobre como as informações dos projetos deveriam ser exibidas, se somente por campi, Instituto ou pelos dois. Mais de 74% dos participantes escolheram que as informações deveriam ser mostradas tanto por campi como por Instituto, 14,7% somente por campi e 10,7% somente por Instituto.

O participante foi questionado também sobre quais eram as informações dos projetos que deveriam ser divulgadas: **Q7** - quais as informações básicas dos projetos; **Q8** - quais as categorias de projetos; **Q9** - quais as informações sobre as obras de construção civil.

O resultado das respostas podem ser verificadas na sequência das Tabelas 6, 7 e 8, por ordem decrescente das informações que receberam o maior percentual.

Foi deixada em aberto a opção “Outros”, em todas as questões mencionadas, para que o participante pudesse indicar informações que não foram citadas na questão. A Q8 foi a única que recebeu respostas, onde dois participantes sugeriram a categoria “Inovação” e um participante a categoria “Financeiro”.

**Tabela 6 – Informações básicas do projeto**

Informação	%
------------	---

Título do projeto	89%
Descrição do projeto	86,3%
Objetivo (resultado pretendido)	83,6%
Público alvo	75,3%
Descrição do produto, serviço ou resultado gerado	75,3%
Benefícios para a sociedade interna e externa	71,2%
Categoria/tipo	63%
Orçamento (previsto e realizado)	57,5%
Gerente	38,4%
Responsável pela aprovação/execução	30,1%

Fonte: Elaborada pela autora

**Tabela 7 – Categorias dos projetos**

<b>Categoria</b>	<b>%</b>
Ensino	87,7%
Pesquisa	84,9%
Extensão	72,6%
Saúde	72,6%
Tecnologia da Informação	63%
Assistência estudantil	50,7%
Obras (construção civil)	50,7%
Segurança	43,8%
Gestão de pessoas	35,6%
Arte e cultura	34,2%

<b>Categoria</b>	<b>%</b>
Estágio	32,9%
Pedagógico	27,4%
Comunicação e marketing	26%

Fonte: Elaborada pela autora

**Tabela 8 – Informações sobre obras**

<b>Informação</b>	<b>%</b>
Valor total da obra (previsto e realizado)	83,6%
Início da obra	79,5%
Destinação da obra	79,5%
Fonte de recursos	76,7%
Tipo da obra	76,7%
Término da obra (previsto e realizado)	76,7%
Número do contrato e licitação	61,6%
Categoria	53,4%
Endereço da obra	49,3%
Área construída em m <sup>2</sup>	49,3%
Agentes participantes	41,1%

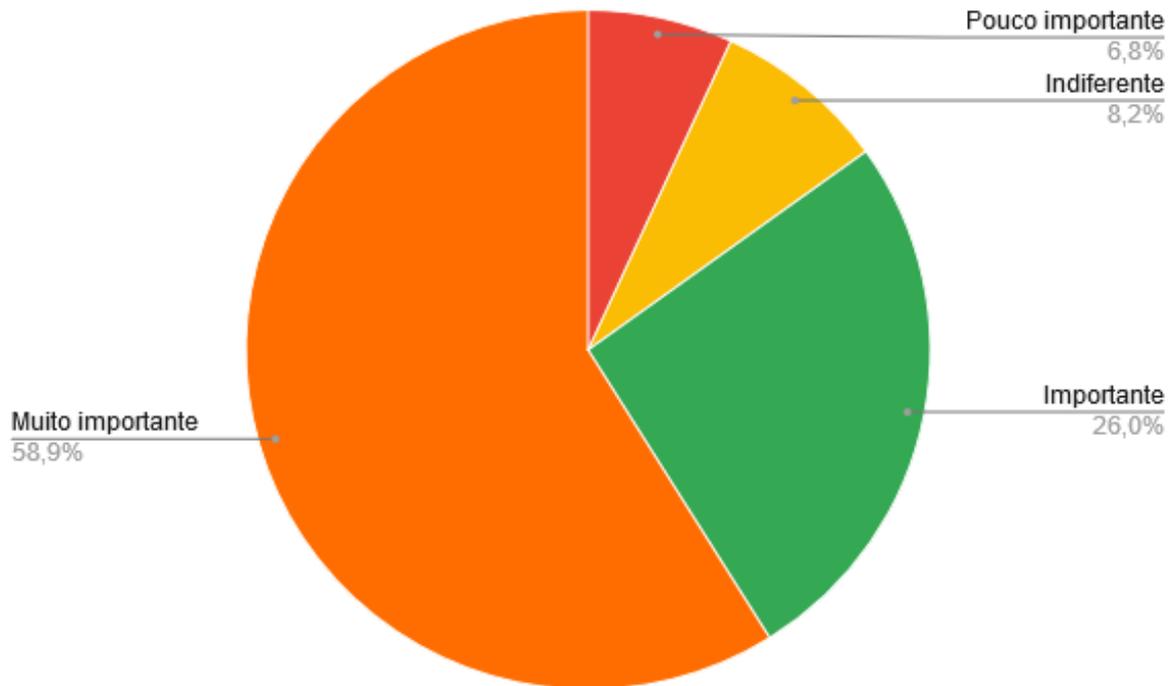
Fonte: Elaborada pela autora

### **3. Partes Interessadas**

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância de divulgar informações sobre as partes interessadas do projeto e quais dessas informações têm maior relevância para serem publicadas.

Na **Q12**, o participante avaliou, utilizando a escala de Likert, a importância de divulgar informações sobre as partes interessadas do projeto. As opções “Muito importante” e “Importante” somam juntas 84,9% do total, enquanto “Sem importância” não obteve resposta e “Pouco importante” recebeu 6,8%, o que pode ser verificado na Figura 10.

**Figura 10 – Importância de divulgar as partes interessadas**



Fonte: Elaborada pela autora

A **Q13**, indagava sobre quais as informações sobre as partes interessadas do projeto deveriam ser divulgadas. O participante poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 9, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

**Tabela 9 – Informações sobre as partes interessadas**

Informação	%
Função no projeto	97,3%
Nome	83,6%
Contato	46,6%

Fonte: Elaborada pela autora

A opção “Outros” não obteve resposta.

#### **4. Escopo**

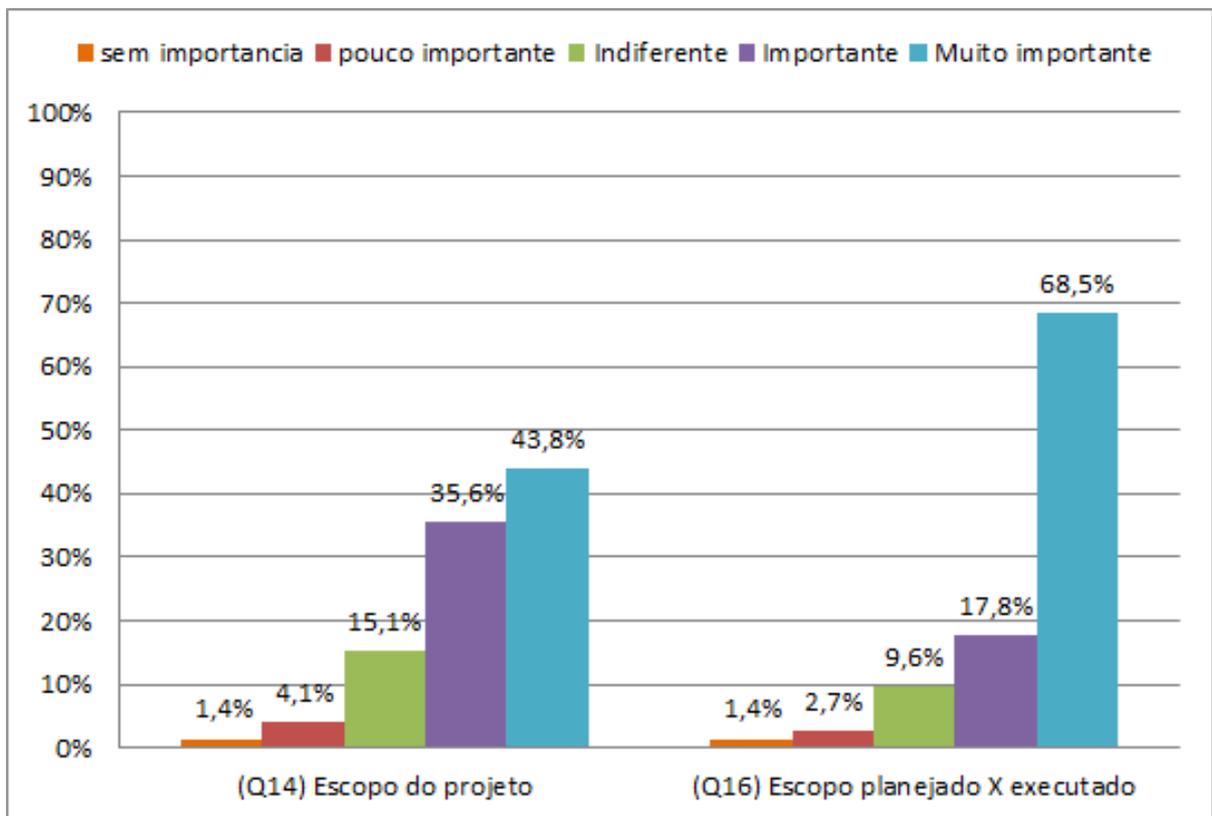
Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação de informações sobre o escopo do projeto e de comparações entre o escopo planejado e o realizado, e quais informações sobre o escopo devem ser divulgadas nos portais.

O participante avaliou, utilizando a escala de Likert, a importância de divulgar: **Q14** - informações sobre o escopo do projeto onde as opções “Muito importante” e “Importante”

obtiveram juntas 79,4% da escolha dos respondentes e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 5,5% do total; **Q16** - comparativo entre o escopo planejado e o executado onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 86,3% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 4,1% do total.

Esses resultados demonstram o alto grau de interesse dos respondentes pela divulgação de informações a respeito do escopo do projeto. Na Figura 11, podemos observar o percentual das respostas obtidas nas questões citadas.

**Figura 11 – Importância de divulgar o escopo**



Fonte: Elaborada pela autora

A **Q15**, indagava sobre quais as informações sobre o escopo do projeto deveriam ser divulgadas. O participante poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 10, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

**Tabela 10 – Informações sobre o escopo do projeto**

==

Informação	%
Escopo executado	86,3%
Escopo previsto	82,2%
Descrição do que está fora do escopo	42,5%

Fonte: Elaborada pela autora

A opção “Outros” não obteve resposta.

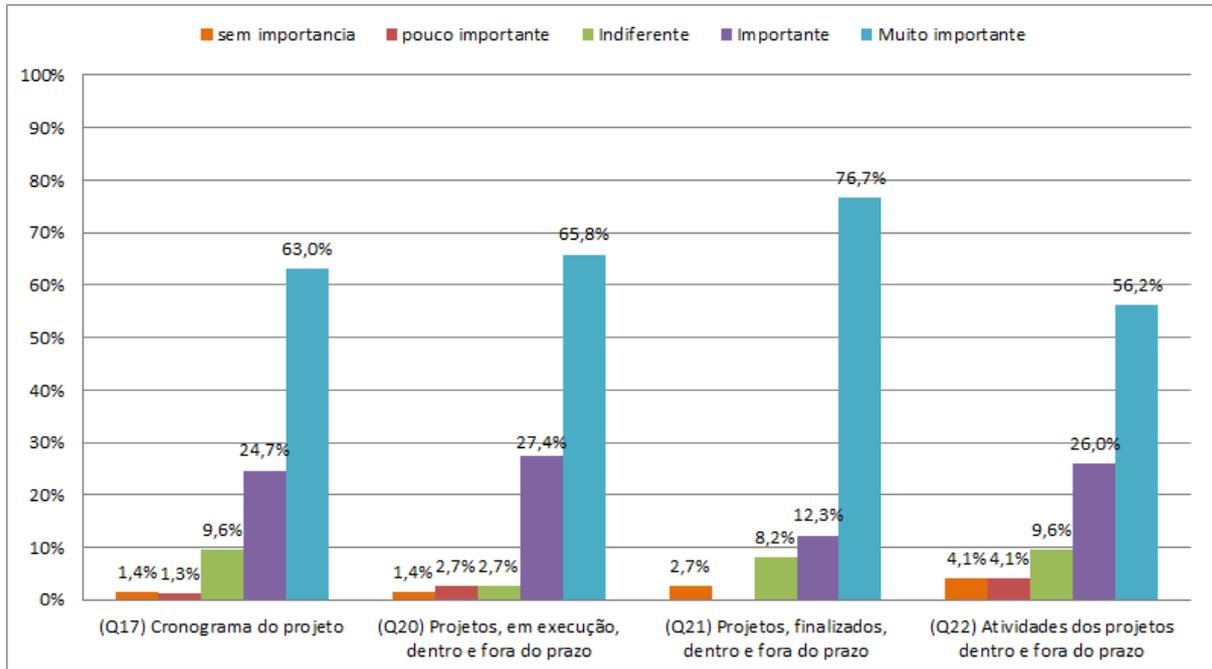
## 5. Cronograma

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação do cronograma do projeto e quais as informações sobre o cronograma deveriam ser divulgadas.

O participante avaliou, utilizando a escala de Likert, a importância de divulgar: **Q17** - informações sobre o cronograma do projeto onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 87,7% da escolha dos respondentes e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 2,8% do total; **Q20** - a quantidade dos projetos, em execução, que estão dentro e fora do prazo onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 93,2% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 4,1% do total; **Q21** - a quantidade dos projetos, finalizados, dentro e fora do prazo onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 89% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 2,7% do total; **Q22** - a quantidade das atividades dos projetos que estão dentro e fora do prazo onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 82,2% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 8,2% do total.

Esses resultados demonstram o alto grau de interesse dos respondentes pela divulgação de informações a respeito do cronograma do projeto. Na Figura 12, podemos observar o percentual das respostas obtidas nas questões citadas.

**Figura 12 – Importância de divulgar o cronograma**



Fonte: Elaborada pela autora

O participante foi questionado sobre quais eram as informações do cronograma do projeto que deveriam ser divulgadas: **Q18** - informações sobre o cronograma dos projetos; **Q19** - situações/status do projeto.

O resultado das respostas podem ser verificadas na sequência das Tabelas 11 e 12, por ordem decrescente das informações que receberam o maior percentual.

A opção “Outros” recebeu na Q19 a resposta de 2 participantes: um sugeriu o status “Excluído” e o outro o status “Cancelado”.

**Tabela 11 – Informações sobre o cronograma do projeto**

Informação	%
Data de início e fim do projeto (executada)	90,4%
Data de início e fim do projeto (prevista)	86,3%
Tarefas do produto/serviço que será entregue	58,9%
Entregas a serem realizadas	56,2%

Tarefas do projeto	53,4%
Responsável pela atividade no projeto	45,2%
Relação de interdependência das tarefas	27,4%

Fonte: Elaborada pela autora

**Tabela 12 – Status do projeto**

Informação	%
Em execução	90,4%
Finalizado	86,3%
Suspenso	64,4%
Parado	61,6%

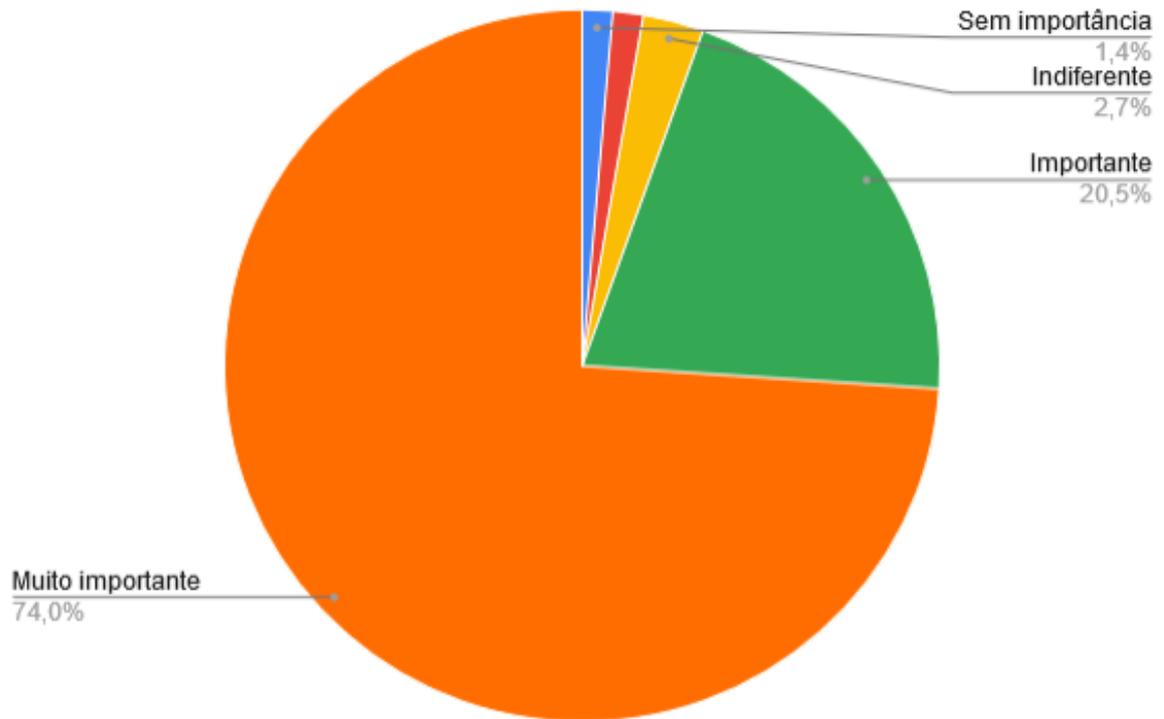
Fonte: Elaborada pela autora

## 6. Custos

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação dos custos do projeto e quais as informações sobre o custo devem ser divulgadas.

Na **Q23**, o participante avaliava a importância da divulgação de informações sobre os custos do projeto. As opções “Muito importante” e “Importante” somam juntas 94,5% do total, deixando claro o alto grau de interesse pela divulgação desse tipo de informação, enquanto “Sem importância” e “Pouco importante” somaram juntas 2,8%, o que pode ser verificado na Figura 13.

**Figura 13 – Importância de divulgar os custos**



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q24**, o participante selecionava as informações sobre os custos do projeto que deveriam ser divulgadas. O participante poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 13, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

**Tabela 13 – Informações sobre os custos do projeto**

Informação	%
Custo real	94,5%
Custo estimado	78,1%
Total gasto ao longo da execução do projeto	60,3%
Justificativa do gasto (investimento)	57,5%
Descriminação de cada item e seu valor	35,6%

---

Fonte: Elaborada pela autora

A opção “Outros” não obteve resposta.

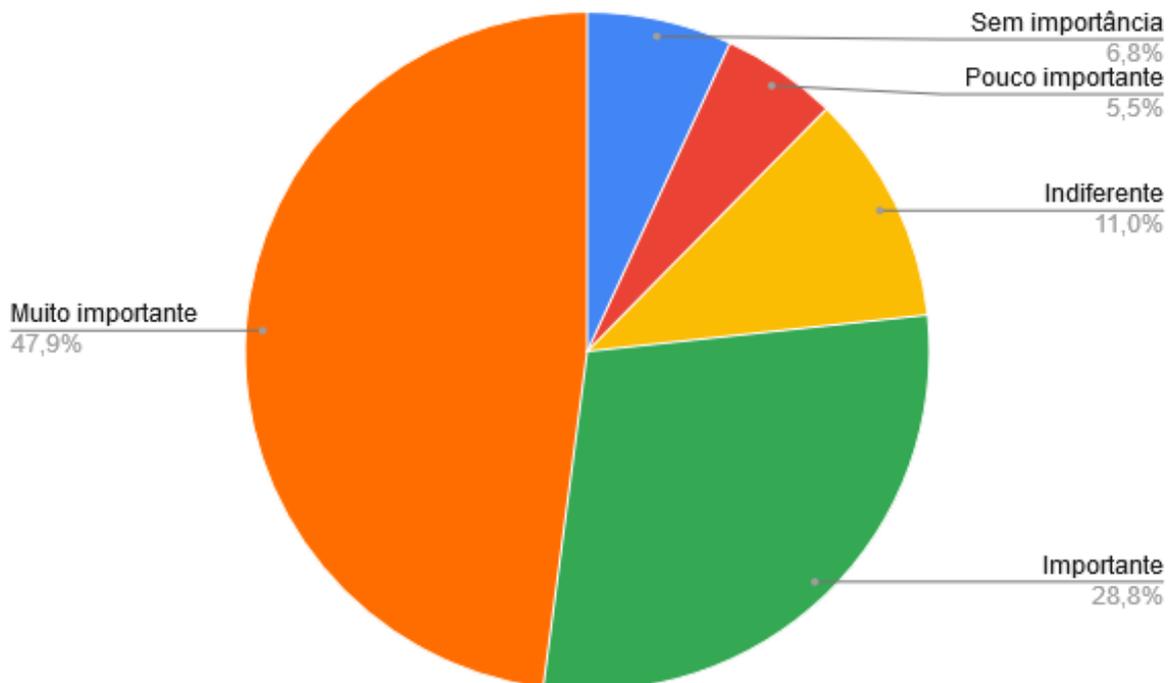
Na **Q25**, o respondente opinava sobre como as informações dos investimentos/custos dos projetos deveriam ser exibidas, se somente por campi, Instituto ou pelos dois. Mais de 87% dos participantes escolheram que as informações deveriam ser mostradas tanto por campi como por Instituto, 12,7% escolheram somente por campi e nenhuma resposta foi obtida para a opção somente por Instituto.

## 7. Riscos

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação dos riscos do projeto e quais as informações sobre os riscos devem ser divulgadas.

Na **Q26**, o participante avaliava a importância da divulgação de informações sobre os riscos do projeto. As opções “Muito importante” e “Importante” somam juntas 76,7% do total, enquanto “Sem importância” e “Pouco importante” somaram juntas 12,3%, o que pode ser verificado na Figura 14.

**Figura 14 – Importância de divulgar os riscos**



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q27**, o participante selecionava as informações sobre os riscos do projeto que deveriam ser divulgadas. O participante poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 14, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

A opção “Outros” não obteve resposta.

Tabela 14 – Informações sobre os riscos do projeto

Informação	%
Identificação dos prováveis riscos que possam afetar o projeto	71,4%
Monitoramento dos riscos durante a execução do projeto	65,1%
Análise qualitativa dos riscos: probabilidade de ocorrência e impacto	55,6%
Planejamento das respostas aos riscos	55,6%
Análise quantitativa dos riscos: efeito (custos) da ocorrência do risco	52,4%

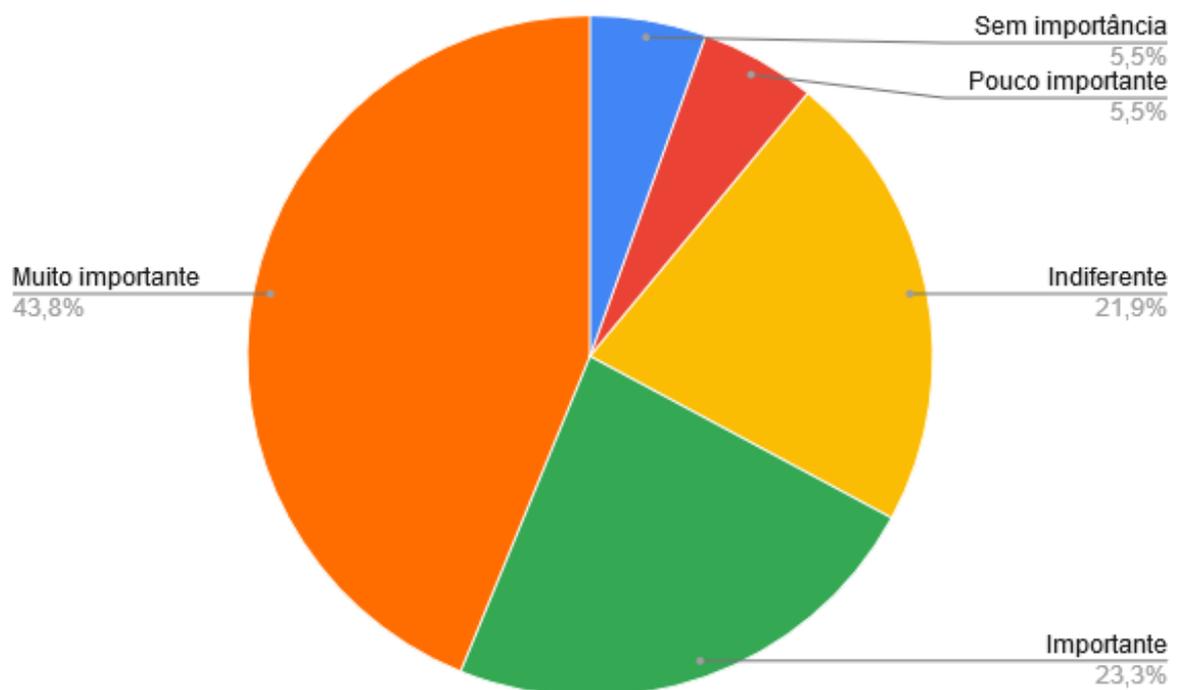
Fonte: Elaborada pela autora

## 8. Controle de Mudanças

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação do controle de mudanças do projeto e quais as informações sobre as mudanças devem ser divulgadas nos portais da transparência.

Na **Q28**, o participante avaliava a importância da divulgação de informações sobre o controle de mudanças do projeto. As opções “Muito importante” e “Importante” somam juntas 67,1% do total, enquanto “Sem importância” e “Pouco importante” somaram juntas 11%, o que pode ser verificado na Figura 15.

Figura 15 – Importância de divulgar o controle de mudanças



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q29**, o participante selecionava as informações sobre o controle de mudanças do projeto que deveriam ser divulgadas. O participante poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 15, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

**Tabela 15 – Informações sobre o controle de mudanças**

<b>Informação</b>	<b>%</b>
Custos da implementação da mudança	74,6%
Análise de custo-benefício da mudança	69,8%
Impactos da mudança no escopo do projeto	63,5%
Impactos da mudança no cronograma do projeto	60,3%

Fonte: Elaborada pela autora

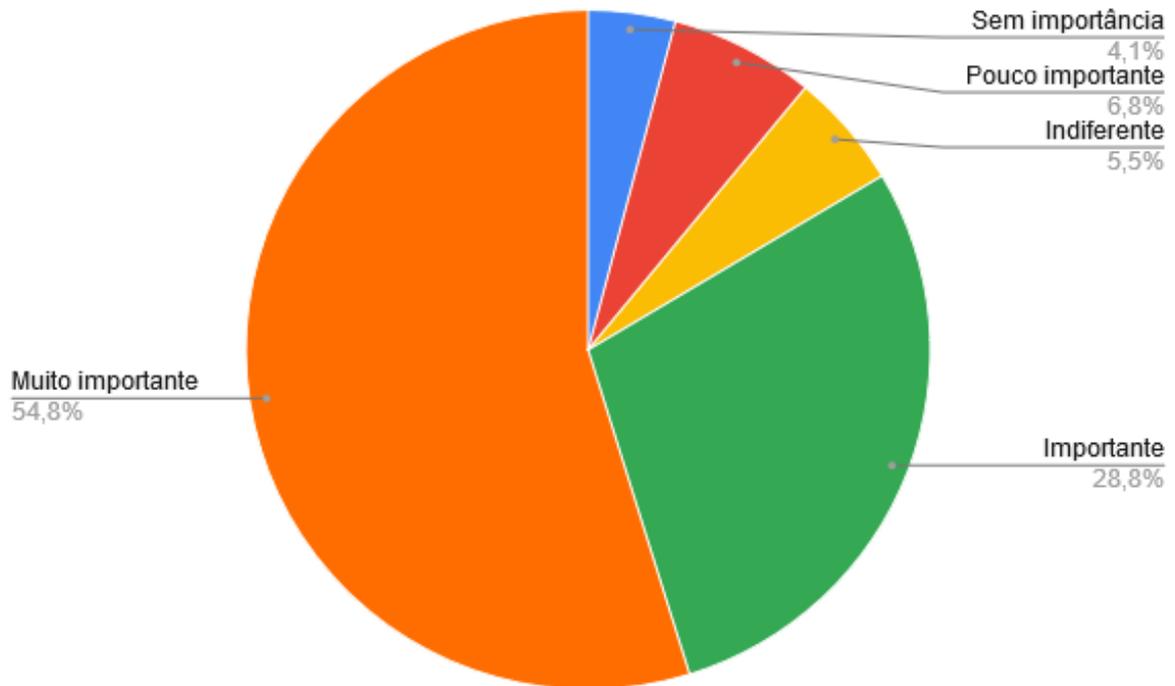
A opção “Outros” não obteve resposta.

### **9. Lições Aprendidas**

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da divulgação das lições aprendidas do projeto e quais as informações sobre devem ser divulgadas.

Na **Q30**, o participante avaliava a importância da divulgação de informações sobre as lições aprendidas do projeto. As opções “Muito importante” e “Importante” somam juntas 83,6% do total, enquanto “Sem importância” e “Pouco importante” somaram juntas 10,9%, o que pode ser verificado na Figura 16.

**Figura 16 – Importância de divulgar as lições aprendidas**



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q31**, o participante selecionava as informações sobre as lições aprendidas do projeto que deveriam ser divulgadas. Poderia selecionar várias opções e o resultado das respostas podem ser verificadas na Tabela 16, por ordem decrescente das informações com maior porcentagem.

**Tabela 16 – Informações sobre as lições aprendidas**

Informação	%
Dificuldades encontradas	84,9%
Providências adotadas	72,6%
Pontos fortes	67,1%
Pontos fracos	64,4%

Fonte: Elaborada pela autora

A opção “Outros” não obteve resposta.

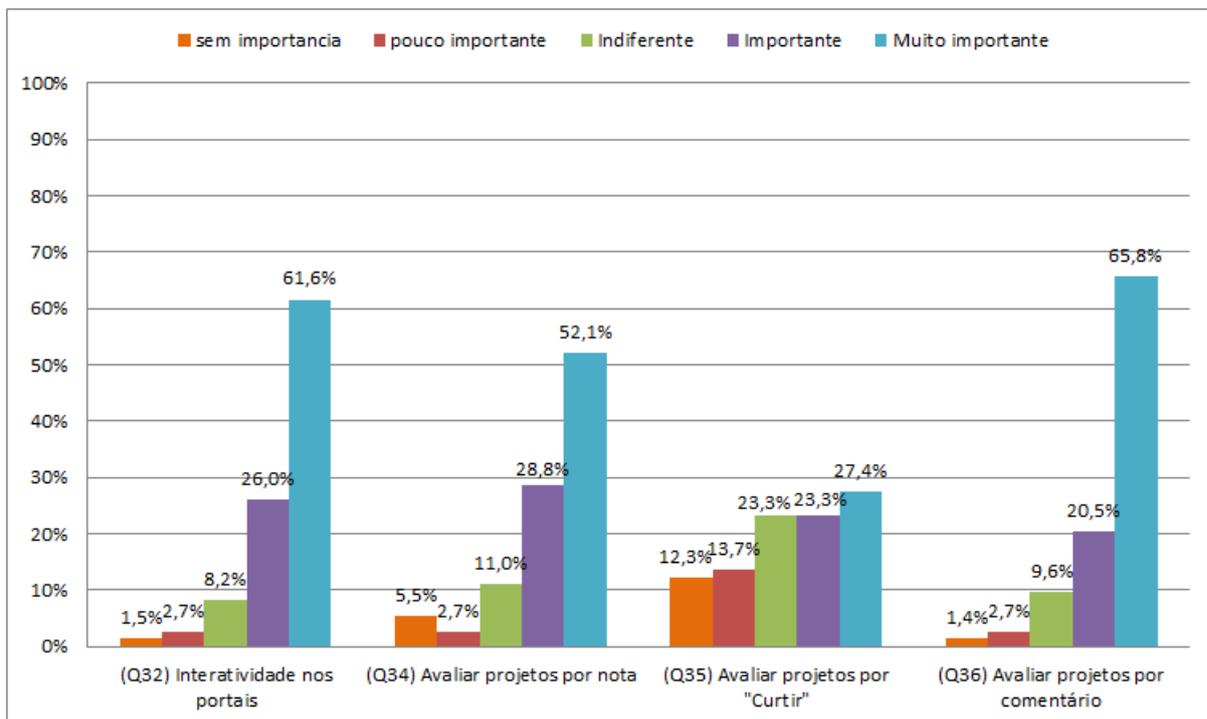
## 10. Interatividade

Nesta Seção foi questionado aos participantes, qual a importância da interatividade e da avaliação de projetos pelo cidadão nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação e se o respondente realizaria um cadastro para interagir no portal.

O participante avaliou, utilizando a escala de Likert, a importância: **Q32** - interatividade/participação popular onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 87,6% da escolha dos respondentes e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 4,1% do total; **Q34** - avaliar um projeto através da atribuição de notas onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 80,9% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 8,2% do total; **Q35** - avaliar um projeto através da atribuição de “Curti” ou “Não curti” onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 50,7% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 26% do total; **Q36** - avaliar um projeto através de comentários onde as opções “Muito importante” e “Importante” obtiveram juntas 86,3% das respostas e “Pouco importante” e “Sem importância” somaram 4,1% do total.

Esses resultados demonstram o alto grau de interesse dos respondentes pela interatividade nos portais de transparência dos Institutos Federais. Na Figura 17, podemos observar o percentual de todas as respostas obtidas nas questões citadas.

**Figura 17 – Importância da interatividade**



Fonte: Elaborada pela autora

Na **Q33**, o participante era questionado se realizaria um cadastro para interagir no portal de transparência. A opção “Sim” recebeu 67,1% das respostas enquanto a opção “Não” foi escolhida por 32,9% dos respondentes.

## 11. Transparência Pública

Nesta Seção foi questionado aos participantes, se as informações escolhidas no

questionário não fossem divulgadas, quais seriam as possíveis consequências e qual a justificativa de não serem publicadas nos portais da transparência.

O participante selecionava: **Q37** - possíveis consequências da não divulgação das informações escolhidas no questionário; **Q38** - as possíveis causas da não divulgação. O resultado das respostas podem ser verificadas nas Tabela 17 e 18, por ordem decrescente das informações que receberam o maior percentual. A opção “Outros” não obteve nenhuma resposta.

**Tabela 17 – Consequências da não divulgação de projetos**

Consequência	%
Menor transparência	74%
Impossibilidade da participação popular	56,2%
Aumento do desinteresse da sociedade	35,6%
Impossibilidade do controle social	32,9%
Aumento da corrupção	31,5%
Maior controle da administração pública	16,4%

Fonte: Elaborada pela autora

**Tabela 18 – Causas da não divulgação de projetos**

Causa	%
Inexistência da cultura da transparência	56,9%
Falta de interesse da Administração Pública	50%
Falta de fiscalização	40,3%
Falta de interesse da sociedade	38,9%
Inexistência de gestão de projetos nos IF	34,7%
Falta de pessoal qualificado	23,6%

Fonte: Elaborada pela autora

## 12. Questão Discursiva

Ao final do questionário, foi dado voz ao participante para que opinasse de forma descritiva, permitindo coletar informações que complementam o diagnóstico da pesquisa. A **Q39** indagava sobre quais as informações sobre projetos, não citadas no questionário, são importantes para serem divulgadas. Foram obtidas treze respostas, apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

- 1) Inovações tecnológicas;
- 2) Fornecedores do projeto (partes interessadas);
- 3) Previsão de investimentos futuros por campi;
- 4) Informações sobre a continuidade ou não do projeto;
- 5) Matriz SWOT do projeto, incluindo os entraves por parte da administração em relação à demora do pagamento de bolsas discentes e repasses das taxas de bancada para compras de materiais de consumo;
- 6) Controle de orçamento por campi;
- 7) Como é feita a escolha das empresas que prestarão serviços;
- 8) Horário de expediente dos servidores, visto que o recurso público é destinado aos seus vencimentos;
- 9) Procedimentos metodológicos para a elaboração dos projetos;
- 10) Infraestrutura necessária e infraestrutura utilizada;
- 11) Nível de maturidade das equipes dos projetos, contribuindo para o aumento da concorrência entre equipes e para a melhoria contínua;
- 12) Gráficos que simplifiquem o entendimento de custos, gastos e distribuição de investimentos;
- 13) Dados de propriedade intelectual e inovação associados aos projetos.

### 3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste Capítulo foram apresentadas as duas etapas das avaliações realizadas nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Seção 3.1 descreveu a primeira etapa da avaliação que foi realizada através de pesquisa documental onde se identificou e analisou as informações referentes ao acompanhamento de projetos de acordo com o que é estabelecido na Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação e verificou-se também a oferta de interatividade nos portais da transparência. Os resultados obtidos mostram que os IFs não divulgam informações que permitem acompanhar o andamento de seus projetos e não oferecem interatividade em seus *websites*.

A Seção 3.2 descreveu a segunda etapa da avaliação que foi realizada através de um questionário on-line com a comunidade dos IFs para verificar quais as informações, para o acompanhamento dos projetos, deveriam ser divulgadas e qual o grau de interesse pela

interatividade nos portais da transparência. Foram obtidas 73 respostas de um total de 26 IFs participantes, onde os resultados mostraram um alto grau de interesse da comunidade para ter acesso a informações que possibilitem o acompanhamento dos projetos.

## 4 OBSERVATÓRIOS DE PROJETOS NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Este Capítulo detalha os requisitos informacionais definidos para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e apresenta o protótipo do observatório de projetos desenvolvido baseado nesses requisitos informacionais.

Os requisitos informacionais tiveram como base os resultados obtidos no questionário da segunda etapa da avaliação dos portais da transparência, onde se identificou a importância da mudança de como as informações sobre projetos são divulgadas à sociedade. Através da análise das respostas chegou-se a conclusão que o desenvolvimento de observatórios de projetos, dentro dos portais da transparência, poderiam suprir as necessidades apresentadas na pesquisa, sendo um espaço de transparência para a prestação de contas e participação social contribuindo para a melhoria da gestão pública.

### 4.1 REQUISITOS INFORMACIONAIS PARA OBSERVATÓRIOS DE PROJETOS

Os requisitos informacionais são entendidos como variáveis importantes e imprescindíveis para a implementação de Observatórios de Projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação e podem interferir diretamente no sucesso ou fracasso do seu resultado. Objetiva-se contribuir com uma ferramenta de apoio para que os IFs analisem e adaptem os conhecimentos sobre projetos de acordo com seus contextos e necessidades específicas. Importante salientar que os requisitos informacionais devem ser exibidos nos portais, no entanto, isso não isenta o fato de se fazer o gerenciamento de projetos com as demais informações e documentos necessários ao seu pleno gerenciamento. Portanto, não limitam o que deve ser divulgado sobre projetos nos portais e nem tão pouco o que deve ser utilizado para gerenciar projetos dentro dos Institutos.

Os requisitos informacionais, detalhados neste Capítulo, são o resultado das respostas obtidas no questionário da segunda etapa da avaliação dos portais da transparência corroboradas com outros estudos que evidenciam a importância de divulgar informações sobre projetos. Tiveram como referência as áreas de conhecimento do PMBOK, detalhadas no referencial teórico, sendo considerados os itens que tiveram 50% ou mais de respostas no questionário, respeitando assim a opinião da maioria dos respondentes.

Os requisitos informacionais identificados orientam sobre quais as informações dos projetos devem ser divulgadas e como devem ser exibidas nos observatórios de projetos dos Institutos Federais de Educação. Foram divididos em nove áreas, semelhante ao que foi feito no questionário da segunda etapa da avaliação dos portais, que interagem entre si mas independem uns dos outros. As áreas definidas podem ser verificadas na Figura 18 e seu detalhamento será descrito a seguir.

Figura 18 – Divisão dos requisitos informacionais em áreas



Fonte: Elaborada pela autora

Com o objetivo de facilitar o entendimento por parte dos profissionais que irão desenvolver o observatório de projetos, foram identificadas referências no PMBOK, sendo elas: Grupo de processos, Área de conhecimento e Processo, detalhadas anteriormente no referencial teórico.

#### 4.1.1 Informações básicas

A área Informações Básicas do Projeto refere-se as informações mínimas e essenciais, sobre os projetos dos Institutos Federais de Educação, que são imprescindíveis para serem divulgadas em seus observatórios de projetos dando uma visão geral.

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Nome do projeto:** deve ser curto e fácil de pronunciar;
- 2) **Descrição do projeto:** explicar, resumidamente, as principais características do projeto;
- 3) **Campus:** local do desenvolvimento do projeto;
- 4) **Objetivo do projeto:** descrever o propósito do projeto, expondo os argumentos que comprovam a sua necessidade e os seus benefícios;
- 5) **Descrição do produto:** descrever as características do produto, serviço ou resultado que será gerado;
- 6) **Licitação do projeto:** número da licitação executada para a realização do projeto que possibilite acompanhar seu andamento;

- 7) **Contrato do projeto:** número do contrato firmado para a execução do projeto que possibilite acompanhar seu andamento;
- 8) **Imagens do projeto:** representações visuais do projeto que facilitem o acompanhamento da sua execução, como gráficos e fotografias, por exemplo;
- 9) **Categoria do projeto:** área ou setor onde as competências do projeto serão desenvolvidas;
- 10) **Quantidade de projetos por categoria:** porcentagem, por campus e por Instituto, do quantitativo de projetos das categorias (Ensino; Pesquisa; Extensão; Saúde; Tecnologia da informação; Assistência estudantil e Construção civil).

A Tabela 19 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 19 – Referência PMBOK: Informações básicas do projeto**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Nome do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Descrição do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.

---

---

Campus	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Objetivo do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Descrição do produto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Licitação do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Contrato do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.

---

Imagens do projeto	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento das comunicações do projeto; Processo: Gerenciar as comunicações.
Categoria do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Quantidade de projetos por categoria	Referência da categoria do projeto.

Fonte: Elaborada pela autora

Reforçando a importância da divulgação de informações referentes aos projetos das categorias: obras (construção civil), educação e pesquisa. Os estudos de Machado, Marques e Macagnan (2013) nos portais eletrônicos das capitais brasileiras, destacam como uma das principais lacunas observadas a divulgação da “categoria obras” e Monteiro (2014) ressalta a falta de atualização das informações dessas categorias nos portais eletrônicos das Universidades Federais do Brasil.

Sobre a importância da divulgação do objetivo do projeto, Silva (2017) em análise realizada nos *websites* dos IFs da região nordeste, destacou que esses Institutos disponibilizam informações incompletas sobre seus projetos sem explicar a sua finalidade e sua descrição.

Carossi, Pedan e Teixeira Filho (2017), identificaram que entre as informações mais demandadas pela sociedade registradas no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 104 Instituições Federais de Ensino Superior se destacam: Licitação, contratos e projetos de pesquisa.

#### 4.1.2 Partes interessadas

A área Partes Interessadas do Projeto refere-se as informações produzidas no Gerenciamento das partes interessadas do projeto. Todos os projetos têm partes interessadas que são afetadas ou podem afetar o projeto de forma positiva, ou negativa. Algumas partes interessadas podem ter uma capacidade limitada para influenciar o trabalho ou os resultados do projeto; outras podem ter uma influência significativa no projeto e nos seus resultados esperados. Todas as pessoas, grupos ou organizações que podem impactar, ou

serem impactados pelo projeto fazem parte das Partes interessadas do Projeto (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Nome:** nome completo da parte interessada;
- 2) **Função no projeto:** papel que desempenha no projeto;
- 3) **Público alvo do projeto:** grupo de consumidores para o qual determinado produto ou serviço é destinado.

A Tabela 20 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 20 – Referência PMBOK: Partes interessadas do projeto**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Nome	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento das partes interessadas do projeto; Processo: Identificar as partes interessadas.
Função no projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento das partes interessadas do projeto; Processo: Identificar as partes interessadas.
Público alvo do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento das partes interessadas do projeto; Processo: Identificar as partes interessadas.

---

Fonte: Elaborada pela autora

Reforçando a importância da divulgação de informações sobre as partes interessadas do projeto, Silva (2017) em análise realizada nos websites dos IFs da região nordeste, destaca que não são mencionadas as pessoas envolvidas nos projetos desses Institutos. Enquanto Carossi, Pedan e Teixeira Filho (2017), identificaram que entre os temas mais demandados pela sociedade registrados no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 104 Instituições Federais de Ensino Superior se destacam: Função e Endereço de e-mail dos servidores.

#### 4.1.3 Escopo

A área Escopo do Projeto refere-se as informações produzidas no Gerenciamento do escopo do projeto. Abrange os processos necessários para assegurar que o projeto inclua todo o trabalho, e apenas o necessário, para que termine com sucesso definido e controlando o que está e o que não está incluído no projeto (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Escopo planejado:** descrição do escopo planejado para o projeto;
- 2) **Tarefas do produto:** detalhamento da divisão das tarefas do produto;
- 3) **Tarefas do projeto:** detalhamento da divisão das tarefas do projeto;
- 4) **Escopo realizado:** descrição do escopo executado no projeto, até o momento;
- 5) **Escopo planejado x Escopo realizado:** comparativo do escopo planejado com o executado, até o momento.

A Tabela 21 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

#### 4.1.4 Cronograma

A área Cronograma do Projeto refere-se as informações produzidas no Gerenciamento do cronograma do projeto. Ela fornece um plano detalhado que representa como e quando o projeto vai entregar os produtos, serviços e resultados definidos no escopo do projeto, e serve como ferramenta de comunicação, gerenciamento de expectativas das partes interessadas e como base para a emissão de relatórios de desempenho, incluindo os processos necessários para gerenciar o término pontual do projeto (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

Tabela 21 – Referência PMBOK: Escopo do projeto

Informação	Referência PMBOK
Escopo planejado	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento do escopo do projeto; Processo: Coletar os requisitos.
Tarefas do projeto	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento do escopo do projeto; Processo: Definir o escopo.
Tarefas do produto	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento do escopo do projeto; Processo: Definir o escopo.
Escopo realizado	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do escopo do projeto; Processo: Validar o escopo.
Escopo planejado x Escopo realizado	Referência do Escopo planejado e do Escopo realizado.

Fonte: Elaborada pela autora

- 1) **Data de início do projeto:** data que se iniciou o projeto;
- 2) **Data de fim do projeto (prevista):** data, prevista/planejada, para o término do projeto;
- 3) **Data do fim do projeto (realizada):** data real do término do projeto;
- 4) **Entregas a serem realizadas:** detalhamento das entregas que serão realizadas com suas datas definidas;
- 5) **Status/situação do projeto:** estado atual que se encontra o projeto (Em execução; Finalizado; Suspenso ou Parado);
- 6) **Projetos, em execução, dentro e fora do prazo (por campus/Instituto):** comparativo da quantidade de projetos, em execução, que estão dentro e fora do prazo, de

cada campus e do Instituto como um todo;

- 7) **Projetos, finalizados, dentro e fora do prazo (por campus/instituto):** comparativo da quantidade de projetos, finalizados, dentro e fora do prazo, de cada campus e do Instituto como um todo;
- 8) **Atividades do projeto, dentro e fora do prazo:** comparativo da quantidade de atividades do projeto dentro e fora do prazo;

A Tabela 22 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 22 – Referência PMBOK: Cronograma do projeto**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Data de início do projeto	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Data de fim do projeto (prevista)	Grupo de processos: Iniciação; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Desenvolver o termo de abertura do projeto.
Data do fim do projeto (realizada)	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Controlar o cronograma.

Entregas a serem realizadas	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Desenvolver o cronograma.
Status/situação do projeto	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Controlar o cronograma.
Projetos, em execução, dentro e fora do prazo (por campus/Instituto)	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Controlar o cronograma.
Projetos, finalizados, dentro e fora do prazo (por campus/Instituto)	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Controlar o cronograma.
Atividades do projeto, dentro e fora do prazo	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento do cronograma do projeto; Processo: Controlar o cronograma.

Fonte: Elaborada pela autora

Reforçando a importância da divulgação de informações referentes ao cronograma do projeto, Silva (2017) destaca a relevância do acesso ao andamento das obras e informações que possibilitem saber o que falta para concluir os projetos dos IFs da região nordeste, ou seja, faltam dados que possibilitem o real acompanhamento das ações desses Institutos.

#### 4.1.5 Custos

A área Custos do Projeto refere-se as informações produzidas no Gerenciamento dos custos do projeto, que diz respeito aos recursos financeiros necessários à concretização de um projeto. Inclui os processos envolvidos em estimativas, orçamentos e controle dos custos,

de modo que o projeto possa ser terminado dentro do orçamento aprovado (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Custo estimado:** aproximação dos recursos monetários necessários para terminar o trabalho do projeto;
- 2) **Custo realizado (por projeto):** recursos financeiros que foram necessários para terminar o trabalho do projeto;
- 3) **Custo realizado (por campus/instituto):** total de recursos financeiros empregados nos projetos de cada campus e do Instituto como um todo;
- 4) **Total gasto (execução):** recursos financeiros gastos na execução do projeto, até o momento. Possibilita ao cidadão saber o quanto já foi gasto no projeto referente ao custo estimado;
- 5) **Justificativa do gasto:** detalhamento das despesas do projeto com valor e descrição.

A Tabela 23 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 23 – Referência PMBOK: Custos do projeto**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Custo estimado	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos custos do projeto; Processo: Estimar os custos.
Custo realizado (por projeto)	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos custos do projeto; Processo: Controlar os custos.

Custo realizado (por campus/instituto)	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos custos do projeto; Processo: Controlar os custos.
Total gasto (execução)	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos custos do projeto; Processo: Controlar os custos.
Justificativa do gasto	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos custos do projeto; Processo: Controlar os custos.

Fonte: Elaborada pela autora

Reforçando a importância da divulgação dos custos do projeto, Monteiro (2014) ressalta a relevância da melhoria da apresentação dos orçamentos, gastos e fontes de financiamento dos projetos das Universidades Federais do Brasil. Silva (2017) destaca a importância da população saber o quanto já se gastou no projeto dos IFs da região nordeste. Carossi, Pedan e Teixeira Filho (2017), identificaram que entre os temas mais demandados pela sociedade registrados no Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 104 Instituições Federais de Ensino Superior se destaca: Orçamento das pesquisas acadêmicas.

#### 4.1.6 Riscos

A área Riscos do Projeto refere-se as informações produzidas no Gerenciamento dos riscos do projeto. Todos os projetos possuem riscos, pois, são empreendimentos únicos com graus variados de complexidade que visam proporcionar benefícios. Fazem isso num contexto de restrições e premissas, respondendo ao mesmo tempo, às expectativas das partes interessadas que podem ser conflitantes e mutáveis. As organizações devem optar por correr o risco do projeto de maneira controlada e intencional a fim de criar valor e, ao mesmo tempo, equilibrar riscos e recompensas. Quando não gerenciados, estes riscos têm potencial para desviar o projeto do plano e impedir que alcance os objetivos definidos (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Identificar os riscos:** processo de identificação dos riscos individuais e gerais do projeto;

- 2) **Análise qualitativa dos riscos:** processo de analisar a probabilidade de ocorrência e impacto do risco;
- 3) **Análise quantitativa dos riscos:** processo de analisar o efeito (custos) da ocorrência do risco;
- 4) **Planejamento das respostas aos riscos:** processo de desenvolver alternativas, selecionar estratégias e acordar ações para lidar com a ocorrência dos riscos;
- 5) **Monitoramento dos riscos durante a execução do projeto:** processo de monitorar a implementação de planos acordados de resposta aos riscos, acompanhar riscos identificados, identificar e analisar novos riscos, e avaliar a eficácia do processo de risco ao longo do projeto.

A Tabela 24 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 24 – Referência PMBOK: Riscos do projeto**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Identificar os riscos	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos riscos do projeto; Processo: Identificar os riscos.
Análise qualitativa dos riscos	Grupo de processos: Planejamento; Área de conhecimento: Gerenciamento dos riscos do projeto; Processo: Realizar a análise qualitativa dos riscos.

Análise quantitativa dos riscos	<p>Grupo de processos: Planejamento;</p> <p>Área de conhecimento: Gerenciamento dos riscos do projeto;</p> <p>Processo: Realizar a análise quantitativa dos riscos.</p>
Planejamento das respostas aos riscos	<p>Grupo de processos: Planejamento;</p> <p>Área de conhecimento: Gerenciamento dos riscos do projeto;</p> <p>Processo: Planejar as respostas aos riscos.</p>
Monitoramento dos riscos durante a execução do projeto	<p>Grupo de processos: Monitoramento e controle;</p> <p>Área de conhecimento: Gerenciamento dos riscos do projeto;</p> <p>Processo: Monitorar os riscos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.1.7 Controle de mudanças

A área Controle de Mudanças do Projeto refere-se aos procedimentos de controle de mudanças, inclusive os passos para modificação dos padrões, políticas, planos e procedimentos da organização, ou de quaisquer documentos do projeto, e o modo como eventuais mudanças serão aprovadas e validadas. Qualquer mudança no plano de gerenciamento do projeto passa pelo processo de controle de mudanças da organização através de uma solicitação de mudança. O Comitê de Controle de Mudanças (CCB - *Change Control Board*) é um grupo formalmente constituído para revisar, avaliar, aprovar, adiar ou rejeitar mudanças no projeto, registrar e comunicar tais decisões. A maioria das mudanças terá algum impacto sobre prazo, custo, recursos ou riscos. Portanto, avaliar o impacto das mudanças é uma parte essencial (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Custos da implementação da mudança:** quais são os possíveis retrabalhos, despesas, etc, que a mudança provocará no projeto;
- 2) **Análise de custo-benefício da mudança:** justificativa da mudança mostrando que seus benefícios são maiores que os custos envolvidos;

- 3) **Impactos da mudança no escopo do projeto:** possíveis consequências da mudança no escopo do projeto;
- 4) **Impactos da mudança no cronograma do projeto:** possíveis consequências da mudança no cronograma do projeto.

A Tabela 25 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 25 – Referência PMBOK: Controle de mudanças**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Custos da implementação da mudança	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Realizar o controle integrado de mudanças.
Análise de custo-benefício da mudança	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Realizar o controle integrado de mudanças.
Impactos da mudança no escopo do projeto	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Realizar o controle integrado de mudanças.
Impactos da mudança no cronograma do projeto	Grupo de processos: Monitoramento e controle; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Realizar o controle integrado de mudanças.

---

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.1.8 Lições aprendidas

A área Lições Aprendidas do Projeto diz respeito ao registro das lições aprendidas usado para melhorar o desempenho do projeto e evitar a repetição de erros, sendo registradas à medida que são detectadas. Podem incluir: a categoria e a descrição da situação; O impacto, recomendações e ações propostas associadas com a situação; Dificuldades, problemas, riscos e oportunidades percebidas, ou outro conteúdo conforme apropriado. Ao final de um projeto ou fase, as informações são transferidas para um ativo de processo organizacional chamado de repositório de lições aprendidas (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2017).

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Pontos fortes:** aspectos positivos identificados no projeto;
- 2) **Pontos fracos:** fatores que dificultam ou pioram o rendimento do projeto;
- 3) **Dificuldades encontradas:** principais obstáculos enfrentados no projeto;
- 4) **Providências tomadas:** atitudes executadas para enfrentar as dificuldades encontradas.

A Tabela 26 indica as referências identificadas no PMBOK, para os requisitos informacionais listados acima.

**Tabela 26 – Referência PMBOK: Lições aprendidas**

<b>Informação</b>	<b>Referência PMBOK</b>
Pontos fortes	Grupo de processos: Execução; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Gerenciar o conhecimento do projeto.

Pontos fracos	Grupo de processos: Execução; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Gerenciar o conhecimento do projeto.
Dificuldades encontradas	Grupo de processos: Execução; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Gerenciar o conhecimento do projeto.
Providências tomadas	Grupo de processos: Execução; Área de conhecimento: Gerenciamento da integração do projeto; Processo: Gerenciar o conhecimento do projeto.

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.1.9 Interatividade

A área Interatividade no Observatório de Projetos tem o objetivo de incentivar a participação do cidadão, permitindo que ele exerça o controle social, integrando a sociedade e a gestão pública. Através dessa interatividade, os gestores dos Institutos tem a oportunidade de receber o *feedback* dos projetos executados e conseqüentemente da sua gestão, podendo responder aos comentários deixados pelos cidadãos, dando uma espécie de satisfação sobre as ações realizadas no projeto.

Importante destacar que para interagir no observatório de projetos, podendo opinar e avaliar os projetos, o cidadão deverá fazer um cadastro com poucas informações.

Os requisitos informacionais, referentes a essa área, serão detalhados a seguir:

- 1) **Cadastro:** deve ser realizado através do nome completo, e-mail, telefone e CPF do interessado;
- 2) **Avaliação do projeto:** poderá ser feita através de atribuição de Nota, “Curti” e “Não curti” e Comentários com sugestões, críticas e/ou elogios;
- 3) **Divulgação das avaliações do projeto:** a média das notas atribuídas ao projeto deverá ser divulgada bem como a quantidade de “Curti” e “Não curti” e os comentários deixados no projeto;

- 4) **Interação entre os usuários:** um usuário tem a possibilidade de curtir ou responder um comentário deixado por outra pessoa. No entanto, inicialmente, esse requisito não contempla a relação de “amizade” entre os usuários.

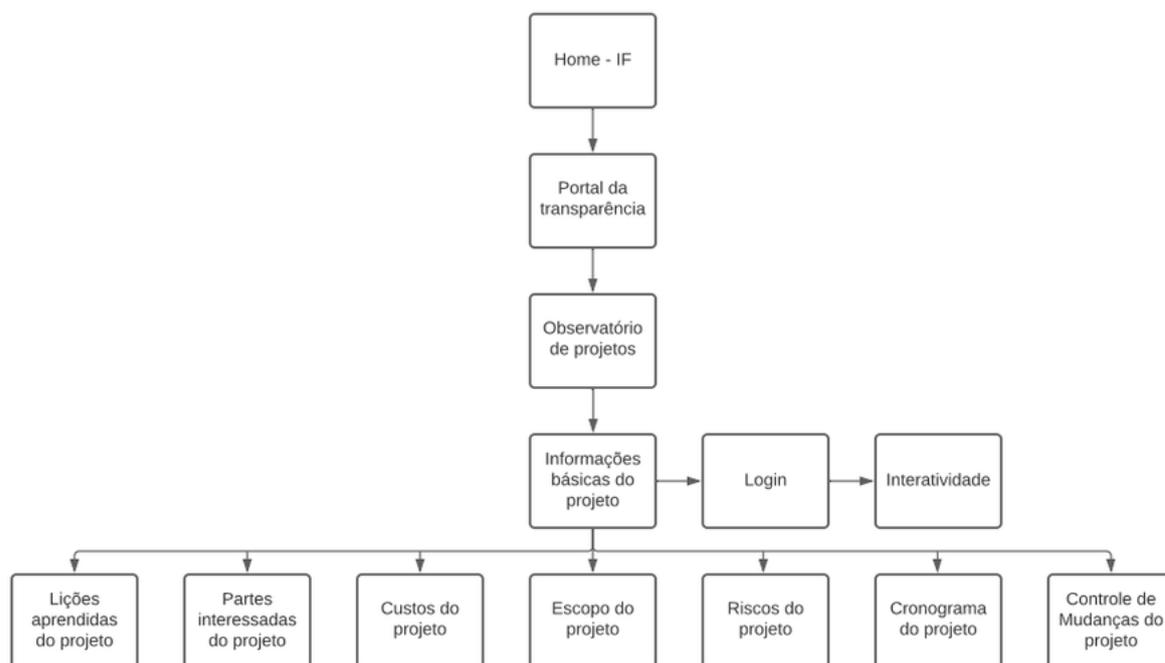
Reforçando a importância da interatividade, Monteiro (2014) destaca a relevância da participação da comunidade nos projetos e decisões nas Universidades Federais do Brasil.

## 4.2 PROTÓTIPO DO OBSERVATÓRIO DE PROJETOS

Para ilustrar os requisitos funcionais identificados foi desenvolvida uma proposta de um protótipo do observatório de projetos, elaborada com o objetivo de servir como um modelo visual desses requisitos funcionais. Importante destacar que alguns termos do PMBOK, presentes no observatório, não são conhecidos da sociedade em geral mas o conteúdo presente nesses termos são de fácil entendimento por fazerem parte do dia a dia da população.

O protótipo foi desenvolvido no Figma, uma ferramenta para *design* de interface, no formato *Desktop* para acompanhar a aparência das páginas dos IFs. Seu conteúdo e *layout* foram baseados na página do IFPB (2020), por ser referência em portais da transparência entre os Institutos tendo recebido o Prêmio Transparência Pública, conferido pela Câmara dos deputados destinado aos profissionais e às instituições que se destacam na área (IFPB, 2016). O detalhamento das telas, será descrito nas subseções posteriores sendo divididos em áreas, conforme os requisitos funcionais definidos anteriormente. A Figura 19, ilustra a estrutura do protótipo, seu fluxo de telas e os temas abordados em cada página.

Figura 19 – Estrutura do protótipo



Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.1 Informações básicas

Antes de apresentar a página Informações Básicas do Projeto iremos mostrar o caminho definido para chegar até ela. No *site* do Instituto Federal de Educação já deverá existir um *link* para o Portal da Transparência, conforme destacado na Figura 20.

Figura 20 – Tela inicial IFPB



Fonte: IFPB (2020)

Após o acesso ao Portal da Transparência do IF deverá ser acrescentada nesse Portal a opção “Observatório de projetos”, conforme mostrado na Figura 21.

Figura 21 – Tela Portal da transparência

The image shows the 'Portal da Transparência do IFPB' interface. At the top, there's a navigation bar with 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this, the IFPB logo and 'MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO' are displayed. A search bar is present with the text 'Buscar no portal'. A horizontal menu includes 'Portal do Estudante', 'Portal do Servidor', 'Portal da TI', 'Portal da Transparência', 'Acesso a Sistemas', 'Comunicação', and 'Webmail'. The main content area is titled 'Portal da Transparência do IFPB' and includes a sub-header 'por Diretoria Geral de Tecnologia da Informação -- publicado 31/03/2016 17h03, última modificação 29/05/2020 16h05'. Below this, there's a message: 'Prezado(a) internaute, a Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Pensando nisso, a Reitoria do IFPB criou o Portal da Transparência. Parte deste portal foi construído com base nas informações de sistemas informatizados utilizados no IFPB, como o SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública do IFPB. Escolha a seção desejada e acesse às informações.' Below the text is a grid of icons representing different services: 'IFPB', 'Execução Orçamentária', 'Matrículas e Matrículas', 'Pessoal', 'Observatório de Projetos' (highlighted with a red box), 'Estatuto e Regulamento', 'CPA', 'Boletins de Serviço', 'Licitações e Contratos', and 'Devidores'. At the bottom, there's a footer with 'Assuntos', 'Serviços', 'Redes sociais', and 'RSS' sections.

Fonte: IFPB (2020), adaptada pela autora.

A página Observatório de Projetos deverá conter um resumo das principais informações dos projetos do Instituto tais como: Informações básicas dos projetos (nome, descrição do projeto e campus); Situação do projeto; Porcentagem de projetos por categorias; Investimento total feito nesses projetos; Comparativo entre projetos finalizados e em execução (dentro e fora do prazo). Oferecer ainda a opção de filtragem por Instituto, campus e pela definição de intervalos de datas, conforme demonstra a Figura 22.

Figura 22 – Tela Observatório de projetos

**Observatório de Projetos**

Filtro: IFPB, Cajazeiras, Monteiro, Patos, Sousa

De: / / Até: / / Limpar Buscar

Nome	Descrição do projeto	Campus	Situação
Construção Bloco 10	Construção de dois prédios de 3 andares e um de 5 andares.	Cajazeiras	Finalizado
Auxílio inclusão digital	O objetivo é custear o acesso, aos estudantes, a conteúdos educacionais disponibilizados na internet.	Monteiro	Em execução
Olimpada de matemática	Competição para selecionar estudantes para competir a nível nacional.	Patos	Parado
IFPB solidário	Levantar fundos para a compra e doação de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Sousa	Suspensão

**Projetos por categoria**

Categoria	Porcentagem
Assist. estudantil	22%
Constr. civil	30%
Ensino	20%
Extensão	8%
Pesquisa	10%
Saúde	1%
Tec. da Informação	9%

**Investimentos**

Campus	Investimento total R\$
Cajazeiras	2.000.000,00
Monteiro	500.000,00
Patos	3.000.000,00
Sousa	2.000.500,00

**Projetos (em execução) dentro e fora do prazo**

**Projetos (finalizados) dentro e fora do prazo**

**Assuntos**  
 Área de imprensa  
 Relações Internacionais  
 Concurso Público  
 Egressos  
 Fale Conosco  
 Ouvidoria do IFPB  
 Retorno Itinerante  
 Comédios  
 Site Amigo

**Serviços**  
 Portal do Estudante  
 Portal de Periódicos  
 Portal do Servidor  
 Portal da TI  
 Portal da Transparência

**Redes sociais**  
 Twitter  
 YouTube  
 Facebook  
 Instagram

**RSS**  
 O que é?  
 Navegação  
 Acessibilidade  
 Mapa do site

Fonte: Elaborada pela autora

A tela Informações Básicas do Projeto é acessada através do nome do projeto na página Observatório de Projetos, detalhada anteriormente. Nesta tela podemos ter acesso ao: Objetivo do projeto; Categoria; Descrição do produto; Número da licitação e contrato. Além das páginas das demais informações referentes ao projeto, presentes no Observatório

de projetos: Controle de mudanças; Lições aprendidas; Partes interessadas; Cronograma; Escopo; Riscos; Custos e Interatividade, que será detalha posteriormente. A Figura 23 mostra a tela Informações Básicas do Projeto. É também através dela que podem ser visualizadas as imagens da execução do projeto, Tela Fotografias e Gráficos Figuras 24 e 25, respectivamente.

Figura 23 – Tela Informações básicas do projeto

**Construção Bloco 10** Login

**Descrição do projeto:** Construção do bloco de sala de aula, trazendo a criação de um novo espaço verde e incorpora uma ideia antiga de construção do centro cultural do Campus.

**Campus:** Cajazeiras

**Situação:** Finalizado

**Objetivo:** Atender a crescente demanda do campus principalmente aos alunos do curso de Engenharia civil.

**Categoria:** Construção civil

**Descrição do produto:** Dois prédios de 3 andares e um de 5 andares, com estrutura de 4 mil metros quadrados com 20 salas de aula, 14 laboratórios, 4 salas administrativas e uma bateria de banheiros.

**Licitação:** [00027/2020](#)

**Contrato:** [4/2020](#)

---

**Mais informações do projeto:**

- [Controle de mudanças](#)
- [Lições aprendidas](#)
- [Partes interessadas](#)
- [Cronograma](#)
- [Escopo](#)
- [Riscos](#)
- [Custos](#)

**Imagens da execução do projeto:**

- [Fotografias](#)
- [Gráficos](#)

---

**Avalie o projeto!**

☆☆☆☆☆

[Curti](#)    [Não curtir](#)

**Deixe seu comentário:**

[Comentar](#)

---

**Avaliação do projeto:** ★★★★★ Nota 4  130  15

---

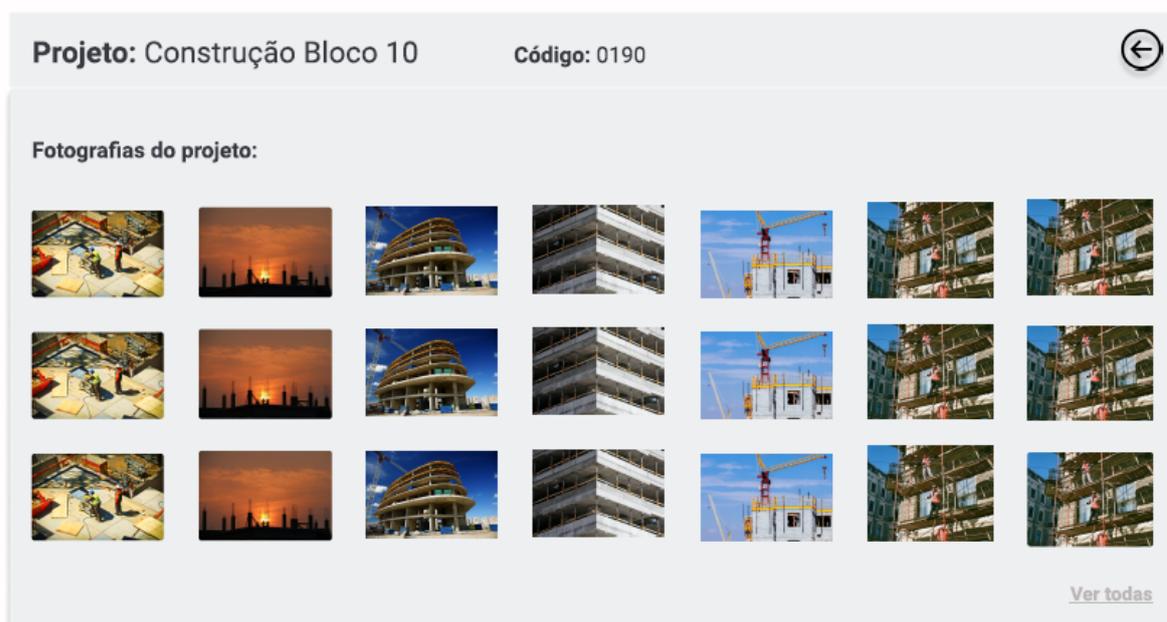
**Mônica Auricélia Oliveira Santana**

Esse bloco de sala de aula é bastante importante para o IFPB campus Cajazeiras pois o curso de Engenharia Civil tinha sido criado mas não existia local destinado para as aulas. O curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas também merece um bloco de sala destinado a ele.

**Curtir   Responder**

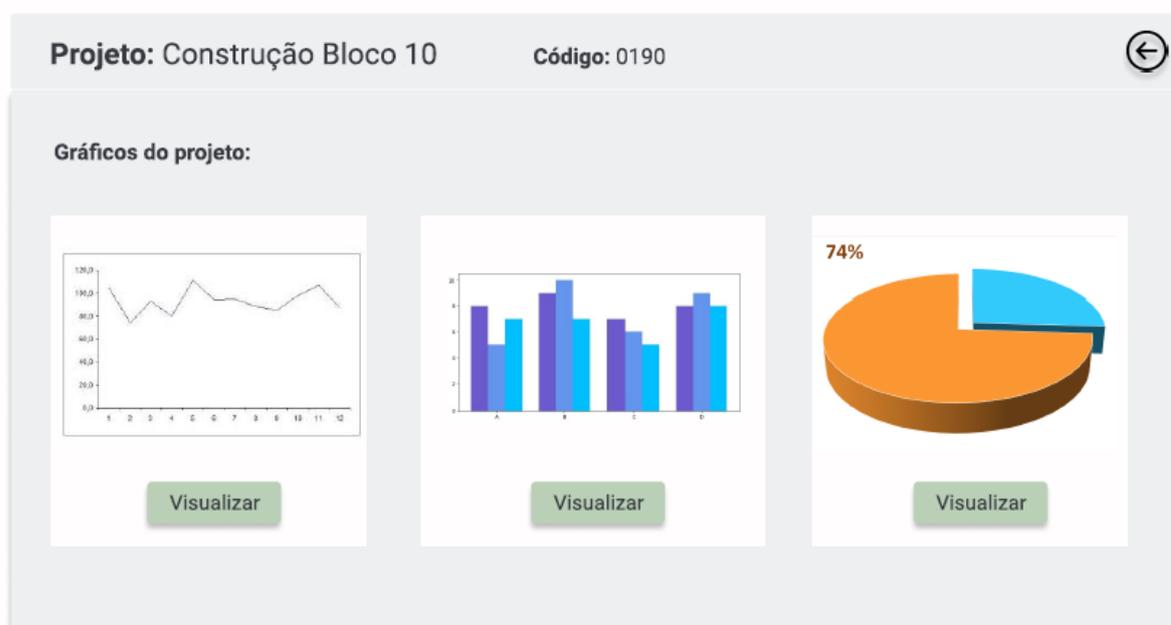
Fonte: Elaborada pela autora

**Figura 24 – Tela Fotografias do projeto**



Fonte: Elaborada pela autora

**Figura 25 – Tela Gráficos do projeto**



Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.2 Partes interessadas

A página Partes Interessadas do Projeto descreve o público alvo do projeto, o nome e a função de cada membro da equipe. A Figura 26 apresenta a tela com as informações

detalhadas.

**Figura 26 – Tela Partes interessadas do projeto**

**Partes interessadas**

**Projeto: Construção Bloco 10** Código: 0190 

**Público alvo do projeto:**  
Alunos do IFPB campus Cajazeiras principalmente os do curso de Engenharia Civil.

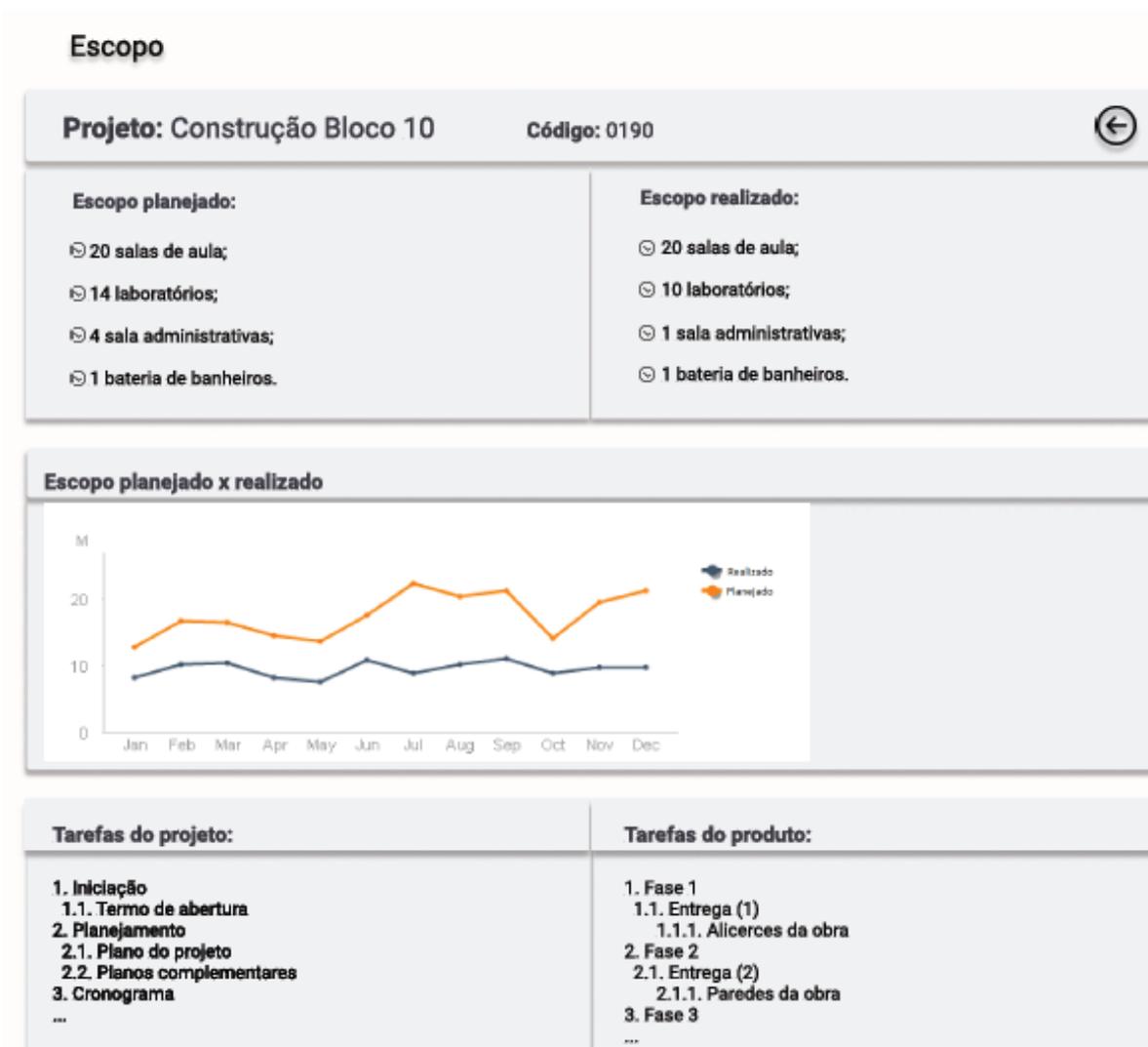
Nome	Função no projeto
Maria Célia de Oliveira Santana	Gerente de projeto
Francisco Eduardo Santana	Patrocinador do projeto
Maria Socorro de Oliveira	Acompanhamento da obra
Raimunda Anísia da Silva	Projetista

Fonte: Elaborada pela autora

### 4.2.3 Escopo

A página, Escopo do Projeto, descreve o escopo planejado e o realizado, faz o comparativo entre eles, e detalha as tarefas do projeto e do produto. A Figura 27 apresenta a página mencionada.

Figura 27 – Tela Escopo do projeto



Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.4 Cronograma

A página, Cronograma do Projeto, detalha as datas do projeto seu início, fim (planejado) e fim (realizado), as entregas a serem realizadas com definição da data prevista e qual a atividade que será entregue, e faz o comparativo das atividades do projeto que estão dentro e fora do prazo de entrega. Podemos verificar a página na Figura 28.

Figura 28 – Tela Cronograma do projeto



Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.5 Custos

A página, Custos do Projeto, mostra em detalhes as informações dos custos do projeto tais como: custo estimado; custos até o momento (execução) referente a informação Total gasto (execução) definido no conjunto de informações; custo real (encerramento) referente a informação Custo realizado (por projeto) definido no conjunto de informações; despesa realizada e seu detalhamento referente a informação Justificativa do gasto definido no conjunto de informações. Podemos verificar a página mencionada, na Figura 29.

Figura 29 – Tela Custos do projeto

Custos		
Projeto: Construção Bloco 10		Código: 0190
<b>Custo estimado R\$</b>	<b>Custos até o momento R\$ (Execução)</b>	<b>Custo real R\$ (Encerramento)</b>
500.000,00	700.000,00	700.000,00

Detalhamento dos custos	
Despesa R\$	Detalhamento
20.000,00	500 m <sup>2</sup> de porcelanato Portinari 120 x 120 cm.
149,15	Chapisco argamassa de cimento e areia.
1.471,76	Banco em concreto de madeira.
11.664,95	Revestimento em tijolo Palimanan Autum.
4.971,77	Corrimão em alumínio e vidro temperado 8 mm.

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.6 Riscos

A página, Riscos do Projeto, mostra o detalhamento do monitoramento dos possíveis riscos do projeto com informações do risco, sua análise qualitativa e quantitativa, e as respostas ao risco. Podemos verificar a página mencionada, na Figura 30.

Figura 30 – Tela Riscos do projeto

Riscos			
Projeto: Construção Bloco 10		Código: 0190	
Risco	Análise qualitativa	Análise quantitativa	Respostas
Atraso na entrega de materiais e equipamentos	Alta	100.000,00 R\$	Realizar um novo pedido com empresas de varejo.
Dias chuvosos	Baixa	50.000,00 R\$	Definir as atividades que devem ser priorizadas em dias chuvosos.
Erros na execução	Alta	300.000,00 R\$	Monitoramento das atividades por pessoal qualificado.
Orçamento mal elaborado	Alta	200.000,00 R\$	Escolher um profissional orçamentista qualificado.

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.7 Controle de mudanças

A página, Controle de Mudanças do Projeto, mostra o detalhamento das mudanças solicitadas ao longo da execução do projeto: informações da mudança sugerida, custos da sua implementação, custo-benefício da mudança, impacto no escopo e impacto no cronograma. A Figura 31 apresenta a tela demonstrando o formato das informações que devem ser exibidas.

**Figura 31 – Tela Controle de mudanças do projeto**

Controle de mudanças

Projeto: Construção Bloco 10      Código: 0190

Mudança	Custos da implementação	Custo-benefício	Impacto (escopo)	Impacto (cronograma)
Mudança do local do ar-condicionado	200,00 R\$	Custo baixo Benefício alto	Baixo	Médio
Instalação de fibra ótica no bloco	500,00 R\$	Custo Médio Benefício alto	Médio	Médio
Instalação de piso antiderrapante nas rampas	100,00 R\$	Custo Baixo Benefício alto	Baixo	Baixo
Instalação de corrimão nas rampas	300,00 R\$	Custo Médio Benefício alto	Médio	Médio

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.8 Lições aprendidas

A página, Lições Aprendidas do Projeto, mostra o registro dos pontos fortes e fracos, as dificuldades encontradas e providências tomadas, informações essas relatadas pela equipe durante a realização do projeto. A Figura 32 apresenta a página mencionada.

Figura 32 – Tela Lições aprendidas do projeto

Projeto: Construção Bloco 10		Código: 0190	
<b>Pontos fortes:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Interação da equipe;</li> <li>☑ Comprometimento da equipe;</li> <li>☑ Boa comunicação;</li> <li>☑ Reunião de acompanhamento diário;</li> <li>☑ Documentação bem feita.</li> </ul>		<b>Pontos fracos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>☑ Atraso no cronograma;</li> <li>☑ Finalizado acima do orçamento;</li> <li>☑ Redução da equipe;</li> <li>☑ Atraso no fornecimento do material;</li> <li>☑ Falta de papeis e responsabilidades bem definidos.</li> </ul>	
<b>Dificuldades encontradas</b>		<b>Providências tomadas</b>	
Falta de mão-de-obra qualificada		Capacitação da equipe através de cursos e palestras	
Alinhar a expectativa do cliente		Reuniões regulares com o cliente para alinhamento	
Requisitos incompletos		Capacitação da equipe através de cursos e palestras	
Falta de controle de mudanças		Reuniões com o Comitê de Controle de Mudanças	

Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.2.9 Interatividade

A parte de interatividade no Observatório de projetos foi implementada na página de Informações Básicas do Projeto onde o cidadão, através da realização de um cadastro (nome, CPF e e-mail) e posteriormente o Login, poderá avaliar o projeto atribuindo nota, “Curti” e “Não curtir” e deixar seu comentário. As avaliações feitas ao projeto serão exibidas na página e outras pessoas poderão curtir e/ou responder ao comentário feito sobre o projeto, inclusive os responsáveis pelo projeto no IF. A Figura 25, ilustrada anteriormente na Seção Informações Básicas, exemplifica como se daria essa interatividade no observatório de projetos. A Figura 33 apresenta a tela de Login e Cadastro.

Figura 33 – Tela Cadastro e Login

The image shows a screenshot of the IFPB (Instituto Federal de Pernambuco) website. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is a green header with the IFPB logo and 'MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO'. A search bar is present with the text 'Buscar no portal'. A secondary navigation bar includes links for 'Portal do Estudante', 'Portal do Servidor', 'Portal da TI', 'Portal da Transparência', 'Acesso a Sistemas', 'Comunicação', and 'Webmail'.

The main content area is titled 'Observatório de Projetos' and is divided into two columns:

- Já tenho cadastro!**: This section contains a form for login with fields for 'CPF:' and 'Senha:'. A red link 'Esqueci a senha!' is located below the password field. A green 'Entrar' button is at the bottom.
- Não tenho cadastro!**: This section contains a form for registration with fields for 'Nome:', 'CPF:', and 'E-mail:'. A green 'Cadastrar' button is at the bottom.

On the left side of the main content area, there is a vertical menu with the IFPB logo and a list of links under 'ACESSO À INFORMAÇÃO': 'Institucional', 'Carta de Serviços ao Cidadão', 'Ações e Programas', 'Auditoria Interna', 'Convênios e Transferências', 'Receitas e Despesas', 'Licitações e Contratos', 'Servidores', 'Informações', and 'Classificadas'.

At the bottom of the page, there is a footer with four columns of links: 'Assuntos' (Área de Imprensa, Relações Internacionais, Concurso Público, Egressos, Fale Conosco, Ouvidoria do IFPB, Retoria Itinerante, Comissões, Site Antigo), 'Serviços' (Portal do Estudante, Portal de Periódicos, Portal do Servidor, Portal da TI, Portal da Transparência), 'Redes sociais' (Twitter, YouTube, Facebook, Instagram), and 'RSS' (O que é?, Navegação, Acessibilidade, Mapa do site). Logos for 'BRASIL' and 'IFPB' are also present.

Fonte: Elaborada pela autora

### 4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste Capítulo foram identificadas os requisitos funcionais para auxiliar o desenvolvimento de Observatórios de Projetos nos Portais da Transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e apresentado o protótipo do observatório de projetos desenvolvido baseado nesses requisitos funcionais.

Na Seção 4.1 foram descritas as informações e detalhadas suas áreas: Informações básicas; Partes interessadas; Escopo; Cronograma; Custos; Riscos; Controle de mudanças; Lições aprendidas; Interatividade e indicada as referências PMBOK, para ficar mais fácil sua implementação.

Na Seção 4.2 foi apresentado o protótipo desenvolvido, baseado nos requisitos funcionais identificados, através da demonstração de telas seguindo as mesmas áreas definidas nos requisitos funcionais.

## 5 AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO

Após o desenvolvimento do protótipo do observatório de projetos foi realizada a avaliação do mesmo com a finalidade de validar os requisitos funcionais identificados. Foram selecionadas oito pessoas, participantes do questionário da segunda etapa da avaliação dos portais da transparência, para avaliarem o protótipo sendo compostas por: 2 alunos, 2 professores, 2 técnicos administrativos e 2 da comunidade externa, com faixa etária entre 20 e 35 anos, pertencentes ao Instituto Federal de Educação da Paraíba por ter sido utilizado como referência para o desenvolvimento do protótipo. Importante salientar que foram escolhidos quatro diferentes amostras, com o objetivo de utilizar grupos de avaliadores diferentes, a fim de verificar se a tendência dos resultados se mantinha.

A avaliação foi realizada entre os dias 3 e 8 de setembro de 2020 através de reunião virtual, com cada avaliador separadamente, utilizando a técnica de Autoconceito sendo executada em três etapas onde em cada fase o avaliador recebia explicações/instruções de como proceder para realizá-las.

Nos próximos tópicos serão descritos com detalhes, a técnica do Autoconceito, as etapas utilizadas na avaliação do protótipo, a análise dos resultados obtidos e os questionários aplicados.

### 5.1 AUTOCONCEITO: AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Para fazer a medição da experiência do usuário foi utilizado o método de avaliação do Autoconceito, que é medido calculando a distância euclidiana entre os valores atribuídos ao Autoconceito Ideal e ao Autoconceito Real do artefato analisado. De acordo com Oliveira (2019), a vantagem desse método de avaliação em detrimento de outras técnicas de medição da experiência do usuário é o aspecto prático dos resultados obtidos, que facilitam a tomada de decisão nos projetos de *design*. A teoria da autocongruência ressalta que quanto menor for a distância entre o Autoconceito Ideal e o Real, maior será a aceitação do artefato por parte do usuário e melhor sua experiência. Por outro lado, quanto maior o valor da distância calculada, menor é a aceitação (SIRGY, 1982).

A seguir será descrito o método de elaboração dos questionários, Autoconceito Ideal e Real, sua aplicação e análise dos resultados, seguindo os procedimentos de construção definidos por Neves (2017).

#### 1. Situação de uso e adjetivos:

Para a criação da situação de uso e dos adjetivos foi realizada uma entrevista, utilizando a técnica de grupo focal, com três técnicos administrativos do IFPB campus Cajazeiras. O grupo focal tinha a intenção de levantar uma situação de uso relacionada ao Autoconceito Ideal e Real dos artefatos que seriam avaliados, e de definir uma série de sentimentos que demonstrassem como o participante se sentiria na situação de uso. A

Tabela 27 mostra a situação de uso definida para o Autoconceito, Ideal e Real, e os adjetivos coletados.

**Tabela 27 – Autoconceito: situação de uso e adjetivos**

Autoconceito	Situação de uso	Adjetivo
Ideal	Está sendo construído um novo bloco de salas de aula no IFPB campus Cajazeiras. Você gostaria de acompanhar o projeto da obra e para isso acessa o Portal da transparência do Instituto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confiante;</li> <li>• Motivado;</li> <li>• Satisfeito;</li> <li>• Orientado;</li> <li>• Interessado;</li> <li>• Feliz;</li> </ul>
	Como você IDEALMENTE gostaria de se sentir nessa situação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ágil;</li> <li>• Impactado positivamente;</li> <li>• Calmo.</li> </ul>
Real	Após acessar o portal da transparência do Instituto para acompanhar a construção do novo bloco de salas de aula do campus Cajazeiras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confiante;</li> <li>• Motivado;</li> <li>• Satisfeito;</li> <li>• Orientado;</li> <li>• Interessado;</li> <li>• Feliz;</li> </ul>
	Como você REALMENTE se sentiu?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ágil;</li> <li>• Impactado positivamente;</li> <li>• Calmo.</li> </ul>

Fonte: Elaborada pela autora

## 2. Escala de diferencial semântico:

A escala de diferencial semântico é normalmente de sete ou cinco pontos, tendo em cada extremo dois adjetivos opostos, por meio dos quais, os sujeitos avaliam o conceito, colocando uma marca na posição que mais se aproxima de seus sentimentos (LOPES et al., 2011). A escala foi criada através da tabulação dos adjetivos, definidos anteriormente, e seus respectivos antônimos. Foi utilizada uma escala de 5 pontos, em que o número 1

representa o pior cenário para o adjetivo analisado e o número 5, o melhor. A Tabela 28, mostra a escala de diferencial semântico gerada para esse estudo.

**Tabela 28 – Autoconceito: escala de diferencial semântico**

	1	2	3	4	5	
Inseguro						Confiante
Desmotivado						Motivado
Insatisfeito						Satisfeito
Confuso						Orientado
Desinteressado						Interessado
Triste						Feliz
Lento						Ágil
Impactado negativamente						Impactado positivamente
Nervoso						Calmo

Fonte: Elaborada pela autora

### 3. Imagens de identificação:

A definição de imagens se faz necessária para identificar o tipo de Autoconceito que está sendo avaliado, sendo posicionadas na parte de cima do questionário. A Figura 34 mostra as imagens definidas para cada tipo de Autoconceito.

**Figura 34 – Autoconceito: imagens de identificação**



Fonte: Retirada do site [www.clubedaposta.com](http://www.clubedaposta.com)

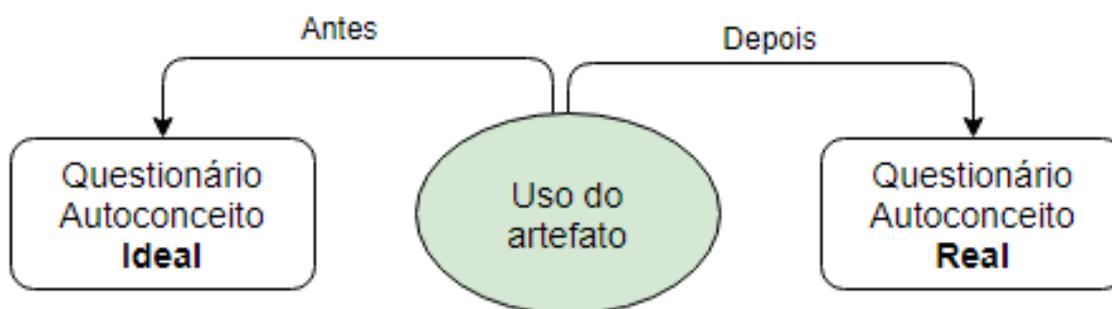
### 4. Consolidação das informações:

Para consolidar todas as informações e facilitar as análises posteriores, foram criados os questionários de Autoconceito Ideal, Autoconceito Real (artefato A) e Autoconceito Real (artefato B) na plataforma *Google Forms*. Os questionários citados podem ser verificados no Apêndice F, G e H respectivamente.

### 5. Aplicação:

O questionário do Autoconceito Ideal foi aplicado antes do uso dos artefatos, para que o usuário tenha uma menor tendência de ser influenciado. Os questionários do Autoconceito Real (artefato A e artefato B) foram aplicados em seguida. A Figura 35 apresenta a forma de aplicação do Autoconceito.

Figura 35 – Autoconceito: processo de aplicação

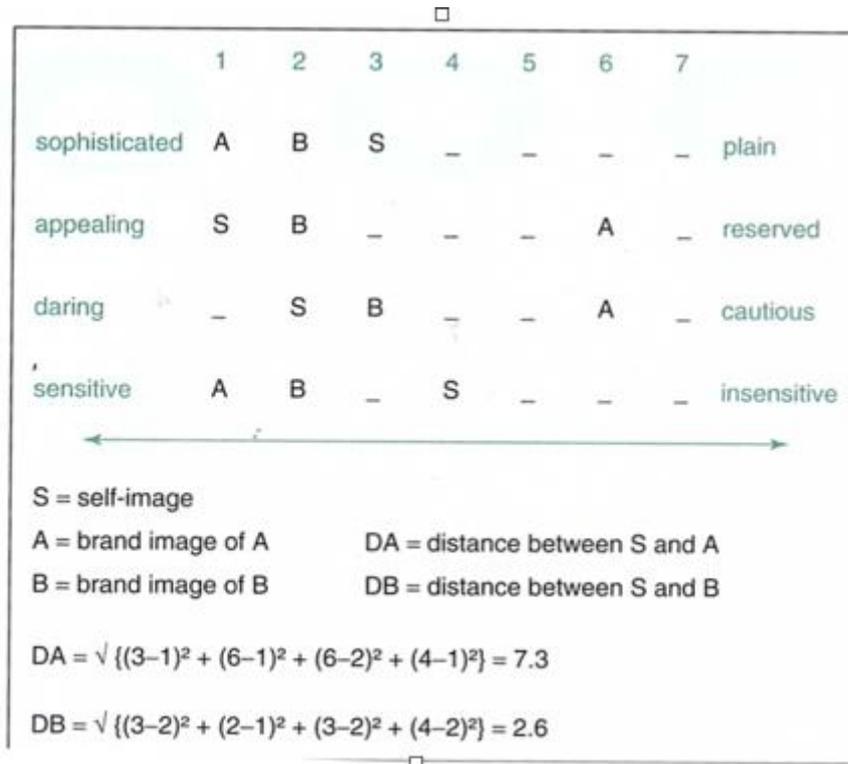


Fonte: Elaborada pela autora

### 6. Análise dos resultados:

A diferença entre o Autoconceito Real e o Autoconceito Ideal pode ser identificada calculando-se a distância euclidiana entre dois pontos e quanto menor essa distância melhor será o resultado (OLIVEIRA, 2019). Evans, Foxall e Jamal (2006) ilustram esse cálculo com um exemplo de um questionário respondido por um indivíduo, no qual “S” representa o Autoconceito Ideal deste indivíduo, “A” representa o Autoconceito do indivíduo em relação a marca A, “B” representa o Autoconceito do indivíduo em relação a uma marca B, Figura 36.

Figura 36 – Exemplo do cálculo da distância euclidiana



Fonte: Evans; Jamal; Foxal (2006)

O cálculo da distância entre o Autoconceito do indivíduo “S” e o Autoconceito do indivíduo em relação à marca A e em relação à marca B, foi realizado com o uso de uma fórmula que calcula a distância entre dois pontos a e b no espaço n dimensional e que é conhecida por distância euclidiana ( $x_{ab}$ ), onde x é a distância entre os pontos a e b, como ilustra a Figura 37.

Figura 37 – Fórmula para cálculo da distância euclidiana entre dois pontos

$$x_{ab}^2 = \sum_{j=1}^n (d_{aj} - d_{bj})^2$$

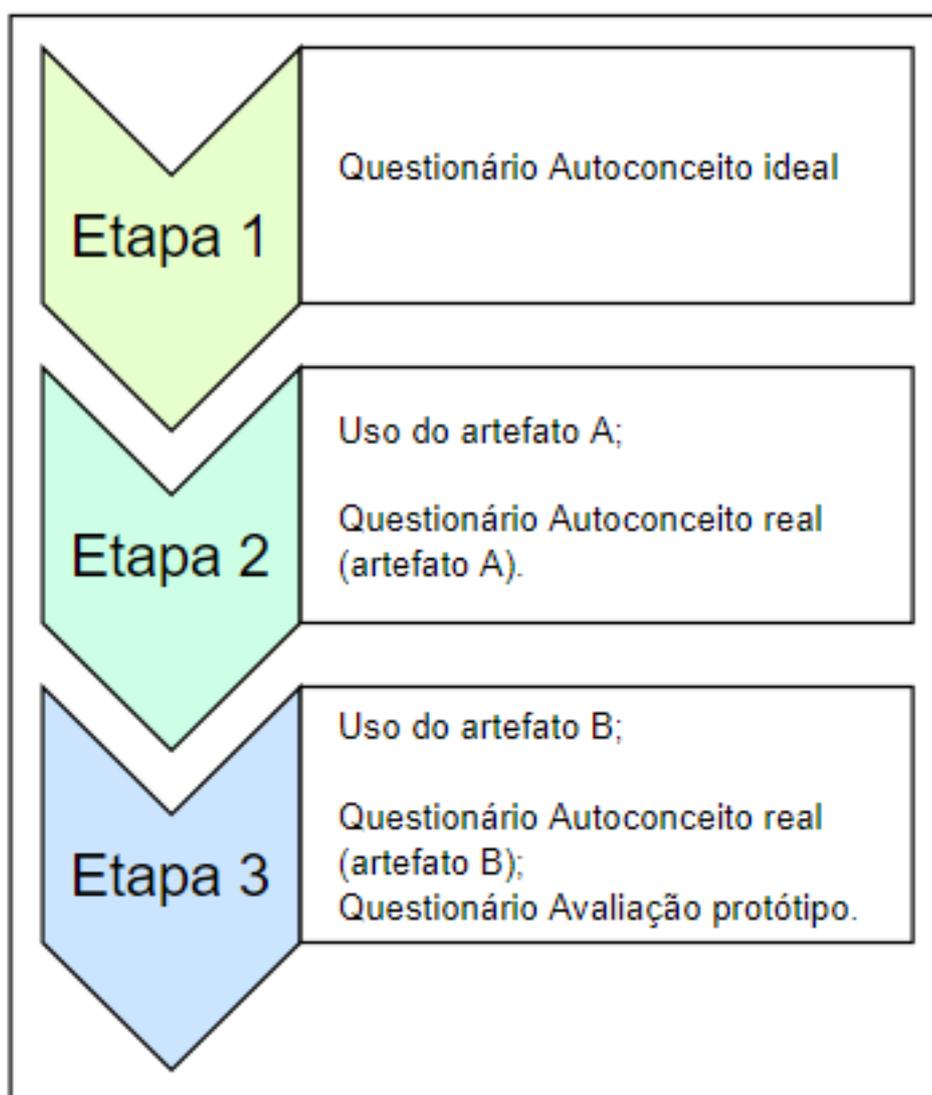
Fonte: Evans; Jamal; Foxal (2006)

Iremos nos referir a distância do Autoconceito Ideal em relação ao Autoconceito Real do artefato A, como DA e a distância do Autoconceito Ideal em relação ao Autoconceito Real do artefato B, como DB. Usaremos essa forma de análise de resultados para inferir a preferência dos usuários por determinado artefato em detrimento de outro. Sendo assim, se DA for menor do que DB, indicaria preferência pelo artefato A, e se DA maior do que DB indicaria preferência pelo artefato B.

## 5.2 ETAPAS DA AVALIAÇÃO

A avaliação do protótipo foi realizada em três etapas: na primeira etapa, o participante respondia ao questionário Autoconceito Ideal através da análise de uma situação proposta; na segunda etapa, o avaliador utilizava o artefato A para realizar a situação proposta e posteriormente respondia ao questionário Autoconceito Real (artefato A); na terceira etapa, o avaliador utilizava o artefato B para realizar a situação proposta e posteriormente respondia ao questionário Autoconceito Real (artefato B) e ao questionário Avaliação Protótipo. A Figura 38 ilustra as etapas realizadas na avaliação do protótipo.

Figura 38 – Etapas da avaliação do protótipo



Fonte: Elaborada pela autora

- **Primeira etapa:**

Na primeira etapa da avaliação, o participante respondeu o questionário, Autoconceito Ideal, onde através da análise de uma situação proposta selecionava opções de como idealmente gostaria de se sentir diante dessa situação. O questionário da primeira etapa, Autoconceito Ideal, pode ser verificado no Apêndice F.

- **Segunda etapa:**

Na segunda etapa da avaliação, o avaliador respondia ao questionário Autoconceito Real, após utilizar o artefato A. O artefato A se tratava do Portal da Transparência do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) que foi escolhido por ser o IF dos avaliadores e ter servido como referência no desenvolvimento do protótipo.

O participante recebeu explicações mínimas do que era o artefato A e como deveria utilizá-lo para realizar a situação proposta e responder ao questionário Autoconceito Real (artefato A). O avaliador deveria escolher as opções de como realmente se sentiu ao utilizar o artefato de acordo com a situação proposta no Autoconceito Ideal, analisado anteriormente. O questionário da segunda etapa, Autoconceito Real (artefato A), pode ser verificado no Apêndice G.

- **Terceira etapa:**

Na terceira etapa da avaliação, o avaliador, após utilizar o artefato B, respondia ao questionário Autoconceito Real (artefato B) e ao questionário de Avaliação do Protótipo. O artefato B se tratava do protótipo desenvolvido com base nas informações identificadas nesta pesquisa e detalhado na Seção 4.2.

O participante recebeu explicações mínimas do que era o artefato B e como deveria utilizá-lo para realizar a situação proposta e responder ao questionário Autoconceito Real (artefato B). O avaliador deveria escolher as opções de como realmente se sentiu ao utilizar o artefato de acordo com a situação proposta no Autoconceito Ideal, analisado anteriormente. O questionário Autoconceito Real (artefato B), pode ser verificado no Apêndice H.

Após responder o questionário Autoconceito Real (artefato B), o participante respondeu ao questionário de Avaliação do Protótipo que foi utilizado para enriquecer a análise do protótipo, coletando informações que não foram possíveis de serem colhidas através da utilização do Autoconceito. O questionário possuía questões utilizando a escala Likert como também questões abertas, abrangendo assuntos gerais do uso do protótipo, podendo ser verificado no Apêndice I.

### 5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão serão descritos os dados quantitativos e qualitativos colhidos durante a avaliação do protótipo e a análise dos resultados apresentados, tanto do questionário Autoconceito como do questionário Avaliação do Protótipo.

### 5.3.1 Questionário do autoconceito

Durante a avaliação do Autoconceito, os avaliadores foram divididos em dois grupos de quatro participantes com faixa etária entre 18 e 42 anos, conforme mostrado na Tabela 29. Dois artefatos foram avaliados: o artefato A (portal da transparência do IFPB) e o artefato B (protótipo do observatório de projetos).

**Tabela 29 – Autoconceito: participantes**

<b>Grupo</b>	<b>Quantidade de avaliadores</b>	<b>Participantes</b>	<b>Faixa etária</b>
Grupo de avaliadores 1	4	Aluno, professor, técnico administrativo e comunidade externa.	18 - 35
Grupo de avaliadores 2	4	Aluno, professor, técnico administrativo e comunidade externa.	20 - 42
<b>Total</b>	<b>8</b>		

Fonte: Elaborada pela autora

Foram calculadas a distância euclidiana do Autoconceito Ideal em relação ao Autoconceito Real do (artefato A) e a distância do Autoconceito Ideal em relação ao Autoconceito Real (artefato B) das respostas coletadas de cada avaliador.

O resultado do Grupo de Avaliadores 1, evidenciado na Tabela 30, mostra que todos os seus integrantes tiveram o valor da distância euclidiana em relação ao artefato A - DA, maior do que o artefato B - DB, ou seja,  $DA > DB$ .

**Tabela 30 – Autoconceito: resultado do Grupo de avaliadores 1**

<b>Avaliador</b>	<b>Artefato A</b>	<b>Artefato B</b>
	<b>DA</b>	<b>DB</b>
Aluno	7,8	1,7
Professor	6,5	5,4

Técnico administrativo	11,4	1
Comunidade externa	10,3	2,2
<b>Média</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Seguindo o que foi apresentado no Grupo de Avaliadores 1, o resultado do Grupo de Avaliadores 2, evidenciado na Tabela 31, mostra que todos os seus integrantes tiveram o valor da distância euclidiana em relação ao artefato A - DA, maior do que o artefato B - DB, ou seja,  $DA > DB$ .

**Tabela 31 – Autoconceito: resultado do Grupo de avaliadores 2**

Avaliador	Artefato A	Artefato B
	DA	DB
Aluno	6,5	2,4
Professor	9,5	1,4
Técnico administrativo	11,4	1
Comunidade externa	9,7	0
<b>Média</b>	<b>9,3</b>	<b>1,2</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Portanto, a porcentagem dos avaliadores dos Grupos 1 e 2 que tiveram  $DA > DB$  foi de 100% dos resultados, mostrando a preferência pelo artefato B (protótipo do observatório de projetos) ao artefato A (portal da transparência do IFPB). É possível concluir que houve uma consistência nos resultados, gerando valores muito semelhantes para as distâncias euclidianas dos Autoconceitos em relação ao artefato A e ao artefato B.

### 5.3.2 Questionário de avaliação do protótipo

Ao final da avaliação realizada com o uso do método Autoconceito foi solicitado, aos oito participantes, que respondessem ao questionário de Avaliação do protótipo. O questionário continha duas categorias de perguntas: escala Likert e questões abertas. O formato da escala Likert adotada no questionário:

1. Discordo totalmente;
2. Discordo;
3. Indiferente;
4. Concordo;

5. Concordo totalmente.

Após o questionário ter sido respondido, cada resposta foi analisada separadamente ou em alguns casos, agrupadas para criar um resultado por assuntos semelhantes. Foram utilizados gráficos e diagramas para melhor ilustrar os resultados obtidos. Detalharemos, a seguir, os resultados das perguntas objetivas e discursivas.

- **Perguntas objetivas:**

O questionário contou com três perguntas objetivas, obrigatórias, tendo como intuito verificar o nível de aceitação do protótipo desenvolvido.

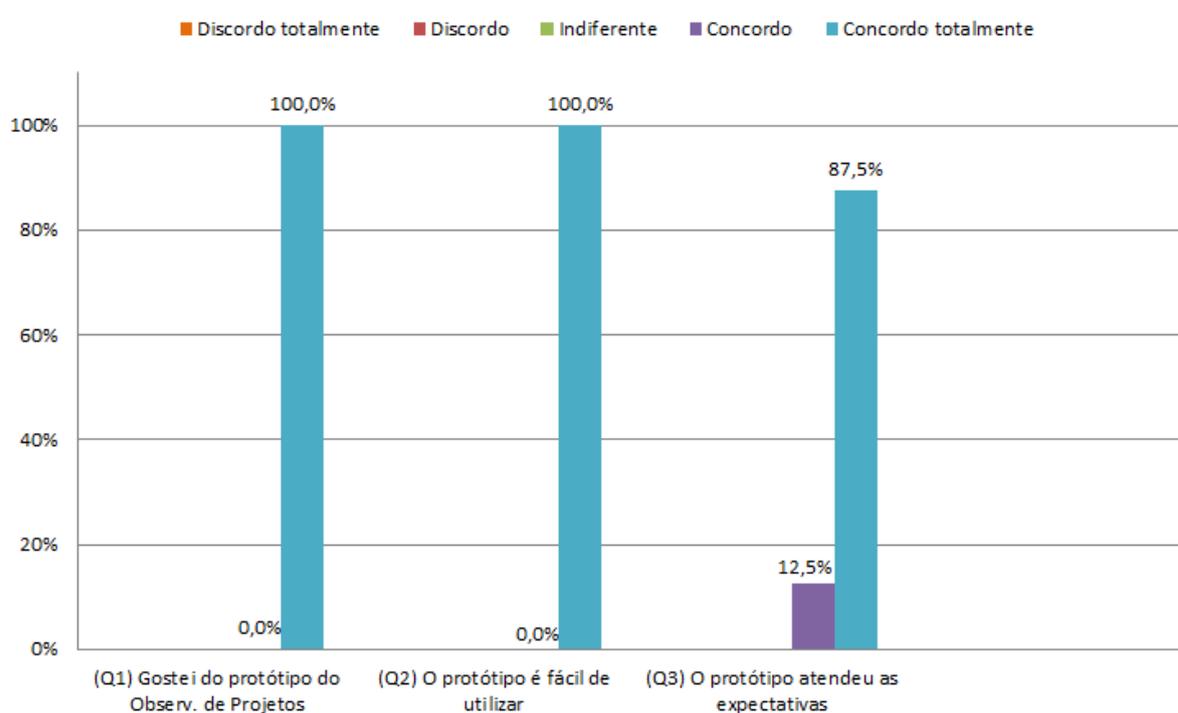
Na **Questão 1**, o participante avaliou seu nível de aceitação da afirmação: **Você gostou do protótipo do Observatório de Projetos**. Todos os oito participantes da pesquisa escolheram a opção “Concordo totalmente”, ou seja, 100% dos respondentes.

Na **Questão 2**, o participante avaliou seu nível de aceitação da afirmação: **O protótipo do Observatório de Projetos é fácil de utilizar**. Todos os oito participantes da pesquisa escolheram a opção “Concordo totalmente”, ou seja, 100% dos respondentes.

Na **Questão 3**, o participante avaliou seu nível de aceitação da afirmação: **O protótipo do Observatório de Projetos atendeu as minhas expectativas**. Sete do total de oito participantes da pesquisa escolheram a opção “Concordo totalmente”, ou seja, 87,5% dos respondentes.

Portanto, esses resultados demonstram o alto grau de aceitação dos avaliadores pelo protótipo do Observatório de Projetos como podemos observar, na Figura 39, o resumo das respostas obtidas.

**Figura 39 – Avaliação: aceitação do portal**



Fonte: Elaborada pela autora

• **Perguntas discursivas:**

As perguntas discursivas do questionário foram ao total de seis, não tinham caráter obrigatório, e tiveram o objetivo de servirem de caminho para possíveis melhorias no protótipo.

A **Questão 4**, perguntava ao participante: **Qual das informações do projeto achou MAIS importante ser divulgada?**. Foram obtidas seis respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

**(R1)** O que foi planejado e o que realmente foi executado; Detalhamento dos custos.

**(R2)** Prazo; Relação de gastos; Planejamento; Fases do processo de execução do projeto por meio de fotos e gráficos.

**(R3)** Datas; Prazos; Custos; Fotos.

**(R4)** Custos.

**(R5)** Custos; Cronograma.

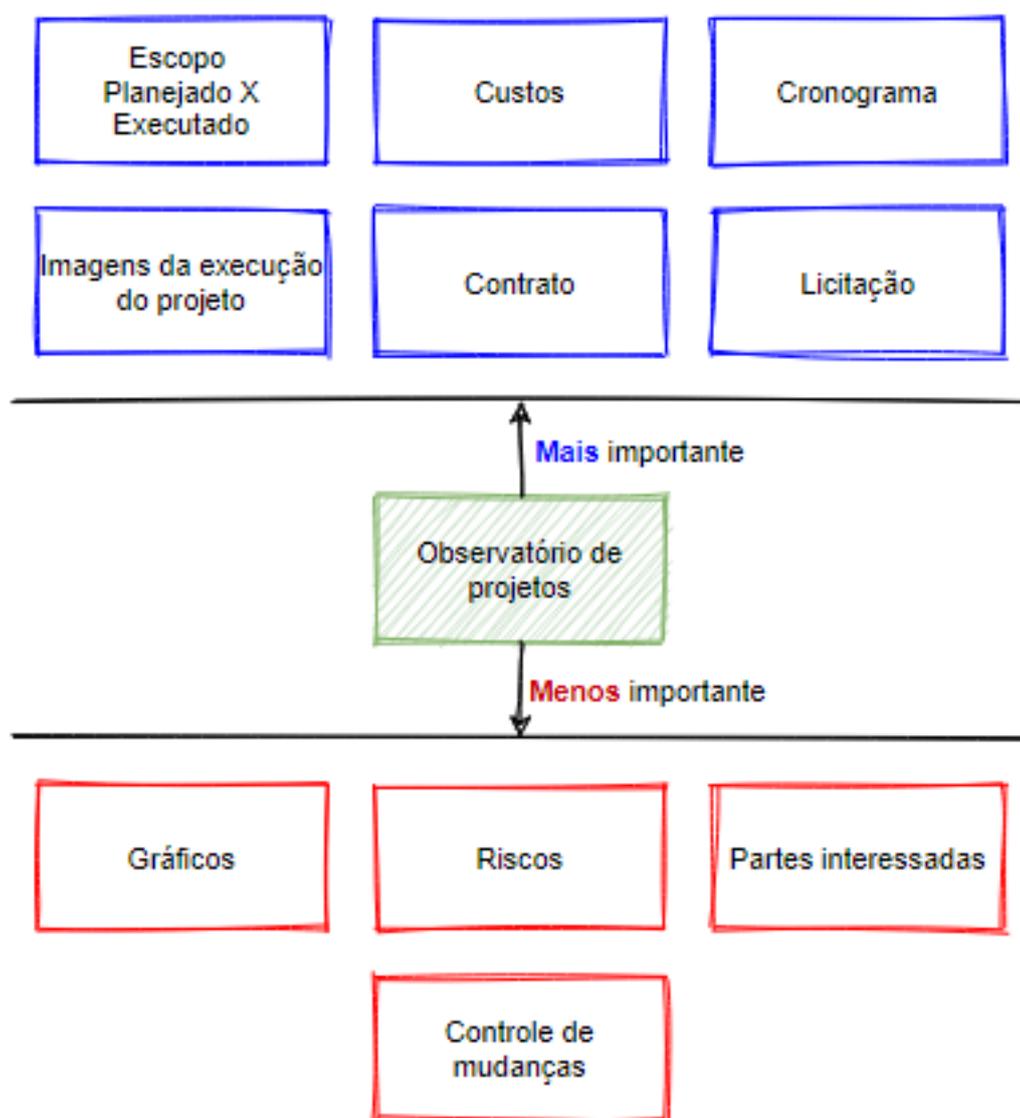
**(R6)** Escopo; Cronograma; Fotos; Acesso às informações (contrato, licitação).

A **Questão 5**, perguntava ao participante: **Qual das informações do projeto achou MENOS importante ser divulgada?**. Foram obtidas quatro respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

- (R1) Gráficos.
- (R2) Controle de Mudanças.
- (R3) Riscos.
- (R4) Partes interessadas; Riscos.

A Figura 40 demonstrar, de maneira resumida, as informações do projeto MAIS e MENOS importantes de serem divulgadas no observatório de projetos (**Questões 4 e 5, respectivamente**), de acordo com a opinião dos avaliadores.

Figura 40 – Avaliação da importância das informações



Fonte: Elaborada pela autora

A **Questão 6**, perguntava ao participante: **O que você MAIS gostou no Observatório de projetos?**. Foram obtidas oito respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

**(R1)** A forma como as informações foram divididas, facilitando o entendimento para o usuário.

**(R2)** O detalhamento das informações disponibilizadas.

**(R3)** A presença de imagens, dando uma visão da execução do projeto.

**(R4)** A facilidade de uso.

**(R5)** A parte da interatividade.

**(R6)** A parte que disponibiliza imagens do projeto e deixa claro quais seus custos, bem como a parte de apresentação geral mostrando informações sobre o projeto. A organização das informações também permite encontrar dados de forma ágil e sem dificuldades com relação a entender onde encontrar os dados buscados.

**(R7)** O acesso centralizado às informações sobre os projetos e as suas descrições/detalhes.

**(R8)** De saber todas as informações necessárias do projeto.

A **Questão 7**, perguntava ao participante: **O que você MENOS gostou no Observatório de projetos?**. Foram obtidas três respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

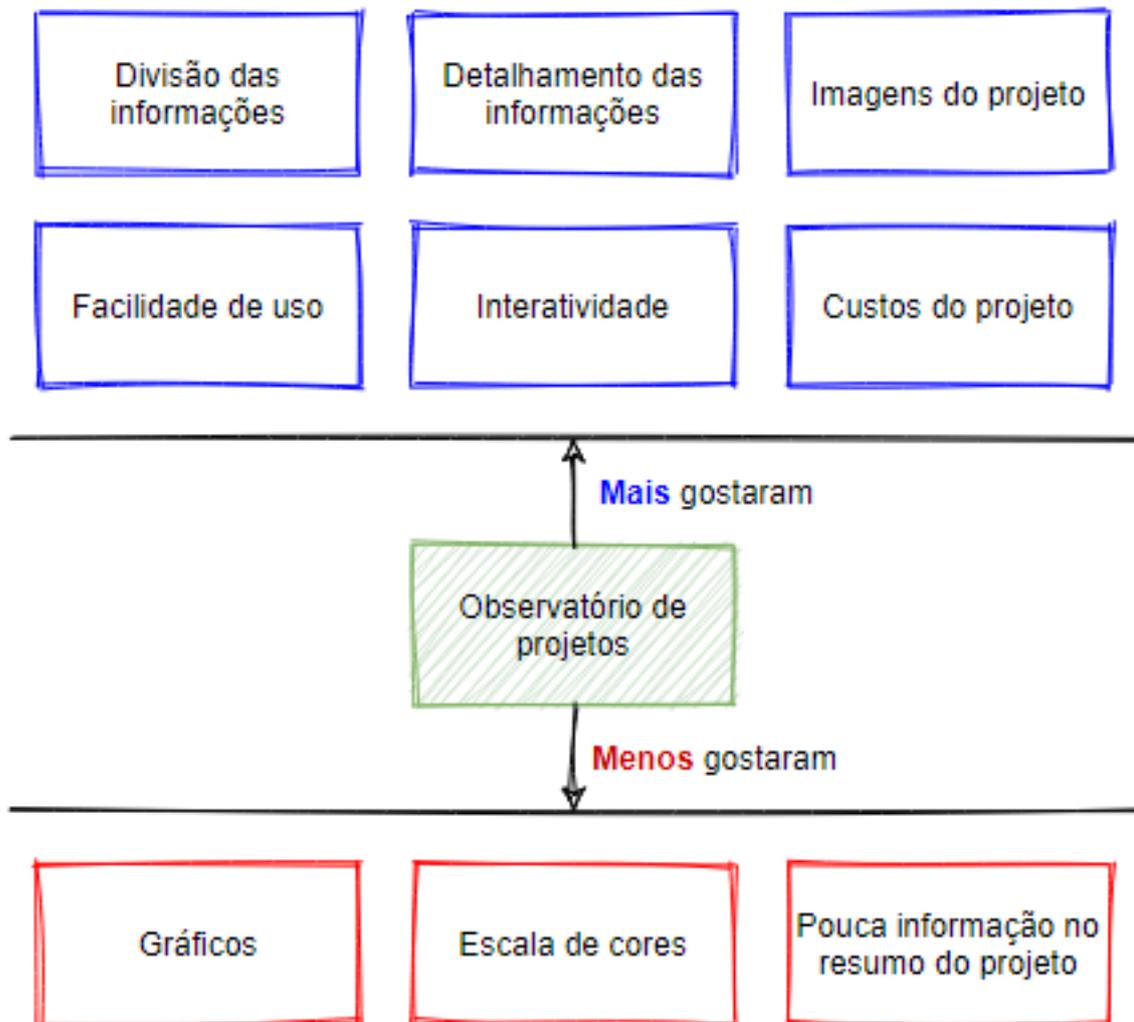
**(R1)** Os gráficos;

**(R2)** A escala de cores utilizada poderia ser mais atrativa;

**(R3)** O espaço que continha o resumo do projeto poderia ter mais informações.

A Figura 41 demonstrar, de maneira resumida, o que os avaliadores MAIS e MENOS gostaram no observatório de projetos (**Questões 6 e 7, respectivamente**).

Figura 41 – Avaliação das preferências do protótipo



Fonte: Elaborada pela autora

A **Questão 8**, perguntava ao participante: **O que achou da parte da interatividade no observatório de projetos?**. Foram obtidas oito respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

**(R1)** Uma forma interessante de mostrar as informações, bastante objetiva.

**(R2)** Não considero que seja preciso fazer login.

**(R3)** Está bem dinâmica e fácil de ser compreendida.

**(R4)** Legal e interessante.

**(R5)** Intuitivo.

**(R6)** Inovadora se comparado ao que estamos acostumados a ver no portal do IF e em outros de transparência. É relevante dar espaço para que o público possa interagir com as ações realizadas com o erário público.

(R7) As informações estão objetivas e claras.

(R8) Achei bastante interessante, onde o público é conhecedor de todo o projeto e pode participar dando sua opinião.

A Figura 42 demonstrar, de maneira resumida, a opinião dos avaliadores em relação à interatividade no protótipo (**Questão 8**).

**Figura 42 – Avaliação da interatividade**



Fonte: Elaborada pela autora

A **Questão 9**, perguntava ao participante: **Quais os benefícios que esse formato de observatório de projetos poderá trazer para a sociedade/cidadão?**. Foram obtidas oito respostas apresentadas abaixo sem alteração, mantendo a originalidade das opiniões.

(R1) O cidadão pode acompanhar de forma mais objetiva e clara as informações que procura, sem ter que entender ou ler muita documentação e informações irrelevantes;

(R2) Um controle social melhor sobre as ações desenvolvidas com o dinheiro público;

(R3) Trará um entendimento melhor sobre o que está sendo planejado e o que será executado, por exemplo, ter imagens do projeto, faz com as pessoas possam avaliar como

ficou a obra finalizada e se está de acordo com o que foi planejado;

**(R4)** Acessar informações importantes do que está sendo trabalhado no IF de modo transparente;

**(R5)** Maior interesse pela transparência e execução dos gastos públicos;

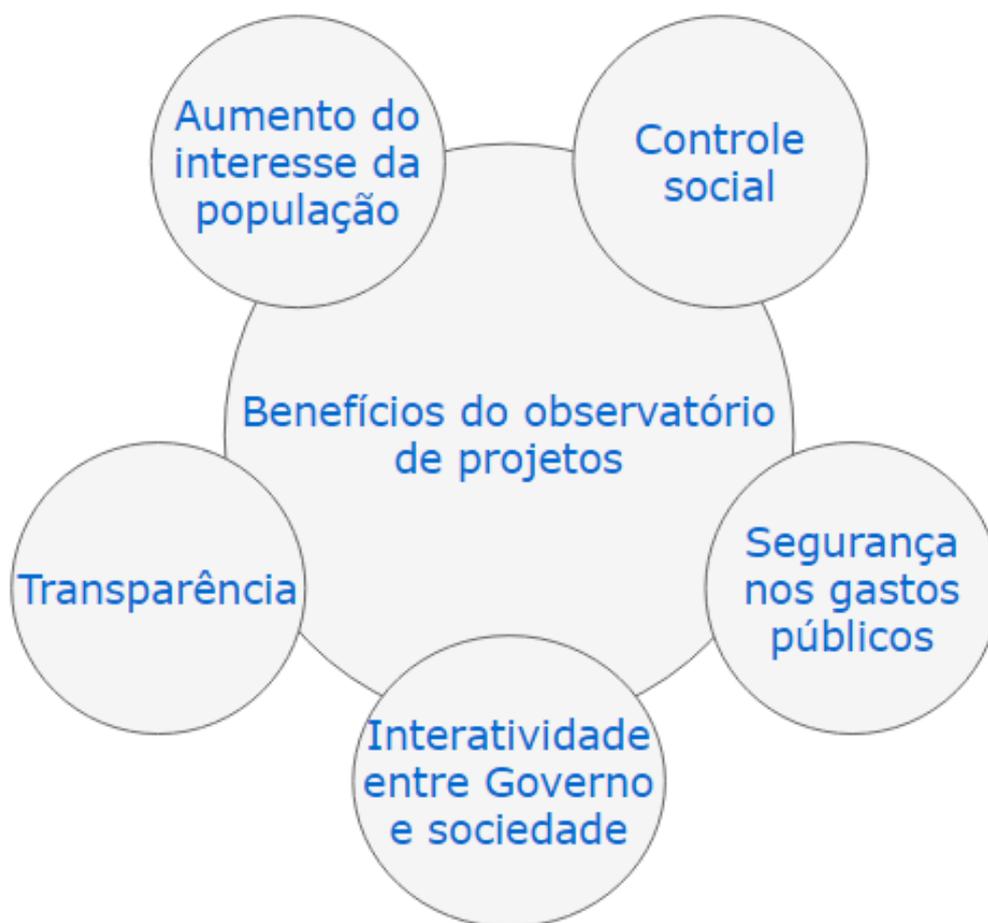
**(R6)** Transparência, acesso fácil às informações sobre os gastos públicos e sobretudo, a oportunidade de manifestar opiniões sobre os gastos descritos;

**(R7)** Acesso rápido às informações e transparência com os gastos públicos;

**(R8)** Uma segurança maior no que está sendo desenvolvido, o dinheiro investido no projeto e como futuramente o projeto será.

A Figura 43 demonstrar, de maneira resumida, a opinião dos avaliadores em relação aos benefícios que o observatório de projetos poderia trazer (**Questão 9**).

**Figura 43 – Avaliação dos benefícios do observatório de projetos**



Fonte: Elaborada pela autora

#### 5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste Capítulo foi apresentada a avaliação do protótipo realizada com oito avaliadores do IFPB através da técnica de Autoconceito sendo executada em três etapas.

Na Seção 5.1 foi detalhada a técnica de Autoconceito utilizada para avaliar a experiência do usuário, sua situação de uso e adjetivos, sua escala de diferencial semântico, suas imagens de identificação, a consolidação das informações, a aplicação dos questionários e como se deu a análise dos resultados.

Na Seção 5.2 foi definida as três etapas da avaliação do protótipo: a primeira, o participante respondia ao questionário Autoconceito Ideal através da análise de uma situação proposta; na segunda etapa, o avaliador utilizava o artefato A para realizar a situação proposta e posteriormente respondia ao questionário Autoconceito Real (artefato A); na terceira etapa, o avaliador utilizava o artefato B para realizar a situação proposta e posteriormente respondia ao questionário Autoconceito Real (artefato B) e ao questionário Avaliação Protótipo.

Na Seção 5.3 foi apresentada a análise dos resultados dos questionários Autoconceito e Avaliação do protótipo. Os resultados do questionário de Autoconceito mostram que 100% dos avaliadores preferem o artefato B (protótipo do observatório de projetos) ao artefato A (portal da transparência do IFPB). Os resultados obtidos através do questionário Avaliação do protótipo também demonstram resultados bastante expressivos em relação ao protótipo.

## 6 CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

O presente Capítulo tem por finalidade apresentar as conclusões da pesquisa, proferindo uma reflexão sobre seus resultados, os objetivos alcançados e suas contribuições. Nele também são reportadas as principais limitações e dificuldades encontradas no transcorrer do estudo e sugeridas algumas recomendações para trabalhos futuros.

### 6.1 CONCLUSÕES

Esta pesquisa parte da premissa, construída a partir de evidências empíricas e teóricas, de que a participação ativa da sociedade traz benefícios à democracia, elevando a cobrança em relação aos atos da Administração Pública tornando o Estado mais responsivo. Permitindo assim que o gestor público exerça uma administração mais transparente e tenha mais responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

As relações democráticas entre Estado e sociedade requerem que os dados divulgados pela Administração Pública alcancem o maior número possível de pessoas, e possuam clareza suficiente para proporcionar aos interessados o acompanhamento e a análise de como está sendo a gestão pública.

De encontro a isso, a criação de um observatório de projetos dentro dos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem o objetivo de dar acesso às informações e com isso poderá contribuir para tornar esses portais transparentes, prestadores de conta a sociedade, deixando de serem meros murais eletrônicos. Destacamos que apesar deste trabalho ter sido desenvolvido no universo dos IFs poderá ser utilizado em diversos contextos.

No entanto, a viabilidade de implementação dos observatórios de projetos só será possível se os órgãos fiscalizadores tiverem interesse em exigir a divulgação de informações que possibilite o acompanhamento da execução dos projetos nos órgãos públicos. Importante salientar que para essas informações estarem sempre atualizadas se faz necessária a vinculação dos observatórios aos sistemas existentes nos Institutos Federais de Educação.

Esta pesquisa teve como objetivo principal propor um conjunto de requisitos informacionais para auxiliar o desenvolvimento de observatórios de projetos nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia..

Com a finalidade de atingir o objetivo deste trabalho, iniciou-se pela revisão ad hoc da literatura onde foram conceituadas as principais áreas de conhecimento desta pesquisa bem como os trabalhos relacionados. Posteriormente foram realizadas duas avaliações nos portais da transparência dos Institutos. A primeira para identificar e analisar informações referentes ao acompanhamento de projetos se estavam de acordo com o que estabelece a Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação e se existia oferta de interatividade. A segunda para verificar quais as informações, para o acompanhamento dos projetos, tinham

maior relevância para serem divulgadas e qual o grau de interesse pela interatividade nesses portais.

Com base nessas avaliações, foram identificados requisitos funcionais para a construção de observatórios de projetos dentro dos portais da transparência dos IFs e desenvolvido e avaliado um protótipo desse observatório. Após a conclusão desta pesquisa, verificou-se que ela foi capaz de alcançar o objetivo principal e que seus objetivos específicos também foram atingidos.

O primeiro objetivo específico atingido versa sobre a identificação e análise das informações disponibilizadas nos *sites* e portais da transparência dos 38 IFs existentes, referentes ao acompanhamento dos projetos, se estavam de acordo com o que estabelece a Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação, e a oferta de interatividade. Os dados coletados, através de pesquisa documental, mostram apenas algumas informações básicas sobre os projetos e mesmo assim desatualizadas, impossibilitando o acompanhamento dos projetos, como preconiza a LAI, e não foi encontrada nenhuma oferta de interatividade.

O segundo objetivo específico atendido referiu-se à realização de um levantamento, através de questionário, com a comunidade interna (alunos, professores e técnicos administrativos) e externa dos IFs para verificar quais informações, sobre o acompanhamento dos projetos, tinham maior relevância para serem divulgadas e qual o grau de interesse pela interatividade nos portais da transparência desses Institutos. Foram coletadas 73 respostas sendo 26 IFs participantes, onde o levantamento apontou o alto grau de interesse da comunidade pela divulgação desse tipo de informação e pela interatividade nos portais, e demonstrou quais as informações, sobre projetos, devem ser divulgadas.

O terceiro objetivo específico alcançado foi a identificação de um conjunto de requisitos informacionais para a construção de observatórios de projetos nos portais da transparência dos IFs, baseados nas informações coletadas anteriormente. Esses requisitos informacionais foram fundamentados no PMBOK e divididos em 9 áreas: Informações básicas do projeto; Partes interessadas do projeto; Escopo do projeto; Cronograma do projeto; Custos do projeto; Riscos do projeto; Controle de mudanças do projeto; Lições aprendidas do projeto; Interatividade no observatório de projetos.

O quarto e último objetivo específico realizado foi o desenvolvimento e avaliação de um protótipo do observatório de projetos com base nos requisitos informacionais identificados, com o intuito de melhor auxiliar, de maneira visual, a construção desses observatórios e realizar a avaliação dos requisitos informacionais. A avaliação do protótipo foi realizada através da técnica de autoconceito por oito avaliadores, divididos em dois grupos, da comunidade do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB). O protótipo também foi analisado através de um questionário, com perguntas discursivas, onde foi destacado pelos avaliadores: as informações mais importantes mostradas no observatório de projetos; o que mais gostaram no observatório; a opinião sobre a interatividade no observatório e os benefícios que o mesmo poderia trazer para a sociedade.

Sobre o quarto objetivo específico, se faz importante destacar o entusiasmo percebido entre os avaliadores que relataram a importância da divulgação de informações sobre projetos no formato apresentado no protótipo do observatório de projetos.

Portanto, a conquista dos quatro objetivos específicos conseguiu responder as perguntas de pesquisa:

**QP1:** Quais informações, para o acompanhamento dos projetos, devem ser divulgadas nos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

**QP2:** Como a sociedade avalia a interatividade nesses portais?

## 6.2 LIMITAÇÕES E DIFICULDADES

Durante a execução da pesquisa algumas limitações e dificuldades foram encontradas:

- Os dados foram coletados somente nos Institutos Federais de Educação não atingindo, portanto, as Universidades Federais. A escolha dos IFs se deu pelo fato da pesquisadora ser servidora de um dos Institutos pesquisados e com isso poder contribuir para resolver um problema em seu local de trabalho;
- Os dados coletados, na pesquisa documental, representam a época da coleta e podem ter sofrido alterações posteriormente a ela;
- O número de participantes da pesquisa poderia ter sido bem maior, considerando o quantitativo de pessoas que fazem parte da comunidade dos Institutos. No entanto, foi atingido mais do que o mínimo necessário para validar a pesquisa;
- Tiveram mais participações de técnicos administrativos e pouca participação de professores, alunos e integrantes da comunidade externa dos Institutos, apesar do frequente contato;
- Não estava no escopo desta pesquisa, a realização de um estudo de caso com a finalidade de aplicar o objeto de estudo produzido devido à limitação do tempo de desenvolvimento da dissertação;
- O protótipo desenvolvido teve algumas limitações funcionais devido ao fato da pesquisadora não ser da área de desenvolvimento ou design;
- Escassez de literatura existente sobre o tema abordado, o que a torna original, mas dificulta o processo de comparação e a discussão dos resultados;
- Falta de um sistema integrado dificultando a coleta dos dados em razão das informações estarem dispersas pelos *sites* e portais da transparência dos Institutos, podendo deixar de serem visualizadas pela pesquisadora, e ainda oferecendo *links*

que, quando acessados, não apresentavam nenhuma informação ou eram direcionados para o portal da transparência do Governo Federal;

- A falta de um padrão para divulgação das informações referentes a Transparência Ativa, dificultou a coleta de dados pela pesquisadora;
- Dificuldade na obtenção de respostas ao questionário da segunda etapa da avaliação dos portais da transparência, apesar da persistente abordagem ao público-alvo;
- Processo de comunicação com os participantes da pesquisa foi dificultado pela distância geográfica e pela pandemia da COVID-19;
- Dificuldade de aprendizado da ferramenta utilizada para desenvolver o protótipo do observatório de projetos;
- Dificuldade, durante os primeiros meses da pandemia COVID-19, em concentrar na escrita da dissertação ocasionando demora nas etapas definidas.

Apesar das limitações e dificuldades, os resultados obtidos nesta pesquisa são satisfatórios considerando o alcance de todos os objetivos definidos.

### 6.3 CONTRIBUIÇÕES

De maneira geral, a pesquisa contribuiu para guiar o desenvolvimento de observatórios de projetos dentro dos portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dando acesso às informações e colaborando para a transparência, prestação de contas a sociedade, controle social e interatividade nesses portais.

No que se refere ao avanço no conhecimento sobre o tema, esta pesquisa contribuiu ao trazer em seu referencial teórico um conjunto atualizado de ideias e estudos, apresentando os termos associados a transparência pública, a obrigatoriedade da divulgação de informações para o acompanhamento de projetos encontrada na Transparência Ativa da Lei de Acesso à Informação e o detalhamento de observatórios de projetos, tema central desta pesquisa.

Através da busca de informações sobre projetos e interatividade nos portais da transparência e *sites* dos IFs, contribuiu-se para o entendimento do cenário atual desses Institutos em relação ao cumprimento da Transparência Ativa e a oferta da participação popular nesses *websites*.

A identificação das informações mais relevantes para o acompanhamento dos projetos e a importância da interatividade nos portais da transparência dos Institutos, contribuiu para a reflexão a respeito da importância da presença desses elementos nas ações cotidianas e na cultura organizacional. Chamou atenção também para a necessidade da

padronização desses portais, devendo apresentar interatividade para os cidadãos proporcionando participação popular e a prestação de contas através das informações divulgadas.

A definição de um conjunto de requisitos informacionais para o desenvolvimento de observatórios de projetos contribuiu para guiar, de maneira mais eficaz, a construção desses observatórios considerando que essas informações foram coletadas junto a comunidade dos Institutos.

O desenvolvimento de um protótipo do observatório de projetos contribuiu para auxiliar, de maneira visual, os desenvolvedores desses observatórios dando um melhor entendimento dos requisitos informacionais identificados.

Como contribuição científica, esta pesquisa buscou evidenciar a transparência pública, no que diz respeito a dar acesso ao cidadão às informações sobre projetos, fortalecendo a ideia de que sua presença é fundamental para a garantia da democracia, instigando a realização de pesquisas futuras. Para o meio acadêmico, contribui com dados relevantes que permitirá novos pesquisadores aprofundarem o estudo sobre o assunto. Outra contribuição que pode ser assinalada é a contribuição social, pois, os resultados encontrados apontam para o não cumprimento da Transparência Ativa e esta pesquisa propõe uma mudança de como as informações sobre projetos são disponibilizadas o que contribuirá para o efetivo controle social.

Esta pesquisa trouxe a reflexão sobre a necessidade não apenas legal mas também moral, de dar acesso ao cidadão às informações públicas para contribuir com a transparência e a proximidade entre sociedade e seus governantes, dando a clareza de como o dinheiro público é gasto. Contribuindo para que portais da transparência sejam mais transparentes, prestadores de conta a sociedade e interativos, deixando de serem meros murais eletrônicos.

#### 6.4 TRABALHOS FUTUROS

Ainda que este trabalho tenha cumprido seus objetivos, recomenda-se a realização de novas investigações, reforçando a continuidade dos estudos sobre o tema tratado. As seguintes sugestões são apresentadas como propostas:

- a) Levantar as causas da não divulgação de informações sobre projetos nos *websites* dos Institutos Federais de Educação com base na Transparência Ativa da LAI e nos resultados obtidos nesta pesquisa;
- b) Aplicação da pesquisa em Universidades Federais e em outros órgãos da Administração Pública, realizando o comparativo com os dados obtidos nesta pesquisa;
- c) Aplicação da pesquisa documental, desenvolvida nesta pesquisa, em outros órgãos da Administração Pública para verificar a disponibilidade de informações sobre projetos em seus *websites*;
- d) Aplicação do questionário da segunda etapa da avaliação dos portais da transparência, desenvolvido nesta pesquisa, em outros órgãos da Administração Pública com o

objetivo de comparar as informações selecionadas pelos participantes;

e) Realização de estudo de caso, em um IF, para aplicar o observatório de projetos desenvolvido com a finalidade de validá-lo;

f) Ampliar o escopo deste trabalho no que diz respeito as demais áreas da transparência pública, levando em consideração que este estudo se restringiu a apresentação e acesso das informações aos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. S. D. Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura. **Revista TCEMG**, Belo Horizonte, p. 120 – 134, 2012.
- AMARAL, S. A. do; SOUSA, A. J. F. P. de. Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, Mar 2011.
- ANDRADE NETO, A. N. de; VACOVSKI, E. O GERENCIAMENTO DE PROJETOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A QUALIDADE E A EFETIVIDADE NO SETOR PÚBLICO. **Caderno Gestão Pública**, v. 8, n. 5, 2016.
- ANDRADE, S. C. de; TAIT, T. F. C. Uma aplicação do guia PMBOK na gestão de projetos de software. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 2 – 11, Mar 2012. ISSN 2176-6649.
- ANGÉLICO, F. **LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E SEUS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS À ACCOUNTABILITY DEMOCRÁTICA NO BRASIL**. 2012. 133 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) — FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.
- ARAÚJO, R. P. de. **MATURIDADE EM GESTÃO DE PROJETOS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE MATURIDADE EM GESTÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA PREFEITURA DE CARUARU-PE**. 2014. 62 p. Monografia (Administração) — Universidade Federal de Pernambuco.
- ARTIGO19. **Transparência pública**. 2020. Disponível em: <https://artigo19.org/?p=564>. Acesso em: 01/10/2020.
- BAIRRAL, M. A. da C.; SILVA, A. H. C. e; ALVES, F. J. dos S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Rev. Adm. Pública**, p. 643 – 675, maio/jun 2015.
- BARBOSA, J. L. P. **Um Estudo sobre Observatórios através de um Mapeamento Sistemático da Literatura**. 2020. 133 p. Dissertação (Pós-graduação em Ciência da Computação) — Universidade Federal de Pernambuco.
- BATISTA, C. L. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Sistema de Información Científica Redalyc**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, v. 22, n. 3, p. 225 – 231, Dez 2010.
- BORGES, G. C. F. da S. **A CONCEPÇÃO E O PLANEJAMENTO DOS PROJETOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DAS CONSTRUÇÕES DAS BARRAGENS NO ESTADO DE PERNAMBUCO**. 2014. 57 p. Monografia (Graduação em Administração) — Universidade Federal de Pernambuco.
- BRASIL. Constituição Federal. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, 1988.
- BRASIL. Lei de Acesso à Informação. **LEI Nº 12.527**, 2011.

CAROSI, D. F.; PEDAN, J. M.; TEIXEIRA FILHO, J. G. de A. Utilização da metodologia “Grounded Theory” na identificação de informações para compor um plano de dados abertos de instituições federais de ensino superior. **iSys - Revista Brasileira de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 2, 2017.

CGU. GUIA de implantação de Portal da Transparência. 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_portaltransparencia.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf). Acesso em: 06/11/2020.

CGU. Guia de Transparência Ativa (GTA) para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/gta-6a-versao-2019.pdf>. Acesso em: 06/11/2020.

CGU. **Portal da transparência**. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 22/09/2020.

CHADE, J. **Brasil cai em índice que mede democracias no mundo**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/22/brasil-cai-em-indice-que-mede-democracias-no-mundo.htm>. Acesso em: 06/10/2020.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual e-SIC**: Guia do Cidadão. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/manual-e-sic-guia-do-cidadao#Dois>. Acesso em: 21/09/2020.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. 2011.

COSTA, G. B. da; BARBOSA NETO, P. A. O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior. **Revista Interface**, Natal, v. 13, n. 2, Ago a Dez 2016.

COUNTRY ECONOMY. **Global Right to Information Rating**. 2020. Disponível em: <https://countryeconomy.com/government/global-right-information-rating>. Acesso em: 10/09/2020.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153 – 176, 2012.

DARCH, C.; UNDERWOOD, P. G. **Freedom of Information and the Developing World: The Citizen, the State and Models of Openness**. [S.l.]: Oxford Chandos Publishing, 2010. 336 p.

DUQUE, W. S.; PELISSARI, A. S. Proposição de Modelo entre Gerenciamento de Projetos e Gestão Estratégica: Alinhamento de Processos para a Realização de Objetivos Organizacionais. In: **XXXIV ANPAD**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

ESTÁCIO, R. da S. O. **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NO PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**. 2019. 140 p. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

EVANS, M. M.; FOXALL, G.; JAMAL, A. **Consumer behaviour**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2006.

FARACO, B. P. **Transparência das Informações Públicas nos Portais das Instituições Federais de Educação Profissional da Região Sul do Brasil**. 2015. 122 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

FEDERAL, S. **O que é transparência ativa?** 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes/canais-de-atendimento/transparencia-1/o-que-e-transparencia-ativa#:~:text=Transpar%C3%A2ncia%20ativa%20%C3%A9%20o%20princ%C3%ADpio,independentemente%20de%20terem%20sido%20solicitadas>. Acesso em: 27/10/2020.

FIGUEIREDO, V. da S.; SANTOS, W. J. L. dos. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 1 – 20, 2013.

FOX, J.; HAIGHT, L. MEXICO'S TRANSPARENCY REFORMS: THEORY AND PRACTICE. **Research in Social Problems and Public Policy**, Emerald Group Publishing Limited, v. 19, p. 353 – 379, 2011.

FURTADO, M. A. P.; FORTUNATO, G.; TEIXEIRA, A. A Percepção dos Gestores da Área Pública sob a Política de Gerenciamento de Projetos. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v. 6, n. 2, p. 167 – 183, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GONÇALVES, R. A. **Democracia e Transparência Pública: um Estudo Multicaso sobre a Efetividade das Páginas de Transparência de três Órgãos Públicos**. 2016. 130 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

GOVERNO DO BRASIL. **Do Eletrônico ao Digital**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>. Acesso em: 23/09/2020.

HELLMANN, G. J. O Observatório Regional como ferramenta de gestão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o caso do Instituto Federal do Paraná. **REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 2015. ISSN 2317-5443.

IFMG. **Observatório da Rede de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2019. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/extensao/observatorio-do-mundo-do-trabalho/observatorio-da-educacao-profissional-e-tecnologica-de-minas-gerais#:~:text=O%20Observat%C3%B3rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional,Minas%20Gerais%2C%20como%20pode%20ser>. Acesso em: 16/11/2020.

IFPB. **IFPB é destaque no Prêmio Transparência Pública**. 2016. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/materias/ifpb-e-destaque-no-premio-transparencia-publica>. Acesso em: 23/09/2020.

IFPB. **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/>. Acesso em: 16/11/2020.

IFPR. **Observatório da Rede Federal é tema de debate durante a III Jornada de Produção Científica**. 2010. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/observatorio-da-rede-federal-e-tema-de-debate-durante-a-iii-jornada-de-producao-cientifica/>. Acesso em: 16/11/2020.

INAMINE, R.; ERDMANN, R. H.; MARCHI, J. J. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. **Rev. Adm. (São Paulo)**, v. 47, n. 1, p. 124 – 139, 2012.

INSTITUTE, P. M. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. 6. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2017. 762 p.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá-Colômbia, v. 14, n. 2, Julio-Diciembre 2015.

LISBOA, K. S.; VACOVSKI, E. TRANSPARÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO COM FOCO NA SEÇÃO DE CONTRATOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Iusgentium**, v. 11, n. 6, p. 142 – 157, Jan/Jun 2015.

LOPES, J. de L. et al. Escala de diferencial semântico para avaliação da percepção de pacientes hospitalizados frente ao banho. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, Jan 2011.

LUNGU, M. et al. The Small Project Observatory: Visualizing software ecosystems. **Science of Computer Programming**, 2010.

MACHADO, V. N.; MARQUES, S. B.; MACAGNAN, C. B. Nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso à Informação, nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na Internet. In: **XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**. Lisboa: [s.n.], 2013.

MAIOR FILHO, U. G. S. **TRANSPARÊNCIA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: um estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande**. 2018. 159 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública) — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

MATIAS-PEREIRA, J. A GOVERNANÇA CORPORATIVA APLICADA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO. **Administração Pública E Gestão Social**, p. 109 – 134, Jul 2010.

MCTIC. **ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/eDigital.pdf>. Acesso em: 23/09/2020.

MEC. **Histórico**. 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 17/11/2020.

MEC. **Instituições da Rede Federal**. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 17/11/2020.

MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/apresentacao-rede-federal>. Acesso em: 17/11/2020.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: EM BUSCA DA TRANSPARÊNCIA E DO COMBATE À CORRUPÇÃO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 55 – 75, jan./abr. 2014.

MENDEL, T. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2. ed. Brasília: Unesco, 2009. 172 p.

MENDONÇA, A. C. de; CATARINA, D. O.; OLIVEIRA, R. T. de. **Cartilha Princípios de uma Linguagem Cidadã e Manual de boas práticas de redação da Carta de Serviços da Prefeitura de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3\\_colocado\\_grupo\\_1539290157.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3_colocado_grupo_1539290157.pdf). Acesso em: 09/02/2021.

MENESES, R. S.; OLIVEIRA, L. G. L.; VASCONCELOS, T. de J. M. O GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM UM TRIBUNAL DE JUSTIÇA: ANÁLISE DOS PRAZOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS 2010-2014. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, v. 7, n. 3, Setembro/Dezembro 2016.

MESQUITA, W. N. R. de. **A implementação da Lei de Acesso à Informação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. 129 p. Dissertação (Pós-graduação em Comunicação) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

MICHENER, G. Conceptualizing the Quality of Transparency. In: UNIVERSITY, R. (Ed.). **I Conferência Global sobre Transparência**. Newark: [s.n.], 2011.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 610 – 629, jul. - ago. 2018.

MONTEIRO, A. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. 2014. 68 p. Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) — FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

MORAES, L. N. de; SOUZA, R. J. de; KOGA, E. S. Observatório Internacional de Políticas Públicas para a Sustentabilidade e a integração entre ensino, pesquisa e extensão na formação tecnológica em turismo. In: **Seminário da ANPTUR**. [S.l.: s.n.], 2016.

MOURA, H. P. de; LUNA, A. J. H. de O.; FARIAS JÚNIOR, I. H. de. Concepção de um Observatório Universal de Projetos. 2018.

MOURA, I. C. de. **Acesso à informação e transparência nos portais dos Institutos Federais de educação do Brasil**. 2019. 521 p. Dissertação (MESTRADO EM ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO) — Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

NASCIMENTO, T. C.; VERAS, M.; MILITO, C. M. MATUREZA EM PROJETOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DO DIMENSIONAMENTO DE SEU GERENCIAMENTO. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v. 8, n. 3, 2013.

NAZÁRIO, D. C.; SILVA, P. F. da; ROVER, A. J. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 6, p. 180 – 199, 2012.

NERY, R. L. L. **MÉTODO PARA AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. 2018. 113 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – PROFIAP) — Universidade Federal de Goiás.

NEVES, M. A. V. B. W. **CARACTERIZAÇÃO DO USUÁRIO ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR**. 2017. 180 p. Tese (Pós-graduação em Design) — Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, L. M. de. **INVESTIGAÇÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA PRESENÇA ESPACIAL NA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO EM ARTEFATOS DE REALIDADE VIRTUAL**. 2019. 101 p. Dissertação (Pós-graduação em Design) — Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, R. S. de; RAMINELLI, F. P. O Direito ao Acesso à Informação na Construção da Democracia Participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Seqüência**, UFSC, Florianópolis, n. 69, p. 159 – 182, Dez 2014.

PAES, E. B. A Influência Internacional na Construção do Direito de Acesso à Informação no Brasil. **ASSUNTO ESPECIAL – DOCTRINA**, n. 48, Nov-Dez 2012.

PEGORARO, D. **TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES STAKEHOLDERS**. 2019. 168 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

PISA, B. J.; OLIVEIRA, A. G. de. **GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**. [S.l.: s.n.], 2013.

PMTECH. **Fluxo de processos do Guia PMBOK® 6a Edição**. 2020. Disponível em: <https://dicaspmmp.pmtech.com.br/category/areas/>. Acesso em: 07/10/2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 6ª. ed. Newtown Square: Project Management Institute, Inc., 2017. 762 p.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **CADERNOS EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, Mar 2010.

RESENDE, W. da C.; NASSIF, M. E. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 42, p. 1 – 16, jan./abr. 2015.

RIOS, O. K. L. **MELHORES PRÁTICAS PARA IMPLANTAR POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**. 2016. 162 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação) — Universidade Federal de Pernambuco.

ROCHA, A. C. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82 – 97, Mai/Ago 2011.

ROCHA, L. M. P. **Os cientistas e a ciência cidadã**: um estudo exploratório sobre a visão dos pesquisadores profissionais na experiência brasileira. 2019. 76 p. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO) — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423 – 438, Nov 2013.

SAKATA, M. C. G. et al. Construção do Observatório USP CONTECSI: Análise da dinâmica científica e impacto nacional e internacional de um congresso acadêmico. **PRISMA.COM**, n. 20, 2013.

SANTOS, V. N. R. dos. **TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA INTERNET**: Análise dos portais eletrônicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. 2013. 109 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) — UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

SILVA, A. W. L. da; HELOU FILHO, E. A.; SELIG, P. M. OBSERVATÓRIOS DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: DISCUTINDO BASES CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE EFETIVIDADE. In: **IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. [S.l.: s.n.], 2013.

SILVA, A. W. L. da et al. Observatórios brasileiros de meio ambiente e sustentabilidade: diagnóstico e análise. **ResearchGate**, Jan 2013.

SILVA, E. C. da; GIL, A. C. INOVAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS: OS “FINS” JUSTIFICAM OS “MEIOS”. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 138 – 164, jan./abr. 2013.

SILVA JÚNIOR, A. de S. **O gerenciamento de projetos na esfera pública**: o caso do Governo do Estado de Pernambuco. 2014. 402 p. Tese (Programa de Pós-graduação em Administração) — Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA JÚNIOR, A. de S.; FEITOSA, M. G. G. MATUREZA NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS EXISTENTES NOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 207 – 234, mai./ago. 2012. ISSN 2236-0972.

SILVA JÚNIOR, S. D. da; COSTA, F. J. da. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. In: **XVII SEMEAD Seminários em Administração**. [S.l.: s.n.], 2014.

SILVA, L. J. da. **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**: ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2017. 118 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública) — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

- SILVA, L. J. da; ALVES FILHO, A. TRANSPARÊNCIA ATIVA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. In: **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. João Pessoa: [s.n.], 2017.
- SILVEIRA, N. G. **TRANSPARÊNCIA NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS: AVALIAÇÃO DE PORTAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. 2017. 98 p. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Contabilidade) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.
- SIRGY, M. J. Self-Concept in Consumer Behavior: A Critical Review. **Journal of Consumer Research**, v. 9, n. 3, p. 287 – 300, Dez 1982.
- SOARES, L. C.; FERNEDA, E.; PRADO, H. A. do. Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, v. 12, n. 3, p. 86 – 110, 2018.
- TCE/PB. **Painel de Obras**. 2020. Disponível em: <http://paineldeobras.tce.pb.gov.br/>. Acesso em: 06/11/2020.
- TCE/PE. **Tome Conta**. 2020. Disponível em: <https://sistemas.tce.pe.gov.br/tomeconta/Obras!principal>. Acesso em: 06/11/2020.
- TCU. Boletim do Tribunal de Contas da União. **REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, 2020. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/2A/C1/CC/6A/5C66F610A6B96FE6E18818A8/BTCU\\_01\\_de\\_02\\_01\\_2020\\_Especial%20-%20Regimento\\_Interno.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/2A/C1/CC/6A/5C66F610A6B96FE6E18818A8/BTCU_01_de_02_01_2020_Especial%20-%20Regimento_Interno.pdf). Acesso em: 24/11/2020.
- TERRIBILI FILHO, A. OS CINCO PROBLEMAS MAIS FREQUENTES NOS PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 213 – 237, mai./ago. 2013. ISSN 2236-0972.
- TRES, T. G. F.; FUGALLI, E. M. Os Portais da Transparência: um estudo sobre as informações disponibilizadas pelos municípios do Corede Rio da Várzea, RS. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 47, p. 331 – 351, jul./dez. 2016.
- VENTURA, K. S.; SIEBRA, S. de A.; FELL, A. F. de A. TRANSPARÊNCIAS ATIVA E PASSIVA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO NORDESTE: ESTUDO DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.527/2011. In: **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013) GT 5 – Política e Economia da Informação**. Florianópolis: [s.n.], 2013.
- VIANA, C. C. et al. AVALIAÇÃO DA ADERÊNCIA AOS CRITÉRIOS INTERNACIONAIS DE TRANSPARÊNCIA PARA A DIVULGAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**, Natal-RN, v. 5, n. 1, p. 152 – 178, jan./jun. 2013.
- VIANA, G. B. **Um Framework para Adaptação de Conteúdo e Navegação em Portais de Governo Eletrônico**. 2012. 180 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação do Instituto de Computação) — Universidade Estadual de Campinas.
- VIEIRA, J. K. M. et al. Observatório Universal de Projetos: Estudos Iniciais. In: **15th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)**. Seville - Spain: [s.n.], 2020. ISSN 978-989-54659-0-3.

WOHLIN, C.; AURUM, A. Towards a decision-making structure for selecting a research design in empirical software engineering. **Empirical Software Engineering**, Mai 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242 – 254, Dez 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **UFSC**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 137 – 158, jan./abr. 2015.

**APÊNDICE A – POPULAÇÃO DA PESQUISA**

	<b>Instituto</b>
1	IF-Acre
2	IF-Alagoas
3	IF-Amapá
4	IF-Amazonas
5	IF-Bahia
6	IF-Baiano
7	IF-Brasília
8	IF-Catarinense
9	IF-Ceará
10	IF-Espirito Santo
11	IF-Farroupilha
12	IF-Fluminense
13	IF-Goiano
14	IF-Goiás
15	IF-Maranhão
16	IF-Mato Grosso
17	IF-Mato Grosso do Sul
18	IF-Minas Gerais
19	IF-Norte de Minas
20	IF-Pará

	<b>Instituto</b>
21	IF-Paraíba
22	IF-Paraná
23	IF-Pernambuco
24	IF-Piauí
25	IF-Rio de Janeiro
26	IF-Rio Grande do Norte
27	IF-Rio Grande do Sul
28	IF-Rondônia
29	IF-Roraima
30	IF-Santa Catarina
31	IF-São Paulo
32	IF-Sergipe
33	IF-Sertão Pernambucano
34	IF-Sudeste de Minas
35	IF-Sul de Minas
36	IF-Sul Rio Grandense
37	IF-Tocantins
38	IF-Triângulo Mineiro

Elaborada pela autora

## APÊNDICE B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS IF

Instituto	Sigla	Portal de transparência
Acre	IFAC	<a href="https://portal.ifac.edu.br/aceso-inf.html">https://portal.ifac.edu.br/aceso-inf.html</a>
Alagoas	IFAL	<a href="https://www2.ifal.edu.br/transparencia">https://www2.ifal.edu.br/transparencia</a>
Amapá	IFAP	Não possui
Amazonas	IFAM	<a href="http://www2.ifam.edu.br/">http://www2.ifam.edu.br/</a>
Bahia	IFBA	<a href="https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/aceso-a-informacao">https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/aceso-a-informacao</a>
Baiano	IFBaiano	<a href="https://ifbaiano.edu.br/portal/aceso-a-informacao/">https://ifbaiano.edu.br/portal/aceso-a-informacao/</a>
Brasília	IFB	Não possui
Catarinense	IFC	<a href="http://ifc.edu.br/">http://ifc.edu.br/</a>
Ceará	IFCE	<a href="https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao">https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao</a>
Espírito Santo	IFES	<a href="https://www.ifes.edu.br/">https://www.ifes.edu.br/</a>
Farroupilha	IFFar	<a href="https://www.iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acesoinfo">https://www.iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acesoinfo</a>
Fluminense	IFF	<a href="http://portal1.iff.edu.br/">http://portal1.iff.edu.br/</a>
Goiano	IFGoiano	<a href="https://www.ifgoiano.edu.br/home/">https://www.ifgoiano.edu.br/home/</a>
Goiás	IFG	Não possui
Maranhão	IFMA	<a href="https://portal.ifma.edu.br/inicio/">https://portal.ifma.edu.br/inicio/</a>
Mato Grosso	IFMT	Não possui
Mato Grosso do Sul	IFMS	<a href="https://www.ifms.edu.br/">https://www.ifms.edu.br/</a>
Minas Gerais	IFMG	<a href="https://www2.ifmg.edu.br/portal/">https://www2.ifmg.edu.br/portal/</a>
Norte de Minas	IFNMG	<a href="https://www.ifnmg.edu.br/">https://www.ifnmg.edu.br/</a>

<b>Instituto</b>	<b>Sigla</b>	<b>Portal de transparência</b>
Pará	IFPA	<a href="https://www.ifpa.edu.br/">https://www.ifpa.edu.br/</a>
Paraíba	IFPB	<a href="http://www.ifpb.edu.br/transparencia">http://www.ifpb.edu.br/transparencia</a>
Paraná	IFPR	<a href="https://reitoria.ifpr.edu.br/">https://reitoria.ifpr.edu.br/</a>
Pernambuco	IFPE	Não possui
Piauí	IFPI	<a href="https://www.ifpi.edu.br/">https://www.ifpi.edu.br/</a>
Rio de Janeiro	IFRJ	<a href="https://portal.ifrj.edu.br/">https://portal.ifrj.edu.br/</a>
Rio Grande do Norte	IFRN	<a href="https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao">https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao</a>
Rio Grande do Sul	IFRS	<a href="https://ifrs.edu.br/">https://ifrs.edu.br/</a>
Rondônia	IFRO	<a href="https://portal.ifro.edu.br/cidadao">https://portal.ifro.edu.br/cidadao</a>
Roraima	IFRR	<a href="http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao">http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao</a>
Santa Catarina	IFSC	<a href="https://www.ifsc.edu.br/acesso-a-informacao">https://www.ifsc.edu.br/acesso-a-informacao</a>
São Paulo	IFSP	<a href="http://www2.ifsp.edu.br/acessoainformacao/">http://www2.ifsp.edu.br/acessoainformacao/</a>
Sergipe	IFS	<a href="https://www.ifsp.edu.br/">https://www.ifsp.edu.br/</a>
Sertão Pernambucano	IFSertaoPE	Não possui
Sudeste Minas Gerais	IFSudesteMG	<a href="https://www.ifsudestemg.edu.br/">https://www.ifsudestemg.edu.br/</a>
Sul de Minas	IFSuldeMinas	<a href="https://portal.ifsuldeminas.edu.br/">https://portal.ifsuldeminas.edu.br/</a>
Sul-rio-grandense	IFSul	<a href="http://www.ifsul.edu.br/">http://www.ifsul.edu.br/</a>
Tocantins	IFTO	<a href="http://www.ifto.edu.br/">http://www.ifto.edu.br/</a>
Triângulo Mineiro	IFTM	<a href="http://www.iftm.edu.br/">http://www.iftm.edu.br/</a>

### APÊNDICE C – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS SITES DOS IF

Instituto	Sigla	Site
Acre	IFAC	<a href="https://portal.ifac.edu.br/">https://portal.ifac.edu.br/</a>
Alagoas	IFAL	<a href="https://www2.ifal.edu.br/">https://www2.ifal.edu.br/</a>
Amapá	IFAP	<a href="http://home.ifap.edu.br/">http://home.ifap.edu.br/</a>
Amazonas	IFAM	<a href="http://www2.ifam.edu.br/">http://www2.ifam.edu.br/</a>
Bahia	IFBA	<a href="https://portal.ifba.edu.br/">https://portal.ifba.edu.br/</a>
Baiano	IFBaiano	<a href="http://ifbaiano.edu.br/portal/">http://ifbaiano.edu.br/portal/</a>
Brasília	IFB	<a href="https://www.ifb.edu.br/">https://www.ifb.edu.br/</a>
Catarinense	IFC	<a href="http://ifc.edu.br/">http://ifc.edu.br/</a>
Ceará	IFCE	<a href="https://ifce.edu.br/">https://ifce.edu.br/</a>
Espírito Santo	IFES	<a href="https://www.ifes.edu.br/">https://www.ifes.edu.br/</a>
Farroupilha	IFFar	<a href="https://www.iffarroupilha.edu.br/">https://www.iffarroupilha.edu.br/</a>
Fluminense	IFF	<a href="http://portal1.iff.edu.br/">http://portal1.iff.edu.br/</a>
Goiano	IFGoiano	<a href="https://www.ifgoiano.edu.br/home/">https://www.ifgoiano.edu.br/home/</a>
Goiás	IFG	<a href="https://www.ifg.edu.br/">https://www.ifg.edu.br/</a>
Maranhão	IFMA	<a href="https://portal.ifma.edu.br/inicio/">https://portal.ifma.edu.br/inicio/</a>
Mato Grosso	IFMT	<a href="http://ifmt.edu.br/">http://ifmt.edu.br/</a>
Mato Grosso do Sul	IFMS	<a href="http://www.ifms.edu.br/">http://www.ifms.edu.br/</a>
Minas Gerais	IFMG	<a href="https://www2.ifmg.edu.br/portal/">https://www2.ifmg.edu.br/portal/</a>
Norte de Minas	IFNMG	<a href="https://www.ifnmg.edu.br/">https://www.ifnmg.edu.br/</a>
Pará	IFPA	<a href="https://www.ifpa.edu.br/">https://www.ifpa.edu.br/</a>

<b>Instituto</b>	<b>Sigla</b>	<b>Site</b>
Paraíba	IFPB	<a href="http://www.ifpb.edu.br/">http://www.ifpb.edu.br/</a>
Paraná	IFPR	<a href="http://reitoria.ifpr.edu.br/">http://reitoria.ifpr.edu.br/</a>
Pernambuco	IFPE	<a href="https://www.ifpe.edu.br/">https://www.ifpe.edu.br/</a>
Piauí	IFPI	<a href="http://libra.ifpi.edu.br/">http://libra.ifpi.edu.br/</a>
Rio de Janeiro	IFRJ	<a href="https://portal.ifrj.edu.br/">https://portal.ifrj.edu.br/</a>
Rio Grande do Norte	IFRN	<a href="http://portal.ifrn.edu.br/">http://portal.ifrn.edu.br/</a>
Rio Grande do Sul	IFRS	<a href="https://ifrs.edu.br/">https://ifrs.edu.br/</a>
Rondônia	IFRO	<a href="https://www.ifro.edu.br/">https://www.ifro.edu.br/</a>
Roraima	IFRR	<a href="http://www.ifrr.edu.br/">http://www.ifrr.edu.br/</a>
Santa Catarina	IFSC	<a href="https://www.ifsc.edu.br/">https://www.ifsc.edu.br/</a>
São Paulo	IFSP	<a href="https://www.ifsp.edu.br/">https://www.ifsp.edu.br/</a>
Sergipe	IFS	<a href="https://www.ifsp.edu.br/">https://www.ifsp.edu.br/</a>
Sertão Pernambucano	IFSertaoPE	<a href="https://www.ifsertao-pe.edu.br/">https://www.ifsertao-pe.edu.br/</a>
Sudeste Minas Gerais	IFSudesteMG	<a href="https://www.ifsudestemg.edu.br/">https://www.ifsudestemg.edu.br/</a>
Sul de Minas	IFSuldeMinas	<a href="https://portal.ifsuldeminas.edu.br/">https://portal.ifsuldeminas.edu.br/</a>
Sul-rio-grandense	IFSul	<a href="http://www.ifsul.edu.br/">http://www.ifsul.edu.br/</a>
Tocantins	IFTO	<a href="http://www.ifto.edu.br/">http://www.ifto.edu.br/</a>
Triângulo Mineiro	IFTM	<a href="http://www.iftm.edu.br/">http://www.iftm.edu.br/</a>

**APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS IF QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO****Tabela 32 – IF que responderam ao questionário**

<b>Região</b>	<b>Instituto</b>
Norte	Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins.
Nordeste	Paraíba, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Baiano, Pernambuco, Sertão Pernambucano, Alagoas e Rio Grande do Norte.
Centro-Oeste	Brasília e Mato Grosso.
Sul	Santa Catarina, Catarinense, Paraná e Rio Grande do Sul.
Sudeste	São Paulo, Minas Gerais, Sudeste de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

## APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DA SEGUNDA ETAPA DA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

A Lei de Acesso à Informação - LAI de 2011 em seu Art. 8º ressalta que: é dever dos órgãos e entidades públicas divulgar, independentemente de solicitação, os dados gerais para o acompanhamento de projetos. Baseando-se na lei e em pesquisa realizada nos sites e portais da transparência dos Institutos Federais de Educação, onde se verificou que não existem informações sobre o acompanhamento dos projetos nem tão pouco interação (participação popular), esta pesquisa visa compreender a importância desses requisitos para a comunidade interna e externa desses Institutos.

O questionário se destina aos alunos, professores, técnicos administrativos e a comunidade externa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

As perguntas a seguir fazem parte de uma pesquisa de mestrado do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn-UFPE)

Pesquisadora: Mônica Auricélia Oliveira Santana

e-mail para contato: maos2@cin.ufpe.br

Orientador: Hermano Perrelli de Moura

É assegurado total anonimato da identidade do respondente.

\*Obrigatório

### Endereço de e-mail\*

---

#### 1. Qual a sua idade?\*

- Até 20 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

#### 2. Qual o seu nível de escolaridade?\*

- Ensino médio
- Ensino técnico

Ensino superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outro: \_\_\_\_\_

**3. Em relação ao Instituto Federal de Educação (IF), você é:\***

Aluno

Comunidade externa

Professor

Técnico administrativo

**4. Em qual IF você estuda/trabalha? Caso seja comunidade externa selecione o IF mais próximo de onde mora.\***

IF-Acre

IF-Alagoas

IF-Amapá

IF-Amazonas

IF-Brasília

IF-Bahia

IF-Baiano

IF-Catarinense

IF-Ceará

IF-Espírito Santo

IF-Farroupilha

IF-Fluminense

IF-Goiano

IF-Goiás

IF-Maranhão

IF-Mato Grosso

IF-Mato Grosso do Sul

IF-Minas Gerais

IF-Norte de Minas

IF-Pará

IF-Paraíba

IF-Paraná

- IF-Pernambuco
- IF-Piauí
- IF-Rio de Janeiro
- IF-Rio Grande do Norte
- IF-Rio Grande do Sul
- IF-Rondônia
- IF-Roraima
- IF-Santa Catarina
- IF-São Paulo
- IF-Sergipe
- IF-Sertão Pernambucano
- IF-Sudeste Minas Gerais
- IF-Sul Minas Gerais
- IF-Sul Rio Grandense
- IF-Triângulo Mineiro
- IF-Tocantins

**Tendo como base que PROJETO é um esforço temporário para criar um produto ou serviço único e que PORTAL DE TRANSPARÊNCIA é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre assuntos relacionados à gestão pública, responda:**

**Utilizando a escala de Likert em cinco níveis: 1 (Sem importância), 2 (Pouco importante), 3 (Indiferente), 4 (Importante) e 5 (Muito importante).**

**5. Como você avalia a importância da divulgação de informações sobre os projetos dos IF em seus portais de transparência?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**6. Na sua opinião, as informações sobre os projetos dos IF devem ser exibidas por:\***

- Campi
- Instituto
- Campi e instituto

**7. Selecione as informações básicas, sobre projetos, que devem ser divulgadas:\***

- Título do projeto.
- Gerente do projeto.
- Descrição do projeto.
- Público alvo do projeto.

- Categoria/tipo do projeto.
- Orçamento (previsto e realizado).
- Objetivo do projeto (resultado pretendido).
- Responsável pela aprovação da execução do projeto.
- Benefícios do projeto para a sociedade interna e externa.
- Descrição do produto, serviço ou resultado que o projeto vai gerar.
- Outro: \_\_\_\_\_

**8. Selecione quais as CATEGORIAS DE PROJETOS são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Saúde
- Ensino
- Estágio
- Extensão
- Pesquisa
- Segurança
- Pedagógico
- Arte e cultura
- Gestão de pessoas
- Assistência estudantil
- Obras (Construção civil)
- Comunicação e marketing
- Tecnologia da Informação
- Outro: \_\_\_\_\_

**9. Selecione quais as informações, sobre as OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL dos IF, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Início da obra
- Endereço da obra
- Fonte de recursos
- Agentes participantes
- Área construída em m<sup>2</sup>
- Número do Contrato/Licitação
- Tipo da obra (sala de aula, ginásio, etc)
- Término da obra (previsto e realizado)
- Valor total da obra (previsto e realizado)
- Destinação (finalidade para a qual se destina a obra)
- Categoria (obra nova, demolição, reforma ou acréscimo)
- Outro: \_\_\_\_\_

**10. Como você avalia a importância da divulgação da QUANTIDADE DE PROJETOS realizados por CATEGORIA/TIPO (ex: ensino, extensão, pesquisa)?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**11. Como você avalia a importância da divulgação das IMAGENS/FOTOS da execução do projeto?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**Tendo como base que PARTES INTERESSADAS de um projeto são todos os indivíduos e organizações que podem afetar ou serem afetados pelo projeto, responda:**

**12. Como você avalia a importância da divulgação de informações sobre as partes interessadas dos projetos nos portais de transparência dos IFs:\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**13. Selecione quais as informações, sobre as partes interessadas do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Nome
- Contato
- Função no projeto
- Outro: \_\_\_\_\_

**Tendo como base que ESCOPO de um projeto é o trabalho que será necessário para a sua realização, responda:**

**14. Como você avalia a importância da divulgação de informações sobre o escopo do projeto nos portais de transparência dos IFs:\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**15. Selecione quais as informações, sobre o escopo do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Escopo previsto

- Escopo executado
- Descrição do que está fora do escopo
- Outro: \_\_\_\_\_

**16. Como você avalia a importância da divulgação da comparação do ESCOPO PLANEJADO X REALIZADO?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**Tendo como base que CRONOGRAMA é o período estimado para a conclusão do projeto, responda:**

**17. Como você avalia a importância da divulgação de informações sobre o cronograma do projeto nos portais de transparência dos IFs:\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**18. Selecione quais as informações, sobre o cronograma do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Tarefas do projeto
- Entregas a serem realizadas
- Responsável pela atividade no projeto
- Relação de interdependência das tarefas
- Data de início e fim do projeto (prevista)
- Data de início e fim do projeto (executada)
- Tarefas do produto/serviço que será entregue
- Outro: \_\_\_\_\_

**19. Selecione quais os STATUS DO PROJETO são mais relevantes para serem divulgados:\***

- Parado
- Suspenso
- Finalizado
- Em execução
- Outro: \_\_\_\_\_

**20. Como você avalia a importância da divulgação da quantidade de projetos, EM EXECUÇÃO, que estão dentro do prazo e fora do prazo?\***

- 1 - Sem importância

- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**21. Como você avalia a importância da divulgação da quantidade dos projetos, que foram FINALIZADOS, dentro do prazo e fora do prazo?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**22. Como você avalia a importância da divulgação da quantidade das ATIVIDADES DO PROJETO que estão dentro do prazo e fora do prazo?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**Tendo como base que o gerenciamento dos CUSTOS de um projeto envolvem planejamento, estimativa, orçamento e controle de custos, responda:**

**23. Como você avalia a importância da divulgação de informações sobre os custos do projeto nos portais de transparência dos IFs:\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**24. Selecione quais as informações, sobre os custos do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Custo real
- Custo estimado
- Justificativa do gasto (investimento).
- Discriminação de cada item e seu valor.
- Total gasto ao longo da execução do projeto.
- Outro: \_\_\_\_\_

**25. Na sua opinião, as informações do total de investimento (custo) dos projetos devem ser exibidas por:\***

- Campi

- ( ) Instituto
- ( ) Campi e instituto

**Tendo como base que o registro dos RISCOS de um projeto fornecem informações sobre as ameaças e oportunidades que ocorreram durante a execução do projeto, responda:**

**26. Como você avalia a importância da divulgação da identificação, análise e monitoramento dos riscos de um projeto nos portais de transparência dos IFs?\***

- ( ) 1 - Sem importância
- ( ) 2 - Pouco importante
- ( ) 3 - Indiferente
- ( ) 4 - Importante
- ( ) 5 - Muito importante

**27. Selecione quais as informações, sobre os riscos do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Identificação dos prováveis riscos que possam afetar o projeto.
- Análise qualitativa dos riscos: probabilidade de ocorrência e impacto.
- Análise quantitativa dos riscos: efeito (custos) da ocorrência do risco.
- Planejamento das respostas aos riscos.
- Monitoramento dos riscos durante a execução do projeto.
- Outro: \_\_\_\_\_

**Tendo como base que o CONTROLE DE MUDANÇAS em um projeto registra as mudanças ocorridas, se foram aprovadas, rejeitadas ou adiadas, responda:**

**28. Como você avalia a importância da divulgação da documentação e aprovação/rejeição das mudanças nos documentos, nas entregas ou linhas de base do projeto?\***

- ( ) 1 - Sem importância
- ( ) 2 - Pouco importante
- ( ) 3 - Indiferente
- ( ) 4 - Importante
- ( ) 5 - Muito importante

**29. Selecione quais as informações, sobre o controle de mudanças, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Custos da implementação da mudança.
- Análise de custo-benefício da mudança.
- Impactos da mudança no escopo do projeto.
- Impactos da mudança no cronograma do projeto.
- Outro: \_\_\_\_\_

**Tendo como base que LIÇÕES APRENDIDAS são registro de todos os acertos e erros cometidos durante o projeto, pontos fortes e fracos servindo como uma espécie de**

**relatório que possa ser consultado em projetos futuros, responda:**

**30. Como você avalia a importância da divulgação de informações, sobre as lições aprendidas do projeto, nos portais de transparência dos IFs?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**31. Selecione quais as informações, sobre as lições aprendidas do projeto, são mais relevantes para serem divulgadas:\***

- Pontos fracos
- Pontos fortes
- Providências adotadas
- Dificuldades encontradas
- Outro: \_\_\_\_\_

**Tendo como base que INTERATIVIDADE se refere à participação popular, com o intuito de transformar a sociedade em aliada na busca de um melhor desempenho administrativo e de um aumento da legitimidade democrática, responda:**

**32. Como você avalia a importância da interatividade nos portais de transparência dos IF?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**33. Para interagir avaliando um projeto, por exemplo, seria necessário um cadastro com informações como: nome completo, e-mail, telefone e CPF. Você realizaria esse cadastro?\***

- Sim
- Não

**34. Como você avalia a importância do cidadão poder avaliar um projeto através da atribuição de notas ou estrelas, por exemplo?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**35. Como você avalia a importância do cidadão poder avaliar um projeto através da atribuição de “curti” ou “não curti”?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**36. Como você avalia a importância do cidadão poder avaliar um projeto através de comentários, sugestões, críticas e/ou elogios?\***

- 1 - Sem importância
- 2 - Pouco importante
- 3 - Indiferente
- 4 - Importante
- 5 - Muito importante

**37. A NÃO divulgação das informações, escolhidas por você nesse questionário, nos portais de transparência, causaria:\***

- Menor transparência.
- Aumento da corrupção.
- Impossibilidade do controle social.
- Impossibilidade da participação popular.
- Maior controle da administração pública.
- Aumento do desinteresse da sociedade.
- Outro: \_\_\_\_\_

**38. Na sua opinião, por que as informações sobre projetos citadas neste questionário não são divulgadas nos portais de transparência?\***

- Falta de fiscalização
- Falta de pessoal qualificado
- Falta de interesse da sociedade
- Inexistência da cultura da transparência
- Inexistência de gestão de projetos nos IF
- Falta de interesse da administração pública
- Outro: \_\_\_\_\_

**39. Quais informações, não citadas no questionário, sobre os projetos dos IFs são importantes para serem divulgadas?**

---

## APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO IDEAL



Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_

Responda o questionário a seguir de acordo com as instruções:

**Pense na seguinte situação:** Está sendo construído um novo bloco de salas de aula no IFPB campus Cajazeiras. Você gostaria de acompanhar o projeto da obra e para isso acessa o Portal da transparência do Instituto.

Como você IDEALMENTE gostaria de se sentir nessa situação?

Nessa situação eu **idealmente gostaria de me sentir...**

Cada um dos adjetivos abaixo deve ser classificado em uma escala de 1 a 5, sendo que 1 se refere ao extremo do adjetivo da esquerda, e 5 se refere ao extremo do adjetivo a direita. Considere 3 como o ponto neutro entre os dois adjetivos.

**Tabela 33 – Questionário Autoconceito Ideal**

	1	2	3	4	5	
Inseguro						Confiante
Desmotivado						Motivado
Insatisfeito						Satisfeito
Confuso						Orientado
Desinteressado						Interessado
Triste						Feliz
Lento						Ágil

	1	2	3	4	5	
Impactado negativamente						Impactado positivamente
Nervoso						Calmo

Fonte: Elaborada pela autora

## APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO REAL (ARTEFATO A)



Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_

Responda o questionário a seguir de acordo com as instruções:

Após acessar o Portal da transparência do IFPB para acompanhar o projeto da construção do novo bloco de salas de aula do campus Cajazeiras.

Como você REALMENTE se sentiu?

**Eu realmente me senti...**

**Tabela 34 – Questionário Autoconceito Real (Artefato A)**

	1	2	3	4	5	
Inseguro						Confiante
Desmotivado						Motivado
Insatisfeito						Satisfeito
Confuso						Orientado
Desinteressado						Interessado
Triste						Feliz
Lento						Ágil
Impactado negativamente						Impactado positivamente

	1	2	3	4	5	
Nervoso						Calmo

Fonte: Elaborada pela autora

## APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO AUTOCONCEITO REAL (ARTEFATO B)



Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_

Responda o questionário a seguir de acordo com as instruções:

Após acessar o protótipo do observatório de projetos para acompanhar a construção do novo bloco de salas de aula do campus Cajazeiras.

Como você REALMENTE se sentiu?

**Eu realmente me senti...**

**Tabela 35 – Questionário Autoconceito Real (Artefato B)**

	1	2	3	4	5	
Inseguro						Confiante
Desmotivado						Motivado
Insatisfeito						Satisfeito
Confuso						Orientado
Desinteressado						Interessado
Triste						Feliz
Lento						Ágil
Impactado negativamente						Impactado positivamente

	1	2	3	4	5	
Nervoso						Calmo

Fonte: Elaborada pela autora

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO

**Sobre o protótipo do Observatório de Projetos, responda:**

**1. Você gostou do protótipo do Observatório de projetos.**

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

**2. O protótipo é fácil de utilizar.**

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

**3. O protótipo atendeu a suas expectativas.**

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

**4. Qual das informações do projeto achou MAIS importante ser divulgada?**

**5. Qual das informações do projeto achou MENOS importante ser divulgada?**

**6. O que achou da parte de interatividade no protótipo?**

**7. O que você MAIS gostou no protótipo?**

**8. O que você MENOS gostou no protótipo?**

**9. Quais os benefícios que o observatório de projetos poderá trazer para a sociedade/cidadão?**